

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES

TESE DE DOUTORADO

**UMA ANÁLISE DO FLUXO MIGRATÓRIO BRASILEIRO: MIGRAÇÃO PARA
REGIÕES POBRES E MIGRAÇÃO DE RETORNO**

LIÉDJE BETTIZAIDE OLIVEIRA DE SIQUEIRA

RECIFE-PE

2006

LIÉDJE BETTIZAIDE OLIVEIRA DE SIQUEIRA

**UMA ANÁLISE DO FLUXO MIGRATÓRIO BRASILEIRO: MIGRAÇÃO PARA
REGIÕES POBRES E MIGRAÇÃO DE RETORNO**

*Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Economia – PIMES, da Universidade Federal
de Pernambuco, em cumprimento às exigências
para obtenção do Título de Doutor.*

Orientador: Prof. Dr. André Matos Magalhães

*Co-orientador: Prof. Dr. Raul da Mota Silveira
Neto*

Siqueira, Liédje Bettizaide Oliveira de
Uma análise do fluxo migratório brasileiro:
migração para regiões pobres e migração de retorno
/ Liédje Bettizaide Oliveira de Siqueira. – Recife : O
Autor, 2006.

96 folhas : fig. e tab.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CCSA. Economia, 2006.

Inclui bibliografia e anexo.

1. Fluxo de migração. 2. Migração de retorno. 3.
perfil do migrante de retorno. I. Título.

314.7
304.8

CDU (1997)
CDD (22.ed.)

UFPE
CSA2007-029

UNIVERSIDADE FEDERAL PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES – PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE TESE DO DOUTORADO
EM ECONOMIA DE

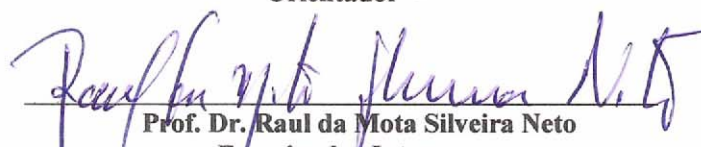
LIEDJE BETTIZAIDE OLIVEIRA DE SIQUEIRA

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a Candidata Liedje Bettizaide Oliveira de Siqueira **APROVADA**.

Recife, 19/12/2006.



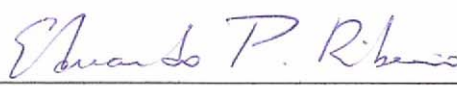
Prof. Dr. André Matos Magalhães
Orientador



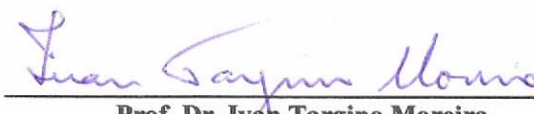
Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto
Examinador Interno



Prof. Dr. Tatiane Almeida de Menezes
Examinadora Interna



Prof. Dr. Eduardo Pontual Ribeiro
Examinador Externo/UFRJ



Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Examinador Externo/UFPB

Aos meus pais, Leonor e Benjamim, ao meu marido Magno e ao meu filho, Bernardo. Por Bernardo, lamento as horas em que não pude estar presente por decorrência da tese, mas conforta saber que este esforço, também, faço por ele, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Aos professores André Matos Magalhães e Raul da Mota Silveira Neto, pelo incentivo, acompanhamento e sugestões dadas durante a elaboração do trabalho.

Aos colegas e amigos, em especial, aos casais, Meire e Luiz Honorato, pela amizade e a disposição em nos ajudar. À Graça e ao Paulo, uma amizade conquistada no decorrer do doutorado. Aos amigos, Adriano Firmino, Adriano Paixão e Rodrigo Coutinho. À minha amiga Cristina, que no último momento da tese, deu a sua contribuição. A todos os amigos, que não foram citados, mas que fazem parte da minha história.

Ao colegiado do Departamento de Economia da UFPB, pela confiança depositada.

Aos funcionários e professores do PIMES, que, de alguma forma, contribuíram para realização deste trabalho.

Ao Magno, por inúmeras vezes ter se ocupado em me ajudar, mesmo também realizando o seu trabalho de doutoramento.

A todos, os meus agradecimentos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar, para o caso brasileiro, a migração para as diferentes regiões econômicas do país e, em particular, o fluxo migratório de retorno. Regiões tradicionalmente fornecedoras de mão-de-obra, como Minas Gerais e o Nordeste, apresentam uma tendência de trazerem de volta sua população de emigrantes. O trabalho fez uso de um modelo microeconômico baseado em escolhas para identificar o indivíduo com maior propensão de migrar para determinadas regiões do país ou de se tornar um migrante retornado. Os resultados indicam que, independente da região de destino, o migrante tende a ser uma pessoa jovem ou adulta, com nível superior, solteira e não-aposentada. Foram encontradas evidências, ainda, que o fluxo de migração de retorno é composto por pessoas consideradas jovens ou adultas, escolarizadas e com maiores chances de, em seu período pós-retorno, se encontrarem desempregadas ou em trabalhos sem carteira assinada.

Palavras chave: fluxo de migração; migração de retorno; perfil do migrante de retorno

ABSTRACT

The goal of this dissertation was two folded. First, the pattern of migration to different economic regions in Brazil was analyzed. Then, the migratory return flow to a former place of birth, the so called return migration, was studied. The data shows that states or regions that traditionally provided workers to other regions in the country, like Minas Gerais and Northeast, are now getting back a significant part of their native population. The work makes use of a microeconomic model based on choices for identifying the individual with larger propensity to migrate to some regions of the country or to return to his/her original state. Results point out that, independent of destination region, the migrate person tend to be a single, not retired, young person or an adult, that went to college. There were evidences that the return migration flow is composed by young people or adults, that went to school, and are mostly self employed, informal workers or unemployed.

Keywords: migration flows; return migration; profile return migrate

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 -	Participação dos estados na imigração do país para os períodos de 1995-2000 e 1999-2004	35
GRÁFICO 2 -	Participação dos estados na emigração do país para os períodos de 1995-2000 e 1999-2004	35
GRÁFICO 3 -	Participação da migração de retorno ao município de nascimento sobre a remigração total dos estados de acordo com a região	39
GRÁFICO 4 -	Participação da migração de retorno ao município de nascimento sobre a remigração total dos estados	39
GRÁFICO 5 -	Participação da migração de retorno realizada entre estados vizinhos sobre a remigração total dos estados	40
MAPA 1 -	Divisão das regiões de acordo com o grau de riqueza.	73

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Brasil: imigração e emigração, saldos migratórios e volume de retornados por estado e para as grandes regiões do país, durante o período de 1995-2000	30
TABELA 2 -	Brasil: imigração e emigração, saldos migratórios e volume de retornados por estado e para as grandes regiões do país, durante o período de 1999-2004	33
TABELA 3 -	Distribuição da migração de retorno ao estado de nascimento pelas regiões de origem e de destino	36
TABELA 4 -	Distribuição da migração de curto prazo: migrante de única etapa, remigrado e migrante progressivo	42
TABELA 5 -	Brasil: total de emigrantes e migrantes retornados à UF dentro do fluxo de migração de curto prazo	44
TABELA 6 -	Brasil: total de imigrantes e migrantes retornados da UF dentro do fluxo de migração de curto prazo	46
TABELA 7 -	Características gerais do não-migrante, migrante de retorno e migrante	57
TABELA 8 -	Características gerais do não-migrante, migrante de retorno, migrante e migrante progressivo	60
TABELA 9 -	Modelo 1: Migrante de retorno e não-migrante versus migrante	63
TABELA 10 -	Modelo 2: Migrante de retorno, migrante de uma única etapa e progressivo versus não-migrante	66
TABELA 11 -	Migração, segundo a classificação do grau de riqueza do destino	74
TABELA 12 -	Migração, segundo o grau de riqueza das regiões de origem e de destino	75
TABELA 13 -	Migração de retorno, segundo o grau de riqueza das regiões de origem e de destino	76
TABELA 14 -	Características do migrante, segundo o grau de riqueza das regiões de destino	77
TABELA 15 -	Modelo <i>Logit Multinomial</i> : migrante segundo o grau de riqueza do destino versus não-migrante	79
TABELA 16 -	Modelo <i>Logit Multinomial</i> : migrante de retorno segundo o grau de riqueza do destino versus não-migrante	82

TABELA A1 -	Estoque de migrantes intra-estaduais por estado de origem e destino, durante o período de 1995-2000	93
TABELA A2 -	Estoque de migrantes de retorno intra-estaduais por estado de origem e destino, durante o período de 1995-2000	94
TABELA A3 -	Estoque de migrantes de retorno intra-estaduais por estado de origem e destino, durante o período de 1999-2004	95
TABELA A4 -	Estoque de migrantes de retorno de curto prazo intra-estaduais por estado de origem e destino, durante o período de 1995-2000	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE MIGRAÇÃO DE RETORNO	16
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1.1 O MODELO DE BORJAS E BRATSBERG (1996).....	20
2.1.2 O MODELO DE DUSTMANN E KIRCHKAMP (2002)	22
3 PADRÃO DA MIGRAÇÃO NO BRASIL E TENDÊNCIAS	25
3.1 PADRÃO HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO NO BRASIL	26
3.2 TENDÊNCIAS RECENTES DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DA MIGRAÇÃO DE RETORNO	28
3.3 DISTRIBUIÇÃO DA MIGRAÇÃO DE RETORNO AO ESTADO DE NASCIMENTO POR REGIÃO	36
3.4 PARTICIPAÇÃO DA MIGRAÇÃO DE RETORNO POR MUNICÍPIOS DE NASCIMENTO E POR ESTADOS VIZINHOS NA REMIGRAÇÃO DOS ESTADOS.....	38
3.5 MIGRAÇÃO DE CURTO PRAZO: MIGRAÇÃO DE UMA ETAPA, PROGRESSIVA E DE RETORNO	41
3.6 COMENTÁRIOS FINAIS	47
4 UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE RETORNO NO BRASIL: PERFIL DO MIGRANTE DE RETORNO.....	49
4.1 DADOS E METODOLOGIA	49
4.1.1 MODELO <i>LOGIT MULTINOMIAL</i>	51
4.1.2 DEFINIÇÃO DOS MODELOS E DAS VARIÁVEIS.....	53
4.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS INDIVÍDUOS NÃO-MIGRANTES E MIGRANTES.....	56
4.2.1 NÃO-MIGRANTE, MIGRANTE DE RETORNO À UF DE NASCIMENTO E MIGRANTE	56
4.2.2. NÃO-MIGRANTE, MIGRANTE DE RETORNO À RESIDÊNCIA ANTERIOR, MIGRANTE DE UMA ÚNICA ETAPA E MIGRANTE PROGRESSIVO	59
4.3. O PAPEL DOS ATRIBUTOS PESSOAIS NAS DECISÕES DE ESCOLHAS DE MIGRAÇÃO	61
4.4 CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS FINAIS	68
5 FLUXO MIGRATÓRIO PARA A REGIÃO POBRE: QUEM SÃO OS SEUS MIGRANTES?	70
5.1 DESCRIÇÃO DO MODELO	71
5.2 DIVISÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS DE ACORDO COM O GRAU DE RIQUEZA	73
5.3 DISTRIBUIÇÃO DA MIGRAÇÃO POR REGIÃO	73
5.4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MIGRANTE	76
5.5 O PAPEL DOS ATRIBUTOS PESSOAIS DO MIGRANTE NAS ESCOLHAS DA REGIÃO DE DESTINO	78
5.6 CONCLUSÕES	82
6 COMENTÁRIOS FINAIS E CONCLUSÕES.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
ANEXO.....	92

1 INTRODUÇÃO

No Brasil existem grandes disparidades de renda entre as regiões. De acordo com a visão da teoria do capital humano, os motivos destas diferenças se encontram justamente na concentração da mão-de-obra qualificada em determinados lugares (Pessôa, 2001, Kauhanen e Tervo, 2002).

Segundo a teoria neoclássica, caso não existissem barreiras à migração, a livre mobilidade das pessoas entre as regiões geraria um equilíbrio das forças de mercado e uma tendência à nivelção dos salários. Diversos estudos têm sido realizados com o intuito de explicar o porquê disto não se verificar para o caso brasileiro (Azzoni et al., 2000, Menezes e Ferreira Jr, 2003). Entretanto, aqueles, que atribuem o fator educação como determinante da desigualdade de renda, ressaltam que a preocupação das políticas públicas deveria centrar-se na qualificação dos indivíduos. Esta melhor qualificação poderia diminuir as diferenças inter-pessoais de renda, um dos principais problemas no Brasil, como também promover uma maior equalização de renda entre as regiões, através de uma melhor distribuição de capital humano entre estas (Pessôa, 2001).

Uma outra linha de pesquisa segue com o interesse em observar quais os efeitos da migração sobre o local de origem. Sabe-se que, se a migração for seletiva em termos de capital humano, a economia, que está enviando este migrante, sofrerá com os efeitos deletérios desta saída. A tendência é que a população não-migrante de uma economia em declínio seja formada por pessoas mais velhas e menos educadas. Esta é uma das idéias defendidas por Myrdal (1956), dentro do princípio da causação circular.

Alguns estudos estão sendo realizados no Brasil com o intuito de perceber se o migrante faz parte de um grupo positivamente selecionado, ou seja, se ele possui características não-diretamente mensuradas, tais como o espírito empreendedor, a motivação e a agressividade que o torna melhor do que o grupo de não-migrantes. Esta definição de seletividade foi utilizada por Santos Junior et al. (2005), ao realizarem estimações sobre os salários, controlando a condição migratória por uso de uma variável *dummy*. Os resultados encontrados por estes autores apontam a existência de uma seletividade positiva do migrante. Silva e Silveira Neto (2005), aplicando esta mesma metodologia, trouxeram novas evidências empíricas de que a migração é realizada pelos indivíduos com melhores características não-observáveis. Recentemente, Ramalho e Moreira (2006), através de controles sobre as características individuais, tais como idade, escolaridade e rendimento, também mostraram a seletividade do migrante das regiões

metropolitanas. Ribeiro e Bastos (2004) estimaram equações de salários corrigidos pelo viés de seleção da amostra de migrantes e encontraram que estas afetam as estimativas do retorno à educação nas diferentes regiões do Brasil. Observaram, por exemplo, que quando os salários são corrigidos, os retornos à educação aumentam para o Nordeste e diminuem para o caso do Sudeste. Já Fiess e Verner (2003) mostraram que o migrante do Sudeste para o Nordeste tem menor escolaridade do que a média da população do Sudeste. Porém, o migrante, que perfaz o percurso do Nordeste para Sudeste apresenta nível educacional superior à média dos que permanecem no Nordeste.

Bezerra e Silveira Neto (2006) averiguaram a existência desta transferência de indivíduos mais qualificados, em termos de educação, entre as regiões brasileiras. Estes autores chegaram a conclusão de que não existem perdas de capital humano entre os estados do Nordeste para o estado de São Paulo. Embora a fuga de cérebros se configure num fenômeno real para as regiões do Norte e Centro-Oeste.

O presente trabalho visa responder aos seguintes questionamentos: Quem são os indivíduos que escolhem migrar para as regiões pobres? Que tipo de indivíduos apresentam maior propensão a retornar ao seu lugar de origem¹? Na busca destas respostas, o estudo centra-se em duas questões interessantes a serem investigadas para o caso do Brasil. Uma delas é traçar o perfil do migrante que segue para regiões pobres e a outra é estudar, especificamente, a migração de retorno. Estes dois fluxos de migração estão bastante relacionados, porque, do grupo de pessoas que se dirigem à região pobre, boa parte está, na verdade, retornando às suas origens.

Tanto a ida para região pobre quanto a remigração podem ser denominadas de contrafluxo da migração. Isto porque o esperado é que as pessoas escolham as regiões ricas para se instalarem e não o inverso. E, quanto ao retorno, se tem a expectativa de que as pessoas não o realizem, depois de uma experiência bem sucedida da migração. Ou até podem efetuar, mas somente após terem obtido os retornos financeiros desejados com a migração.

No Brasil, os dados do Censo de 2000 revelam que para as regiões consideradas pobres, com PIB *per capita* abaixo da média nacional, se destinaram cerca de 2.107 mil migrantes, no interregno de 1995-2000, quase a metade da migração realizada no país. Considerando a remigração, aproximadamente, 1.129 mil indivíduos tomaram a decisão de voltar aos seus estados de nascimentos entre os anos de 1995-2000. Número expressivo,

¹ Entende-se aqui, como migrante de retorno ou remigrado, a pessoa que está realizando o movimento de volta ao seu local de nascimento.

quando se considera que, dentre as pessoas, que fizeram algum deslocamento neste período, cerca de 22% são de pessoas retornadas. E destas, o fluxo mais intenso da migração de retorno está direcionado ao Nordeste, aproximadamente, 40% dentro do universo de remigrados, caracterizando, portanto, a volta do nordestino para suas raízes. Este é um fenômeno relativamente novo, embora o Censo de 1991, segundo Baeninger (2000), já apontasse para esta tendência no comportamento da migração brasileira. Resta saber quem são estes indivíduos que estão retornando e se eles representam, de fato, ganhos em termos de capital humano para região que os recebe.

Geralmente, o motivo da saída do indivíduo do seu local de origem é de ordem econômica, ou seja, ele sai em busca de melhores oportunidades de emprego e da expectativa de incremento de sua renda. O seu retorno pode ser visto como um evento planejado ou uma resposta às condições encontradas no destino. No primeiro caso, o indivíduo programa encerrar o seu ciclo migratório voltando ao seu ponto de partida, portanto, o regresso faz parte de um plano ótimo de residência ao longo da vida. A migração é realizada como um investimento e o tempo de estada fora seria o necessário para se obter retornos financeiros desejados. No segundo caso, o retorno é visto como uma opção diante do insucesso da migração inicial (Borjas e Bratsberg, 1996). Em face ao desapontamento com as condições encontradas no destino, como a falta de emprego, as más condições de moradia ou a não-materialização da renda esperada, o regresso pode representar, portanto, uma alternativa segura e com menor custo do que seguir para um terceiro destino (Newbold, 2001, Newbold e Bell, 2001).

Do ponto de vista do local de origem, receber de volta um “filho da terra” pode representar ganhos, no sentido de que ele traga consigo novos conhecimentos e qualificação da sua mão-de-obra. Além disso, no caso de o indivíduo ter programado sua volta, este pode trazer consigo riquezas, que venham a tomar formas de novos investimentos locais (Dustmann e Kirchkamp, 2002). Por outro lado, a contribuição pode ser negativa, uma vez que existe a possibilidade de o regresso ser realizado por indivíduos mais velhos, desmotivados e desempregados.

Este trabalho tem, portanto, como primeiro objetivo, analisar o perfil do migrante de retorno, ou seja, verificar um conjunto de atributos pessoais (idade, escolaridade, estado civil, ocupação no mercado de trabalho), que torna este indivíduo diferente do migrante não-retornado e daquele que não migra. Será aplicado o modelo *Logit Multinomial* para fazer a associação entre as características pessoais e a probabilidade de o indivíduo ser um migrante de retorno.

No segundo momento, o objetivo é analisar os perfis dos migrantes de acordo com as regiões escolhidas por estes. Neste caso, faz-se uma classificação das regiões em ricas, de riqueza intermediária e pobres. A partir disto, observa-se quais indivíduos estão mais propensos a escolherem como moradia cada uma delas. Como a remigração tem um peso considerável dentro do fluxo migratório, principalmente, se este fluxo for direcionado a uma economia pobre, a investigação faz-se de forma separada para o grupo de remigrado e para os migrantes não-naturais destas determinadas regiões.

O crescimento da migração direcionada a lugares pobres, ocasionado, principalmente, pelo maior movimento de retorno, justifica a importância do tema e a necessidade de direcionar esforços para explicar esta nova configuração da migração no Brasil. Para consecução dos objetivos aqui propostos, faz-se uso dos dados do Censo de 2000, produzidos pelo IBGE.

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em cinco capítulos. No próximo capítulo, são apresentados a fundamentação teórica do trabalho e o resumo dos trabalhos empíricos, que tratam da questão da remigração em diversos países, incluindo o Brasil. Esta discussão é importante para situar o presente trabalho dentro dessa literatura. No Capítulo 3, são descritas as tendências recentes da migração no Brasil, destacando a importância do retorno no comportamento migratório dos estados, nos últimos tempos. No Capítulo 4, faz-se menção das principais diferenças encontradas, no que diz respeito, aos atributos pessoais do grupo de migrantes de retorno com o grupo de migrantes não-retornados e não-migrantes. O modelo *Logit Multinomial* permite fazer a associação entre as características pessoais e a probabilidade de o indivíduo se encontrar em um dos três grupos citados. No Capítulo 5, a análise é voltada para descrever o padrão da migração para as diferentes regiões do país. Neste, também se faz uso do modelo microeconômico de escolhas (modelo *Logit Multinomial*), mencionado acima, para distinguir os migrantes de acordo com as regiões de destino preferidas por estes. O trabalho se encerra no Capítulo 6, com as conclusões gerais do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE MIGRAÇÃO DE RETORNO

Diversos estudos internacionais têm dado ênfase a essa questão da remigração ou da migração progressiva, na qual o indivíduo faz mais de um movimento ao longo da sua vida. A decisão de migrar, segundo Davanzo (1983), não deve ser considerada como irreversível, a pessoa pode decidir migrar mais de uma vez ou, ainda, volver ao seu lugar de partida, como forma de corrigir erros de avaliação na decisão inicial. Para o autor, somente na hipótese de previsão perfeita e informação completa é que as chances de uma remigração seriam nulas, visto que o indivíduo saberia perfeitamente os ganhos líquidos da migração.

Vanderkamp (1971) enfatizou a importância de distinguir os fluxos da migração em três categorias: novos migrantes, migrantes de retorno e migrantes autônomos. Para este autor, os migrantes de retorno desempenham um papel importante dentro do fluxo da migração e a existência deste grupo impede que se faça uso apenas de diferenciais de renda como fator explicativo do movimento migratório, dado que fatores não-econômicos influenciam o retorno.

Kauhanen e Tervo (2002) discutiram a migração na direção contrária do esperado, de regiões ricas para as regiões pobres. Eles mostraram, em estudo realizado para Finlândia, que a tendência é haver uma concentração do capital humano nas regiões prósperas, enquanto as regiões atrasadas tendem a receber as pessoas menos educadas e mais velhas. Também se observou que o nível educacional dos migrantes de retorno foi, em geral, mais baixo do que os migrantes não-retornados, embora se mostrasse mais elevado do que o nível dos não-migrantes.

Dustmann e Kirchkamp (2002) estudaram o fenômeno por uma ótica pouco explorada dentro da literatura. Especificamente, eles abordaram a remigração levando em consideração o tempo ótimo de duração da migração, tempo necessário para que o indivíduo acumule capital humano e riqueza de forma a usufruir, na volta ao lugar de origem, os ganhos obtidos com esta sua estada fora. Estes autores observaram, através de dados empíricos para Turquia, que o tempo de duração da migração depende da atividade escolhida no período pós-retorno. Pessoas mais educadas tendem a exercer alguma atividade quando voltam à sua região, principalmente, nas atividades empresariais. Isto pode ser um indício de que a decisão de migrar foi bem sucedida e fazia parte de um planejamento ótimo de residência ao longo da vida. Além desta observação, o estudo

concluiu que um aumento nos salários na região de destino diminui o tempo de duração da migração, isto porque propicia que o acúmulo de riqueza se dê de forma mais rápida.

Em um estudo realizado para a Alemanha, Dustmann (2003) reforçou a evidência encontrada para Turquia de que o aumento das diferenças salariais entre os países de destino e origem, em função do crescimento dos salários no local de destino, diminuiu o tempo de permanência dos migrantes neste último lugar. Apesar de o resultado ser contra-intuitivo, o autor justificou, com argumentos bastante válidos, que o aumento dos salários no local de destino, embora aumente o valor marginal do tempo de permanência no país, também age no sentido de uma diminuição marginal da utilidade da riqueza. A emigração dos migrantes é induzida pelo efeito-renda, que possibilita a volta mais rápida para a região de naturalidade.

Newbold (2001) estudou a migração de retorno com base em dois tipos de referência. Em uma delas, o autor considerou o retorno para o local de nascimento e, na outra, o regresso ao local de residência anterior. O autor chegou à conclusão que tomar como referência o lugar de residência anterior se mostrava mais apropriado em estudos de migração de retorno, na medida em que o local onde a pessoa residiu por muito tempo, representava melhor às ligações afetivas com este, por exemplo, onde o indivíduo estudou e cresceu; a moradia de familiares e amigos. O lugar de nascimento pode não ser o local onde o indivíduo estabeleceu moradia ao longo da sua vida. Um outro ponto interessante do estudo foi a verificação da probabilidade de o migrante torna-se um remigrado ou de migrar mais de uma vez, em função dos seus atributos pessoais e das características das regiões de origem deste migrante e do destino escolhido. Observou-se que os migrantes, que tenderam a realizar mais de um movimento, são, em média, pessoas mais educadas e qualificadas, quando comparados aos migrantes de retorno. Quanto às regiões, aquelas que apresentaram maiores taxas de crescimento são, geralmente, as que retiveram maiores números de indivíduos e as que mais atraem de volta os seus naturais.

Zhao (2001) fez uma análise similar à de Newbold (2001), ao utilizar um modelo de probabilidade para explicar a migração de retorno na China. Este constatou que o perfil do remigrado tende a ser de indivíduo mais velho, com maior escolaridade e casado com esposa que nunca migrou, apresentou, ainda, menor probabilidade de trabalhar na agricultura do que o não-migrante.

Borjas e Bratsberg (1996), em um trabalho pioneiro, realizado para os E.U.A, trataram da questão da seletividade dentro do grupo de migrantes de retorno. Para estes autores, se o grupo inicial for positivamente selecionado, o regresso pode ser realizado

pelos indivíduos menos qualificados, dentro do grupo de melhores, com isto as regiões de destino retêm os melhores. Entretanto, se o grupo de partida for negativamente selecionado, o retorno pode ser realizado pelos trabalhadores mais qualificados.

No Brasil, estudos revelam que a remigração passou a ser um fenômeno importante desde a década de 80, com um aumento considerável do fluxo de retorno nas décadas mais recentes (Ribeiro et al, 1996, Baeninger, 2000). Este último autor demonstra, através de dados censitários, que a migração de retorno nos anos 70 representava 11% da migração no Brasil, já, entre 1980-1991, este número tinha crescido para 24,5%. Destaca, ainda, que o volume de migração de retornados anuais do Nordeste nos anos 80 representava o dobro do observado na década de 70.

Outros trabalhos foram realizados com a intenção de caracterizar o fluxo migratório de remigrados no Brasil. Queiroz (2003) realizou um estudo do perfil sócioeconômico do migrante retornado ao Ceará. Confrontando o migrante de retorno com o migrante não-retornado, observou que o migrante de retorno possui menor escolaridade e ganha menos do que o migrante não-natural, embora apresente uma taxa de ocupação superior a estes. Fato explicado pela existência de redes sociais, como amigos e familiares, que facilitam a inserção do retornado ao mercado de trabalho local. Além disso, a autora atribuiu o aumento do fluxo de regresso ao Ceará à crise econômica vivenciada na região metropolitana de São Paulo e ao bom desempenho da economia cearense no período de 1980-2000.

Garcia e Ribeiro (2004) trataram da migração de retorno a Minas Gerais com a intenção de analisar o impacto demográfico deste tipo de migração. Neste caso, os autores averiguaram os efeitos diretos e indiretos da migração de volta, ou seja, o crescimento da imigração realizada para região por pessoas que são naturais e daqueles que são não-naturais, mas estão acompanhando um retornado. Eles observaram que, durante o decênio, 68% das migrações para a região foram realizadas por retornados e por seus acompanhantes.

Lyra (2005) realizou um estudo sobre a remigração ao agreste pernambucano. Neste trabalho, a autora discute a importância das redes sociais na migração e remigração. É levantada a possibilidade de os indivíduos regressarem ao agreste pernambucano, mas continuarem se relacionando com o estado de São Paulo, através da realização de atividades ligadas ao comércio.

Amaral e Nogueira (1992) também avaliaram a volta dos migrantes ao estado de Pernambuco. Estas autoras basearam suas pesquisas em entrevistas realizadas com pessoas

que estavam regressando, abordadas em locais de paradas de ônibus interestaduais. Apesar da restrição dos dados, as autoras apontaram questões interessantes sobre as causas do retorno. A primeira conclusão que as autoras chegaram é que o regresso não estava, naquele momento, relacionado com o melhor desempenho da economia local, visto que o estado de Pernambuco sofria das mesmas condições de estagnação que abatia o país. A volta poderia ser, então, atribuída à existência de laços familiares, que é sempre um apoio em tempos difíceis; ou, ainda, atribuída ao fato de não existir plenamente um retorno e sim a figura do “migrante circular” que frequentemente realizam o ato de “ir e “vir” de um local para o outro, dependendo das oportunidades surgidas.

Brito et al. (2002) fizeram a análise da migração de curto prazo entre as regiões metropolitanas. O interessante neste trabalho é a exposição de uma metodologia capaz de classificar o migrante nas seguintes categorias: migrante retornado pleno, migrante de passagem e migrante de etapa única. Para obter estas classificações, os autores cruzaram informações sobre o tempo de moradia na UF, residência anterior e a residência declarada numa data fixa.

O presente estudo pretende, portanto, lançar luz nessa discussão no contexto da migração de retorno ao Brasil, sob o prisma do indivíduo e dos seus atributos pessoais que os tornam mais propensos a serem remigrados.

2.1 Fundamentação Teórica

O objetivo desta seção é apresentar, de forma breve, os modelos que tratam da decisão de remigrar dos indivíduos. Em um primeiro momento, será avaliado o modelo de Borjas e Bratsberg (1996), que aborda a remigração sobre dois aspectos. No primeiro, o regresso é visto como uma decisão planejada, a qual o indivíduo programa a sua volta e tem a migração como investimento temporário. No segundo, a volta ao lugar de residência anterior é ocasionada por um erro de avaliação do local de destino, sendo o retorno uma forma de correção da decisão inicial.

Uma outra contribuição em nível teórico dado ao tema é o modelo de Dustmann e Kirchkamp (2002) que, usando o critério de maximização da utilidade, determinam o tempo ótimo de permanência do migrante fora do seu estado natal e apontam quais os fatores que podem influenciar o retorno de uma pessoa ao seu lugar de origem.

2.1.1 O modelo de Borjas e Bratsberg (1996)

O trabalho realizado nesta tese tem como embasamento teórico o modelo desenvolvido por Borjas e Bratsberg (1996). Segundo estes autores, o retorno pode fazer parte de um planejamento de residência ao longo da vida ou uma forma de corrigir uma decisão tomada errada sobre o lugar de destino escolhido. O modelo abaixo abrange estas duas hipóteses.

Supõe-se a existência de duas regiões, referidas como “0” e “1”. Os indivíduos migram da região “0” (sua origem) e podem estabelecer temporariamente ou permanentemente na região “1” (seu destino).

Os ganhos obtidos nas regiões “0” e “1”, são respectivamente, dados por:

$$w_0 = \mu_0 + \eta\nu \text{ e} \quad (1)$$

$$w_1 = \mu_1 + \nu + \varepsilon, \quad (2)$$

onde w_0 representa os ganhos totais obtidos na região de origem, w_1 os ganhos totais obtidos na região de destino, μ_0 é a renda média em *log* da região de origem e μ_1 é renda média em *log* no local de destino, considerando a hipótese de que todos os habitantes da região “0” migrem para outra região.

O parâmetro ν é conhecido e reflete a habilidade ou qualificação que pode ser transferível entre as regiões, ε é um componente de incerteza e η mede a taxa de retorno do trabalho qualificado no local de origem em relação ao local de destino. Onde $\nu \sim N^i(0, \sigma^2)$ e $\varepsilon \sim N^i(0, \sigma^2)$.

Depois de uma temporada fora, o trabalhador tem um retorno sobre investimento de migrar dado por κ no seu salário, considerando ainda que ele passou uma fração π da sua vida no estrangeiro. O ganho total no lugar de origem, após o seu retorno é dado por:

$$w_{10} = \pi w_1 + (1 - \pi)(w_0 + \kappa) \quad (3)$$

A escolha de onde residir ao longo da sua vida leva em consideração a maximização dos seus ganhos esperados, deduzidos os custos da migração $M = \frac{C_m}{w_0}$ (onde

C_m representa os custos monetários de se migrar) e da remigração, $R = \frac{C_r}{w_0}$ (onde C_r

representa os custos monetários da remigração).

Uma pessoa neutra ao risco migra para uma região estrangeira, se:

$$\max[Ew_1 - M, Ew_{10} - M - R] > w_0 \quad (4)$$

e volta ao seu estado natal, se:

$$\max[w_0 - R, w_{10} - R] > w_1 \quad (5)$$

Para que o indivíduo realize uma migração de primeira etapa e volte, é necessário então que equação (4) seja satisfeita, de forma que:

$$Ew_{10} - M - R > Ew_1 - M > w_0$$

A primeira desta condição implica que:

$$(1 - \eta)v < \mu_0 - \mu_1 + \kappa - \frac{R}{1 - \pi}$$

A segunda condição implica:

$$(1 - \eta)v < \mu_0 - \mu_1 + \kappa - \frac{M + R - \kappa}{1\pi}$$

Combinando estas duas condições, chega-se a:

$$\kappa > M + \frac{R}{1 - \pi} \quad (6)$$

A equação (6) diz que o retorno do investimento de migrar deve ser maior do que os custos de ir e voltar a um lugar estrangeiro. Rearrmando as equações (4) e (5), são obtidos os seguintes resultados:

A pessoa fica na região de origem, se:

$$(1 - \eta)v \leq (\mu_0 - \mu_1 + \kappa) + \frac{M + R - \kappa}{\pi} \quad (7)$$

Migra para o estrangeiro, se:

$$(1 - \eta)v > (\mu_0 - \mu_1 + \kappa) + \frac{M + R - \kappa}{\pi} \quad (8)$$

Retorna a região de origem se:

$$(\mu_0 - \mu_1 + \kappa) + \frac{M + R - \kappa}{\pi} < (1 - \eta)v < (\mu_0 - \mu_1 + \kappa) - \frac{R}{1 - \pi} - \varepsilon \quad (9)$$

Para Borjas e Bratsberg (1996), a característica do grupo, que decide ficar no local de destino de forma permanente, vai depender de como a sua região de origem remunera os seus trabalhadores. Se $\eta < 1$, o grupo de indivíduos, que migra para um determinado destino, é composto por pessoas com maior nível de qualificação (maior habilidade em relação a média dos trabalhadores), uma vez que a região de destino remunera melhor os seus trabalhadores qualificados, e aqueles que retornam são os menos qualificados dentro do grupo dos melhores. A justificativa para este comportamento se deve ao fato de que as

peessoas com qualificação acima da média não voltam, porque ganham mais se continuarem no local de destino, já os segundos melhores dentro deste grupo podem auferir mais se voltarem e obterem o retorno da sua estada fora. Caso contrário, se $\eta > 1$, os que partem do seu estado natal são os com nível de qualificação abaixo da média e o retorno é dado por aqueles melhores dentro do grupo, os quais podem obter algum retorno do seu investimento sobre a migração, assim o local de destino retém os “piores dos piores”.

2.1.2 O modelo de Dustmann e Kirchkamp (2002)

Dustmann e Kirchkamp (2002) associam o tempo de permanência de um migrante em um país estrangeiro com o tipo de atividade que ele escolhe no período pós-migração. No modelo, o tempo ótimo de duração da migração e o planejamento da atividade exercida no regresso são simultaneamente determinados.

Assume-se, ainda, que os indivíduos podem escolher entre três tipos de ocupação na sua volta ao país de origem: trabalhar assalariado, trabalhar por conta própria ou decidir sair da força de trabalho. Para os dois últimos casos, é necessário um acúmulo de poupança, que servirá para investimento numa atividade autônoma ou ser usufruída, quando se estiver fora da força de trabalho, no momento da aposentadoria.

O modelo prevê que para cada regime escolhido existe um nível ótimo de consumo e um tempo de permanência, que maximizam uma função de utilidade. O indivíduo através da comparação escolhe aquele regime que o traz o maior nível de satisfação.

O tempo no modelo é considerado contínuo. O migrante nasce no período “0”, no tempo τ , é dada a opção de emigrar e, em $T=1$, ele morre. A decisão de voltar é dada no intervalo $t \in [\tau, 1]$. Trabalha-se com a hipótese de conhecimento perfeito dos migrantes a respeito dos salários no país de origem w_o e no país de destino w_D , supondo, ainda, a condição de $w_D > w_o$.

O migrante deve escolher o nível de consumo ótimo no país de origem C_o e no país de destino C_D , bem como o tempo de permanência fora do seu país τ . A preocupação é de encontrar os valores ótimos destas variáveis, que maximizam a seguinte função de utilidade:

$$U = (1-t)\beta_o \ln C_o + (t-\tau)\beta_D \ln C_D - h_s(\alpha_s + (1-t)\beta_s) - h_w(\alpha_w + (1-t)\beta_w) \quad (10)$$

onde os h_s e h_w representam as atividades escolhidas após o retorno, de forma que estes assumem os seguintes valores:

$$\begin{aligned} h_s &= 1, h_w = 0 \text{ trabalhador autônomo} \\ h_s &= 0, h_w = 1 \text{ trabalhador assalariado} \\ h_s &= 0, h_w = 0 \text{ fora da força de trabalho} \end{aligned} \quad (11)$$

O primeiro e o segundo termos da equação (10) representam o consumo no país de origem e no país estrangeiro ponderados pelo tempo vivido em cada país, onde β_o e β_D são parâmetros que representam as preferências das pessoas em relação ao país que reside. Admite-se que morar no seu próprio país gera externalidade ao consumo de forma que $\beta_o > \beta_D$. O terceiro e o quarto termos da equação representam o desconto na utilidade pelo indivíduo ter de, ainda, exercer alguma atividade após o seu retorno. Os termos β_s e β_w representam esta desutilidade por unidade de tempo de se assumir uma atividade empresarial ou assalariada, respectivamente. Sendo ($\alpha_s \geq 0$ e $\alpha_w \geq 0$) considerados como os custos de se estabelecer uma atividade empresarial ou os custos de se obter informações sobre ofertas de empregos, no caso do trabalhador assalariado.

O indivíduo maximiza a função de utilidade sujeita à seguinte restrição orçamentária:

$$BC = (1-t)C_o + p(t-\tau)C_D - (1-t)h_w w_o - (t-\tau)(1-h_s)w_D - rh_s f(k, 1-t) = 0 \quad (12)$$

Os dois primeiros componentes da equação (12) dizem respeito ao consumo nos dois países origem e destino, sendo o consumo no país de destino ponderado pelo índice de preços. Por suposição do modelo, admite-se que o preço dos bens no país estrangeiro é maior do que no país de origem. O último componente representa os ganhos obtidos em cada região acrescido do retorno do investimento realizado no período em que se esteve fora do seu estado natal. Onde r representa o retorno obtido em atividades empresariais exercidas no lugar de origem e $f(k, 1-t)$ é a função de produção no caso da atividade escolhida ser a de trabalho por conta própria. Assume-se que f é uma função linear de k , em que este mede o estoque de capital acumulado no período fora e investido no ramo empresarial.

Admitindo que toda poupança acumulada no exterior seja investida na atividade escolhida e que o migrante permanecerá depois do retorno como trabalhador autônomo, pode escrever f como:

$$f(k, 1-t) = k(1-t) = (w_D - pC_D)(t-\tau)(1-t) \quad (13)$$

onde $(w_D - pC_D)(t-\tau)$ representa a poupança gerada, renda auferida no exterior menos o consumo realizado, e $(1-t)$ é o tempo restante envolvido na atividade empresarial no período pós-retorno.

Após o desenvolvimento deste modelo, Dustmann e Kirchkamp (2002) chegam à conclusão que o retorno pode ocorrer devido a três motivos: o primeiro deles é a preferência estrita dos indivíduos por sua terra natal, representado por um alto valor no parâmetro β_o ; o segundo é o aumento dos preços no lugar de destino, o que diminui o poder de compra dos migrantes, se comparado ao seu local de origem, e o terceiro é o alto retorno obtido com investimento em atividades autônomas no lugar de origem.

Apesar da atratividade destes dois modelos, eles não serão testados diretamente para o caso do Brasil, por não existir as informações suficientes para realização das estimações. No modelo de Borjas e Bratsberg (1996), testa-se a seletividade do migrante utilizando dados do Serviço de Imigração e Naturalização (INS) e do Censo para E.U.A. Estas informações permitem identificar os migrantes internacionais que entraram nos Estados Unidos e, deste grupo, saber quem retornou ao seu país de origem. O Censo realizado pelo IBGE permite saber quem são os retornados do lugar, mas não se consegue identificar quem são os indivíduos que partiram na mesma época do retornado, mas continuaram residindo no lugar de destino. No caso do modelo desenvolvido por Dustmann e Kirchkamp (2002), os autores estimaram suas equações a partir de informações coletadas em entrevistas realizadas a um grupo de migrantes que deixou Alemanha e retornou à Turquia. Entretanto, no Brasil não existe registro de pesquisas semelhantes. A presença destes modelos é justificada, quando estes servirem como respaldos teóricos nos resultados encontrados.

3 PADRÃO DA MIGRAÇÃO NO BRASIL E TENDÊNCIAS

Neste capítulo, apresenta-se um breve panorama da migração brasileira. O fluxo da migração no Brasil tem sido direcionado de forma bastante concentrada para as regiões Sul e Sudeste do país, particularmente, para o estado de São Paulo. Nos dias atuais, entretanto, tem-se verificado uma diminuição relativa da capacidade destas regiões em atrair imigrantes. Por outro lado, observa-se um maior crescimento da migração para os estados tradicionalmente fornecedores de mão-de-obra, como Minas Gerais e os estados da região Nordeste. Neste caso, os fluxos migratórios estão sendo alimentados pelo maior movimento de retorno das pessoas aos seus lugares de origem.

A remigração é um acontecimento comum dentro do processo de migração. Os indivíduos que não se adaptam ao local de destino tendem a volver para os seus lugares de partida ou seguirem para outros destinos. Dentro do fluxo da remigração, ainda existe aquelas pessoas que retornam aos seus lugares de origem, após obterem os ganhos desejados com a migração ou por terem se aposentado. Para estes indivíduos, a volta tende a ser um evento programado. Entretanto, o que chama atenção no comportamento recente da migração brasileira é o crescente volume de pessoas voltando para o seu estado de naturalidade e a expressiva participação destas nos fluxos migratórios. Portanto, o objetivo deste capítulo é dimensionar este contrafluxo da migração no Brasil e mostrar como ele pode estar contribuindo para as novas configurações surgidas. Observa-se, por exemplo que para o quinquênio, 1999-2004, de acordo com a PNAD, um maior número de estados na região Nordeste com saldos migratórios positivos, enquanto São Paulo, no cômputo da entrada e da saída de pessoas apresentou valores negativos. É a primeira vez que São Paulo aparece perdendo população, através do intercâmbio migratório, o que sem dúvida, estar sendo ocasionado pelo movimento de retorno dos migrantes aos seus estados de nascimento.

Este capítulo está estruturado conforme a seguir. Na Seção 3.1, apresenta-se um breve relato sobre o comportamento migratório no Brasil. Na Seção 3.2, ocupa-se em demonstrar as tendências recentes da migração e fazer uma relação entre estas e a migração de retorno. A Seção 3.3 contém uma distribuição da migração de retorno intra-estadual e inter-regional. Na Seção 3.4, são apresentados os conceitos de migração de curto prazo. O capítulo se encerra na Seção 3.5, com a conclusão e os comentários finais.

3.1 Padrão Histórico da Migração no Brasil

A partir da década de 1950, houve um crescimento da migração inter-regional no Brasil. O crescimento do fluxo migratório brasileiro pode ser atribuído, nesta época, às grandes demandas de mão-de-obra para a construção da estrada Belém-Brasília, da capital federal, Brasília, e até mesmo, como apontam, Camarano e Abramovay (1999), para a colheita do café em São Paulo e no norte do Paraná. Por outro lado, no final da década, o Nordeste foi assolado por uma grande seca, ocasionando uma saída expressiva de pessoas do campo para a cidade, aumentando a oferta de mão-de-obra disponível. De acordo com Silva Netto Junior et al. (2003), nos anos 50, a origem do migrante foi bastante concentrada, tinha-se 50% dos migrantes do país eram naturais da região Nordeste e, aproximadamente, 25% de Minas Gerais. Em se tratando do destino, também se verificava uma maior preferência dos migrantes para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Goiás, aproximadamente 65% dos migrantes do país se direcionaram para estes estados. O Rio de Janeiro e São Paulo foram destinos de 46% de todos os migrantes, sendo que o Rio de Janeiro contava com a parcela de 25% destes imigrantes e São Paulo com 21%. A partir desta década, os estados do Nordeste e Minas Gerais despontaram como os principais fornecedores de mão-de-obra e o Sudeste como principal receptor de migrantes das demais regiões.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a composição do quadro migratório não sofreu significativas alterações. A maior diferença ocorreu pelo maior número de pessoas se dirigindo para o estado de São Paulo, que passou a receber cerca de 33% dos migrantes do país, superando, a partir de então, o Rio de Janeiro (Silva Netto Junior et al., 2003). Amaral e Nogueira (1992), ao descreverem os motivos do crescimento da economia brasileira no início da década de 1970, apontaram também elementos que podem ter influenciado o comportamento da migração neste período. Segundo as autoras:

O período de crescimento da economia nos anos 70 tem como referência dois pontos básicos: o desenvolvimento da indústria produtora de bens intermediários, bens de capital e bens de consumo duráveis; e a agricultura dinamizada pelo emprego de tecnologia e o processo de modernização que leva a articular-se com a indústria, o que beneficiou o movimento de urbanização. (Amaral e Nogueira, 1992, p.8).

O crescimento da indústria, a modernização da agricultura e o processo de urbanização são fatores comumente apontados em estudos da migração, como

condicionantes do fluxo migratório da década de 70 (Brito, 2003, Baeninger, 2000). O crescimento da indústria no Sudeste, em particular, no estado de São Paulo, foi responsável pela criação de empregos nesta região e, portanto, pela atração da mão-de-obra abundante das demais áreas do país. Por outro lado, os estados, denominados de fronteira agrícola, como o Paraná e os estados do Centro-Oeste, passaram por um processo de modernização nas suas atividades agrícolas, com a expansão de plantações de soja e a exploração das atividades pecuárias na região. Embora, para o Paraná, este efeito ter sido negativo em termos de migração, a substituição das atividades cafeeiras por outras atividades menos absorvedoras de mão-de-obra ocasionou uma grande evasão populacional, entre os anos de 1960-1970 (Brito, 2003). Por fim, conforme ressalta Cunha (2003), nesta década de 70, a população passou a ser predominantemente urbana, com a taxa de urbanização na ordem de 56% da população, enquanto, na década de 60, esta porcentagem era de somente 36%.

Na década seguinte, observou-se um arrefecimento da economia brasileira e deu-se início a uma relativa desconcentração das atividades industriais no estado de São Paulo. Embora esta desconcentração ter se dado em favor do crescimento das indústrias nas cidades do interior do estado ou para outros estados próximos. Nesta época, também se verifica uma maior perda da capacidade de absorção da mão-de-obra por parte das indústrias e um aumento de empregos informais nas grandes cidades.

Segundo Baeninger (2000), o processo de deslocamento populacional reagiu de forma defasada às mudanças na desconcentração industrial, verificadas no decorrer dos anos 70. De acordo com a autora, somente a partir do Censo de 90 é que se pode detectar novas configurações do padrão migratório, com o surgimento de novos estados como ganhadores líquidos de população. Embora boa parte destes estados, com saldos migratórios positivos, se situe nas regiões Norte e Centro-Oeste, ainda como consequência do processo de expansão da fronteira agrícola iniciado nos anos 70.

Esta expansão territorial do fluxo de migração pode ter sido a causa do decréscimo da participação dos estados considerados como principais pólos receptores. De acordo com o Censo de 2000, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás foram responsáveis por 55% da migração. Embora se configurem, ainda, como importantes áreas de destino dos migrantes, este dado demonstra uma redução relativa da participação destes, os quais chegaram a responder como pólos receptores por 69% de toda a migração realizada na década de 1970 (Silva Netto Junior et al., 2003).

Além desta menor concentração da migração no sentido das trajetórias ditas dominantes, os anos 80 também foram marcados pelo crescimento da migração de retorno.

Dados apresentados por Baeninger (2000) mostram que a remigração representou 24,46% da migração realizada durante a década de 1980. Este valor corresponde a mais do que o dobro do verificado para a década de 70, em que o número de retornados aos seus estados de nascimento representava 11% do total de migrantes do país. Desde esta época, já se registrava uma elevada participação da migração de retornos no fluxo imigratório dirigidos aos estados do Nordeste, de Minas Gerais, do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Para o período de 1981-1991, também se observou, de acordo com Brito (2003), o maior volume de saídas de pessoas do estado de São Paulo. Durante esta década, o número de emigrantes do estado chegou a representar 14% da emigração do país, o que tornou o estado o maior emissor de pessoas para outros estados. Na época, os principais destinos destes migrantes foram os estados do Nordeste e de Minas Gerais, para os quais se destinaram 55% dos emigrantes de São Paulo. Embora não tenha a preocupação de apresentar dados a respeito, o autor cita o retorno como uma das causas deste crescimento de saídas de pessoas do estado de São Paulo.

A seguir, são apresentados quadros migratórios recentes, que confirmam esta tendência de saída de migrantes em direção aos seus lugares de origem.

3.2 Tendências Recentes da Migração Brasileira e o Papel da Migração de Retorno

Nesta seção, são apresentadas informações sobre o comportamento recente da migração, com destaque para o papel quantitativo que a migração de retornos tem apresentado sobre os fluxos migratórios brasileiros.

Os dados da Tabela 1 mostram uma configuração da migração brasileira para o período de 1995-2000. Esta apresenta informações sobre o número de imigrantes e emigrantes de cada estado e região, bem como o saldo migratório líquido. Ainda estão presentes o número de retornados e a participação destes na imigração total.

O migrante é considerado como indivíduo que morou entre 1995 e 2000 em distintas Unidades da Federação. O Censo disponibiliza esta informação com o registro do local onde o indivíduo residia exatamente a cinco anos antes de uma data de referência (31/07/1995). O migrante retornado é aquele indivíduo que declarou ter residido em 1995 fora do seu estado do seu de nascimento, porém, no momento do Censo em 2000, encontrava-se residindo novamente no seu estado de naturalidade. Considera-se ainda, somente a migração interna realizada entre as Unidades da Federação, excluindo-se os indivíduos que não tinham residências em 1995 identificadas e os nascidos no exterior.

De acordo com a Tabela 1, a região Norte, no período de 1995-2000, apresentou saldo positivo entre a diferença do número de imigrantes e emigrantes da região. Esta recebeu cerca de 11% dos imigrantes do país e apresentou uma participação de 9,5% na emigração nacional, durante o período. Quanto à migração de retorno, observa-se que ela tem sido bastante reduzida para a região. O número de remigrados representou somente 11% do total de pessoas que se destinaram para esta região, durante o quinquênio analisado. Os estados do Acre, Pará e Tocantins apareceram com as maiores participações de remigrados, cerca de 20%, 15% e 15%, respectivamente. Roraima é o estado do país que apresentou a menor participação de retornados no seu fluxo de imigração, cerca de 2%.

Entre os anos 1995-2000, o Nordeste apresentou saldo migratório negativo na ordem de 764 mil indivíduos, de acordo com a Tabela 1. Somente o Rio Grande do Norte recebeu mais pessoas do que enviou, registrando uma diferença favorável ao estado de cerca de 6,6 mil indivíduos. O Nordeste foi a região que obteve o maior número de emigrantes, em torno de 35% da emigração do país. Embora também tenha apresentado uma alta representação na imigração, próximo a 20%. Esta maior participação na imigração pode estar ligada ao volume de pessoas naturais da região que estão fazendo o caminho de volta. De acordo com a Tabela 1, observa-se que dos 1.055.920 migrantes recebidos na região, entre 1995-2000, aproximadamente, 458,9 mil se encontravam na condição de retornados, correspondendo, portanto, cerca de 43% destes. O número de remigrados nordestinos teve representação em torno de 41% da população de retorno do país.

A análise realizada por estados, na Tabela 1, mostra que a Paraíba destacou-se em primeiro lugar na proporção de retornados na imigração total do estado, aproximadamente 49%, portanto, quase a metade da população que se dirigiu à Paraíba são naturais do estado. Em seguida, vêm os estados do Ceará, Piauí, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Alagoas, todos eles com a proporção de retornados acima de 40% dentro do fluxo migratório. Em se tratando de volume de retornados, observa-se que estes foram em maior número para os estados da Bahia (108,1 mil), Ceará (78,4 mil) e Pernambuco (73,5 mil). Este pode ser um fato comum, pois eles também são responsáveis pelos maiores volumes de imigração dentro da região e, por isso, apresentam maiores chances de trazerem de volta uma maior quantidade destes.

Em se tratando da região Sudeste (ver Tabela 1), os dados de migração do período 1995-2000 demonstram que a região ainda lidera, na lista, como a preferida dos migrantes,

cerca de 41% de todos os migrantes do país se dirigiram para ela. Embora também apresente uma alta participação na emigração do país, próximo a 32%.

TABELA 1 - Brasil: imigração e emigração, saldos migratórios e volume de retornados por estado e para as grandes regiões do país, durante o período de 1995-2000

Estados	Imigrante (A)	Emigrante (B)	Saldo Migratório (A)-(B)	Retornados ao Estado (C)	% (C)/(A)
NORTE	556.393	493.708	62.685	62.897	11,26
Rondônia	83.325	72.735	10.590	6.091	7,31
Acre	13.634	16.070	-2.436	2.785	20,42
Amazonas	89.627	58.657	30.970	8.619	9,62
Roraima	47.752	14.379	33.373	1.011	2,12
Pará	182.043	234.239	-52.195	27.795	15,27
Amapá	44.582	15.113	29.469	2.327	5,22
Tocantins	95.430	82.515	12.915	14.270	14,95
NORDESTE	1.055.920	1.819.968	-764.048	458.955	43,46
Maranhão	100.816	274.469	-173.653	43.186	42,84
Piauí	88.740	140.815	-52.075	40.997	46,20
Ceará	162.925	186.710	-23.785	78.469	48,16
Rio Grande do Norte	77.916	71.287	6.630	27.748	35,61
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	50.154	49,17
Pernambuco	164.871	280.290	-115.419	73.554	44,61
Alagoas	55.966	127.948	-71.983	23.239	41,52
Sergipe	52.111	56.928	-4.817	13.510	25,93
Bahia	250.571	518.036	-267.465	108.097	43,14
SUDESTE	2.120.511	1.661.924	458.587	348.658	21,26
Minas Gerais	447.782	408.658	39.124	161.045	35,97
Espírito Santo	129.169	95.168	34.001	21.831	16,90
Rio de Janeiro	319.749	274.213	45.536	49.351	15,43
São Paulo	1.223.811	883.885	339.926	116.431	9,51
SUL	610.359	629.554	-19.195	170.050	27,86
Paraná	297.312	336.998	-39.686	94.654	31,84
Santa Catarina	199.653	139.667	59.986	34.962	17,51
Rio Grande do Sul	113.395	152.890	-39.495	40.435	35,66
CENTRO-OESTE	852.910	590.939	261.971	89.135	10,45
Mato Grosso do Sul	97.709	108.738	-11.029	14.997	15,35
Mato Grosso	166.299	123.724	42.575	10.363	6,23
Goiás	372.702	169.900	202.802	54.294	14,57
Distrito Federal	216.200	188.577	27.624	9.482	4,39
BRASIL	5.196.093	5.196.093	0	1.129.696	21,74

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: Considera-se somente a migração interna realizada entre os estados brasileiros.

Entre os estados da região Sudeste, merecem destaque as posições de Minas Gerais e São Paulo. De acordo com a Tabela 1, a diferença entre o número de emigrantes e

imigrantes foi favorável a Minas Gerais, com cerca de 39,1 mil indivíduos. Desde a década de 70 observa-se uma redução do volume de emigrantes provenientes de Minas Gerais, de forma que este estado tem reduzido sua participação na emigração do país (Brito, 2003). Por outro lado, ele tem aumentado a sua participação na imigração, sendo que este crescimento pode estar relacionado, assim como no caso do Nordeste, ao maior movimento de retorno. Pode se verificar na Tabela 1, que, aproximadamente, 36% das pessoas que se direcionaram para Minas Gerais, são naturais deste estado e encontravam-se, portanto, na condição de remigrados. Um estudo realizado por Garcia e Ribeiro (2004) mostrou que, no caso de Minas, somente 25% da população que entrou nesta Unidade da Federação, entre 1990-2000, não tinha ligação com a migração de retorno, ou seja, 75% dos migrantes eram, na verdade, remigrados ou acompanhantes destes como cônjuges, filhos e/ou outros parentes.

O estado de São Paulo apresentou, neste período, saldo positivo no valor de 339,9 mil pessoas (ver Tabela 1), o que representa quase a metade do valor observado por Brito e Carvalho (2006) para dados censitários, no período 1986-1991, na ordem de 740 mil pessoas. Esta redução no saldo migratório entre os períodos pode ser um indicativo que São Paulo tem diminuído o seu poder de atração de migrantes. Embora, como mostram os Gráficos 1 e 2, este estado tenha apresentado uma elevada participação, comparado aos outros estados, na imigração e na emigração do país, na proporção de 23,5% e 17%, respectivamente. Com isto, o estado que mais enviou pessoas para os demais é também o que mais recebeu, durante o interregno analisado.

O que chama atenção é o fato de que esta emigração de São Paulo pode estar sendo alimentada pelo movimento de retorno aos estados de origem, aproximadamente, 42% das pessoas que saíram de São Paulo, durante o 1995-2000, se encontravam na condição de retornados aos seus estados de nascimentos, (ver Tabela A2 do Anexo). Talvez, a volta esteja ocorrendo por uma não-materialização das expectativas de melhoria de vida neste local de destino. São Paulo, a partir da década de 1980, conforme mostram alguns estudos (Cunha e Deddeca, 2000, Cunha, 2003), passou pelo processo de reestruturação da sua atividade produtiva, o que teve um impacto negativo na geração de empregos e ocasionou deterioração das condições de trabalho, com aumento do número de pessoas nos empregos informais. Somado a isto, a grande metrópole paulista, lugar de maior atração de imigrantes no estado, vem sofrendo com os problemas gerados pelo congestionamento populacional, tais como a restrição de moradias, maior sobrecarga nos serviços públicos e o crescimento da violência.

Continuando a análise por região, observa-se, pela Tabela 1, que as trocas migratórias foram desfavoráveis para região Sul, no quinquênio 1995-2000. Esta região enviou mais pessoas do que recebeu, apresentando uma perda populacional de 19 mil migrantes. Neste caso, os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul foram os maiores perdedores líquidos de população. Em se tratando do comportamento migratório de retorno, observa-se que a região recebeu 170 mil remigrados, o que representa 15% da população de retorno do país. Os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul apresentaram uma proporção de retornados na ordem de 32% e 36%, respectivamente, do total da imigração. O estado de Santa Catarina, além de apresentar saldos migratórios positivos, demonstrou também uma boa capacidade de atrair novos migrantes, visto que somente 17,5% do total de pessoas vindas para o estado, durante o período, se encontravam na condição de retornados.

Durante o quinquênio 1995-2000, o Centro-Oeste apresentou ganhos líquidos de população, através do fluxo migratório, cerca de 261,9 mil pessoas. O estado de Goiás apareceu com um volume elevado de imigrantes, cerca de 372 mil indivíduos, o que representa 7% da migração do país, perdendo somente para os estados de São Paulo e de Minas Gerais. Dentro desta região, somente o estado do Mato Grosso do Sul apresentou saldo migratórios negativos, na ordem de 11 mil indivíduos. Quanto ao movimento de retorno a esta região, os dados presentes na Tabela 1 demonstram uma baixa participação de remigrados, o que corresponde a somente 10% do total de migrantes recebidos. Dentro desta região, destaca-se a posição do Distrito Federal que, dos 216,2 mil migrantes recebidos durante o quinquênio, somente 4% eram remigrados.

A Tabela 2 contém dados sobre a migração realizada entre os anos de 1999-2004. As informações sobre este período foram retiradas da PNAD de 2004, as quais, apesar de se tratarem de informações amostrais, são bastante úteis na descrição das tendências sobre o comportamento migratório para a presente década.

De acordo com esta tabela, observa-se que a região Norte apresentou-se como ganhadora líquida de população, cerca de 64,2 mil indivíduos. A região também manteve a sua participação em relação à imigração e à emigração do país, em torno de 12% e 10%, respectivamente. Na configuração do quadro de migração de retorno, observa-se que o estado do Pará apareceu com o maior número de retornados, no valor de 47 mil indivíduos, representando 20% da imigração do estado. Em seguida, Tocantins com a proporção de retornados em 19% e, em terceiro, o Acre com cerca de 18% .

TABELA 2 - Brasil: imigração e emigração, saldos migratórios e volume de retornados por estado e para as grandes regiões do país, durante o período de 1999-2004

Estados	Imigrante (A)	Emigrante (B)	Saldo Migratório (A)- (B)	Retornados ao Estado (C)	% (C)/(A)
NORTE	514.910	450.288	64.622	82.580	16,03
Rondônia	48.810	54.787	-5977	4.235	8,68
Acre	14.777	13.212	1565	2.740	18,54
Amazonas	63.695	52.598	11097	8.568	13,45
Roraima	38.063	12.186	25877	1.448	3,80
Pará	234.936	187.426	47510	47.369	20,16
Amapá	32.317	18.281	14.036	2.502	7,74
Tocantins	82.312	111.798	-29.486	15.718	19,10
NORDESTE	1.249.878	1.336.540	-86.662	640.960	51,28
Maranhão	180.924	258.016	-77.092	86.078	47,58
Piauí	119.646	113.952	5.694	75.224	62,87
Ceará	141.680	120.574	21.106	83.091	58,65
Rio Grande do Norte	73.026	36.693	36.333	36.044	49,36
Paraíba	137.876	95.857	42.019	71.876	52,13
Pernambuco	179.932	204.868	-24.936	87.178	48,45
Alagoas	81.318	85.668	-4.350	39.525	48,61
Sergipe	45.843	43.258	2.585	18.072	39,42
Bahia	289.633	377.654	-88.021	143.872	49,67
SUDESTE	1.517.151	1.735.630	-218.479	346.265	22,82
Minas Gerais	427.310	397.394	29.916	164.073	38,40
Espírito Santo	106.662	108.669	-2.007	23.025	21,59
Rio de Janeiro	164.081	254.310	-90.229	25.080	15,29
São Paulo	819.098	975.257	-156.159	134.087	16,37
SUL	586.321	553.308	33.013	202.953	34,61
Paraná	256.758	269.951	-13.193	105.851	41,23
Santa Catarina	213.129	136.985	76.144	50.966	23,91
Rio Grande do Sul	116.434	146.372	-29.938	46.136	39,62
CENTRO-OESTE	749.460	541.954	207.506	91.744	12,24
Mato Grosso do Sul	90.071	96.673	-6.602	14.194	15,76
Mato Grosso	192.361	77.410	114.951	10.887	5,66
Goiás	315.571	168.104	147.467	51.044	16,18
Distrito Federal	151.457	199.767	-48.310	15.619	10,31
BRASIL	4.617.720	4.617.720	0	1.364.502	29,55

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE

Nota: Considera-se somente a migração interna realizada entre os estados brasileiros.

Os dados da PNAD de 2004 apresentaram novidades a respeito da migração para o Nordeste. De acordo com a Tabela 2, os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram ganhos populacionais durante o quinquênio. A presença de saldo positivo, para estas unidades, pode estar sendo ocasionada tanto pela menor emigração, quanto pelo crescimento do número de pessoas que estão retornando para estes locais.

Como se observa, pelos dados presentes na Tabela 2, o número de retornados à região Nordeste, durante o quinquênio, foi de 640,9 mil indivíduos. Este valor representa 51% do total da imigração da região. Todos os estados da região demonstraram uma expressiva participação de retornados na imigração, com valores acima de 47%, com exceção do estado de Sergipe, para o qual a proporção de retornados se encontra em torno de 39%. Ressalta-se, ainda, que, para o estado do Piauí, a participação de remigrados correspondeu a 62% do total da imigração.

O que chama atenção, tanto pelos dados censitários quanto pelos dados amostrais fornecidos pela PNAD de 2004, é a maior concentração da remigração para o Nordeste. De fato, entre o período de 1995-2000, esta região recebeu cerca de 41% de todos os remigrados do país e, entre 1999- 2004, esta proporção foi na ordem de 47%. Assim, os dados disponíveis confirmam uma maior tendência da região Nordeste em recuperar os seus emigrantes. Embora estes também revelem uma baixa capacidade da região em atrair novos migrantes.

Ainda na Tabela 2, verifica-se que a região Sudeste apresentou saldo migratório desfavorável durante o quinquênio. O número de emigrantes excedeu o de imigrantes, no valor de 218,4 mil. Com exceção de Minas Gerais, todos os demais estados apresentaram perdas líquidas de população. Observa-se, por exemplo, que o Rio de Janeiro apresentou saldo migratório negativo, em torno de 90 mil indivíduos. Durante este quinquênio, o estado atraiu somente 3,55% da população de migrantes do país e foi responsável por 5,50% da emigração total (ver Gráficos 1 e 2).

Entretanto, a grande novidade, que estes dados apontam, é, sem dúvida, a posição do estado de São Paulo. Ele apresentou uma perda populacional no total de 156,1 mil indivíduos, através da diferença entre a entrada e a saída de migrantes. Este fato tem ganho espaço na mídia por ser a primeira vez, entre décadas, que este estado aparece enviando mais pessoas do que recebendo. Em termos de participação na migração nacional, São Paulo desponta com a maior taxa de emigração, cerca de 21%, e também com a maior participação na imigração nacional, no valor de 18% (ver Gráficos 1 e 2).

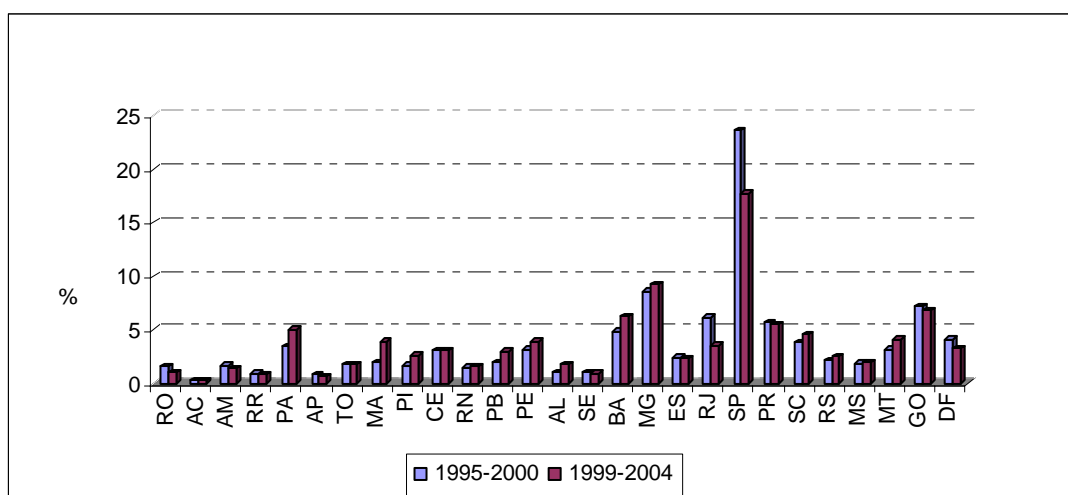
Novamente, a remigração tem um importante papel quantitativo neste comportamento migratório observado para o estado de São Paulo. Dos 975,2 mil emigrantes do estado, cerca de 48% são pessoas que estão se dirigindo aos seus lugares de nascimento (ver Tabela A3 do Anexo).

Outro fato que merece ser comentado é que a proporção de retornados naturais do estado na imigração se mostrou mais expressiva para o quinquênio 1999-2004, cerca de

16%. Isto pode ser mais um indício de que São Paulo tem diminuído, ainda que em valores reduzidos, o seu poder de atrair novos migrantes.

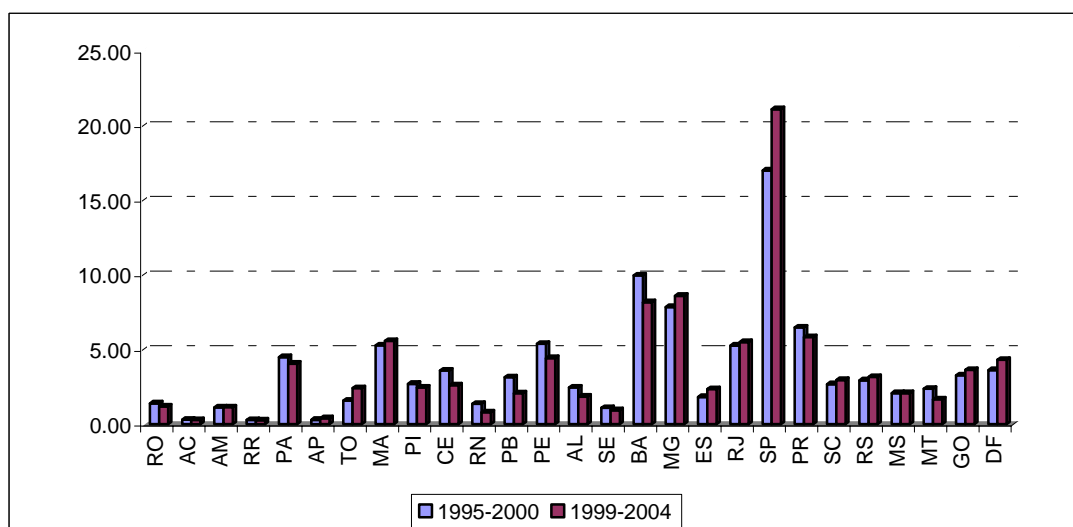
Em relação à região Sul, de acordo com os dados da Tabela 2, tem-se a indicação que esta região passará a ser ganhadora líquida de população, na década atual, pelos saldos migratórios positivos que apresentou, no período 1999-2004. Todos os estados da região apresentaram valores positivos no intercâmbio da migração. Os estados do Paraná e Rio Grande do Sul também demonstraram grande capacidade de atraírem migrantes de retorno. De acordo com a Tabela 2, observa-se que a proporção de retornados, para estes estados, se aproximou de 41% do total de pessoas recebidas por eles, durante o quinquênio.

GRÁFICO 1 - Participação dos estados na imigração do país para os períodos de 1995-2000 e 1999-2004



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico de 2000 e da PNAD de 2004, produzidos pelo IBGE.

GRÁFICO 2 - Participação dos estados na emigração do país para os períodos de 1995-2000 e 1999-2004



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico de 2000 e da PNAD de 2004, produzidos pelo IBGE.

Quanto à região Centro-Oeste, constata-se, na Tabela 2, que os estados do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal apareceram com saldos migratórios negativos, durante o quinquênio. O valor líquido apresentado para esta região, com ganhos populacionais no valor de 207,5 mil, pode ser atribuído aos estados de Goiás e Mato Grosso. Particularmente ao estado de Goiás, que sempre se manteve como pólo de atração de migrantes. Durante o quinquênio 1999-2004, a participação do estado de Goiás ficou em 6,8% do total da imigração do país, enquanto sua participação na emigração foi na ordem de 3,6% (ver Gráficos 1 e 2). O estado do Mato Grosso, embora com saldos migratórios superiores a 100 mil pessoas, é destino de somente 4,2% dos imigrantes brasileiros, enquanto as pessoas que saíram do estado só correspondem a 1,7% da emigração brasileira (Gráficos 1 e 2). Em relação à remigração para a região, esta se mostrou bastante baixa. No conjunto total de pessoas dirigidas à região, somente 6,72% se encontravam na condição de retornados.

3.3 Distribuição da Migração de Retorno ao Estado de Nascimento por Região

Nesta seção, é montado um quadro da migração de retorno, levando-se em consideração a distribuição deste tipo de migração entre os estados de uma mesma região e entre as regiões do país.

TABELA 3 - Distribuição da migração de retorno ao estado de nascimento pelas regiões de origem e de destino

Destino Inicial (Residência em 1995)	Região de Origem (Nascimento)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	29.170	41.356	15.636	9.139	20.232
Nordeste	10.264	106.849	57.513	5.634	7.525
Sudeste	10.336	265.348	188.709	63.963	22.514
Sul	2.801	8.026	34.884	65.867	5.234
Centro-Oeste	10.326	37.375	51.917	25.447	33.631
Total	62.897	458.954	348.659	170.050	89.136

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

A diagonal da Tabela 3 mostra a remigração ocorrida entre os próprios estados de cada região. Para boa parte das regiões, a quantidade de migrantes retornados intra-regional superou a migração inter-regional. Com exceção do Nordeste, pois a maioria de seus remigrados residia na região Sudeste, no ano de 1995, aproximadamente 265,3 mil indivíduos. Este número é surpreendente, porque compreende cerca de 58% de toda remigração realizada para o Nordeste, superando a migração de retorno intra-estadual, a qual representa somente 23%. Sabe-se, ainda, que dentro deste universo de remigrados

vindos do Sudeste, 201.609 pessoas saíram do estado de São Paulo (ver Tabela A2 do Anexo).

O Norte e o Sul apresentaram baixas permutas de remigrados, o número de pessoas que deixaram o Sul e voltaram para o Norte, seu lugar de naturalidade, foi de somente de 2.801 pessoas. No sentido contrário, do Norte para o Sul, este valor foi aproximadamente de 9,1 mil indivíduos. É claro que, em valores absolutos, o valor reduzido de remigrados também reflete o pouco intercâmbio de migrantes entre estas regiões. Segundo os dados do Censo de 2000, somente 6% dos emigrantes da região Norte se destinaram para a região Sul e, ao contrário, do Sul para o Norte, este valor não passou de 10%, conforme Silva Netto Junior et al., 2003.

Em relação à região Sudeste, o maior fluxo de retorno se dá entre os estados da própria região, aproximadamente, 189 mil indivíduos, os quais representam 54% da remigração realizada para o Sudeste. Uma análise mais acurada por estado, permite observar a ocorrência desta distribuição da remigração dentro da própria região. Percebe-se, por exemplo, que cerca de 51% das pessoas retornadas a Minas Gerais vieram de São Paulo. O Espírito Santo também aparece com 23% e 32% dos seus retornados vindos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, respectivamente. O Estado de São Paulo é o único que não apareceu com maior participação de retorno intra-regional, os imigrantes de retorno deste estado vieram, em sua maioria, do Paraná (17%), de Minas Gerais (19%) e da Bahia (11%) (ver Tabela A2 do Anexo).

O que chama atenção é que a segunda maior rota de retorno para esta região é oriunda do Nordeste, embora este valor represente somente 16% do total de remigrados da região. Particularmente, foi do estado da Bahia que se obteve o maior número de pessoas naturais do Sudeste realizando movimento de retorno (ver Tabela A2 do Anexo). Neste caso, o regresso não está sendo proporcional ao número de saída de migrantes, uma vez que o principal destino dos naturais do Sudeste é a região Centro-Oeste, aproximadamente, 1,25 milhões residindo nesta última, conforme registrado no Censo de 2000 (Silva Netto Junior et al., 2003).

No caso do Sul, observa-se um grande fluxo de retorno vindo do Sudeste. O número de retornados vindos desta região se aproxima ao número de regressos ocorrido dentro dos próprios estados do Sul, aproximadamente, 38% contra 39%, verificado para este último. Por estes valores, percebe-se que existe uma baixa participação de imigrantes retornados das demais regiões. Destaca-se, dentro desta região, a posição do Rio Grande do

Sul, para o qual se observa que 51% dos retornados estavam residindo, em 1995, nos estados de Santa Catarina e do Paraná.

Para a região Centro-Oeste, 38% dos remigrados são da própria região, 25% são do Sudeste e 23% vêm do Norte. O Sul e o Nordeste têm pouca participação no fluxo de retorno, embora isto reflita também a baixa participação da migração entre o Centro-Oeste e estas duas regiões. De acordo com as informações extraídas de Silva Netto Junior et al. (2003), o número de naturais do Centro – Oeste residindo no Sul e Nordeste, pelo Censo de 2000, era cerca de 170 mil indivíduos, os quais correspondem a somente 19% dos emigrantes da primeira região.

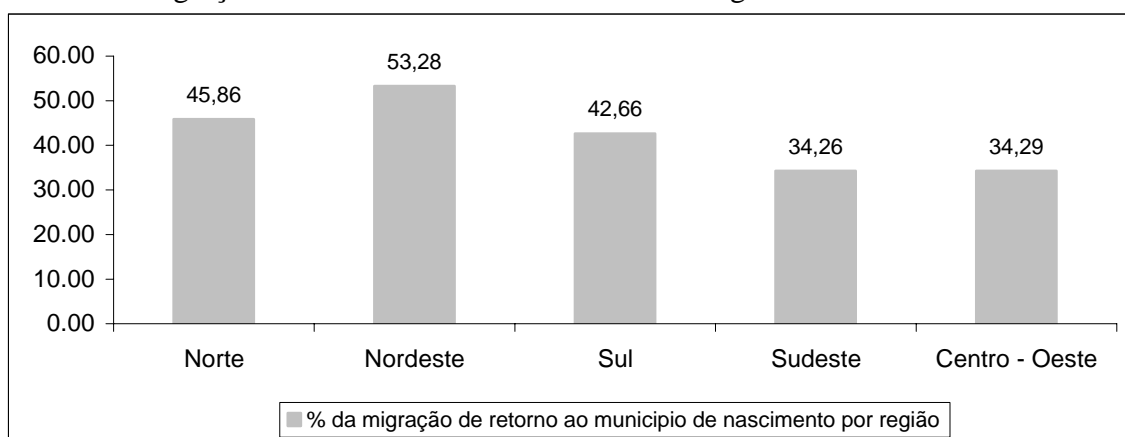
3.4 Participação da Migração de Retorno por Municípios de Nascimento e por Estados Vizinhos na Remigração dos Estados

Embora o foco do estudo tenha sido os estados, resolveu-se verificar quantos indivíduos retornados voltaram a residir no seu município de nascimento. Esta informação relata a importância do local de nascimento sobre a decisão de remigrar. Além disso, foi mensurada a migração de retorno realizada entre os estados vizinhos, pretendendo-se, com isto, verificar se o fluxo migratório de retorno se concentra em torno dos estados. Em se tratando do retorno ao município de nascimento, ele foi realizado por cerca de 45% dos indivíduos remigrados. Esta estatística realizada por região (ver Gráfico 3) demonstra que os nordestinos são os que mais tendem a voltar para a cidade de naturalidade, aproximadamente, 53% deles. Para os nordestinos parece ser importante voltar a residir no local de sua naturalidade. Talvez isto ocorra pelo fato de voltar a um local conhecido diminuir os custos de informações sobre o mercado de trabalho e a rede de conhecimentos facilita a sua entrada novamente neste mercado.

De acordo com o Gráfico 3, os indivíduos das regiões Sul e Centro-Oeste (com exceção de Brasília) foram os que apresentaram menor participação de retorno aos municípios de nascimentos. Ambos registram esta participação em torno de 34%.

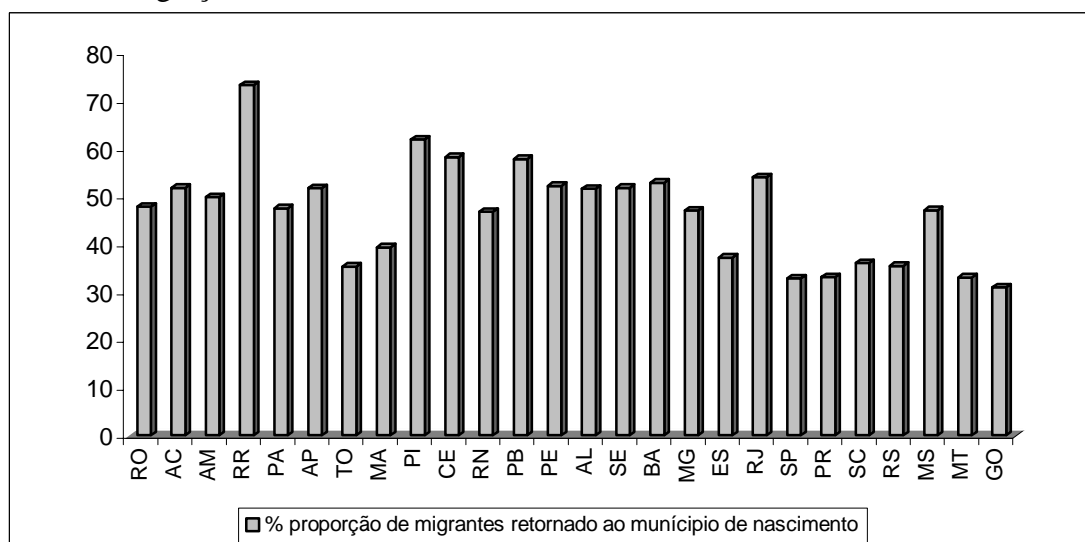
O Gráfico 4 apresenta esta participação por estados. Observa-se que, voltar a residir nos municípios de natalidade, é importante para os roraimenses e piauienses, ambos com a proporção de remigrados ao município de nascimento na ordem de 71% e 62% do total de remigrados. Isto é menos importante para os migrantes de Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Tocantins, todos com menos de 36% dos remigrados residindo no município de origem.

GRÁFICO 3 - Participação da migração de retorno ao município de nascimento sobre a remigração total dos estados de acordo com a região



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico de 2000 e da PNAD de 2004, produzidos pelo IBGE.

GRÁFICO 4 - Participação da migração de retorno ao município de nascimento sobre a remigração total dos estados

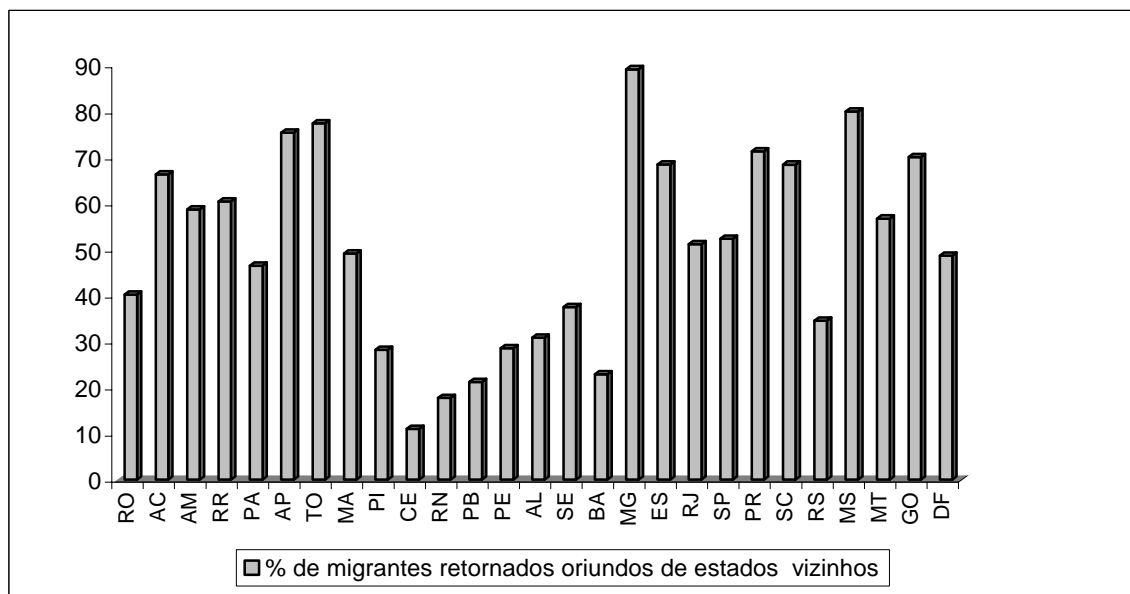


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico de 2000 e da PNAD de 2004, produzidos pelo IBGE.

No Gráfico 5, são apresentados os estados de acordo com as suas participações da migração de retorno oriundos dos estados de fronteira. Observa-se, pelo Gráfico 5, que o estado de Minas Gerais apareceu com 89% dos seus remigrados vindos de estados vizinhos. Neste caso, tem-se a participação predominante de São Paulo, em torno de 51% dos remigrados de Minas Gerais, residiam, em 1995 nele. O estado do Mato Grosso do Sul também se encontra com elevada participação de remigrados vindos de lugares de fronteira, cerca de 36% dos remigrados são oriundos de São Paulo e 26% do Mato Grosso(ver Tabela A2 do Anexo).

No posicionamento dos estados com maiores participações de remigrados entre estados vizinhos, Tocantins surge, portanto, em 3º lugar. Este estado conta com 37% dos seus remigrados vindos do Pará e em torno de 26% de Goiás. Chama também atenção o estado do Amapá, para o qual 75% dos seus retornados vieram de um único estado de fronteira, o Pará (ver Tabela A2 do Anexo).

GRÁFICO 5 - Participação da migração de retorno realizada entre estados vizinhos sobre a remigração total dos estados



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico de 2000 e da PNAD de 2004 produzidos pelo IBGE.

Ainda pelo Gráfico 5, torna-se evidente que a remigração entre estados vizinhos foi menos importante para os estados do Nordeste. No Ceará, a remigração entre estados de fronteira somente representa 11% dos remigrados e, para a maioria dos estados pertencentes a esta região, esta participação não corresponde a mais do que 30%. O estado do Maranhão torna-se uma exceção, pois o número de remigrados provenientes de estados vizinhos chega a 49% do total de retornados. O maior volume de retornados deste estado vem do Pará, aproximadamente 33%, enquanto que do estado de São Paulo só vieram cerca de 12% destes remigrados (ver Tabela A2 do Anexo). Como mostrado anteriormente, boa parte dos remigrados do Nordeste teve como residência declarada em 1995 o estado de São Paulo e, por isto a diminuta participação dos lugares próximos.

A direção da remigração ocorre em boa medida na ordem inversa do fluxo de migração, por isto, muitas vezes é denominada de contrafluxo desta. Os estados de onde, predominantemente, retornaram mais migrantes foram os que também mais receberam

migrantes. Por isto, nos resultados encontrados, São Paulo se destaca como o principal estado emissor de pessoas retornadas, o que, sem dúvida, é dado pelo grande estoque de imigrantes que ele recebeu durante décadas, principalmente, migrantes oriundos do Nordeste, de Minas Gerais e do Paraná.

Os valores absolutos da remigração podem não servir para dar idéia da capacidade dos estados em recuperarem os seus naturais, que tenham decidido morar em outra Unidade da Federação, por isso, nesta seção, fez-se uso de uma medida relativa que mediu a proporção de retornados na imigração do estado. Na próxima seção, descreve-se o padrão da remigração realizada num curto intervalo de tempo e traz informações sobre a capacidade dos estados em atraírem de volta os seus emigrantes.

3.5 Migração de Curto Prazo: Migração de Uma Etapa, Progressiva e de Retorno

Nesta seção, trabalhar-se com as informações sobre a migração que ocorreu estritamente entre os anos de 1995 e 2000. Neste caso, o indivíduo remigrado é considerado aquele que saiu e retornou ao estado, dentro deste intervalo. Este critério é utilizado em estudos internacionais como forma de captar a remigração entre as unidades espaciais (Newbold, 2001, Newbold e Bell, 2001, Kauhanen e Tervo, 2002). No Brasil, alguns trabalhos têm feito uso desta informação para tipificar os deslocamentos populacionais realizados no curto prazo (Rigotti, 2000, Brito et al., 2002, Brito e Carvalho, 2006).

A informação sobre a residência em uma data fixa disponível no Censo, a partir de 1991, permitiu avanços importantes no sentido de se poder pontuar no tempo vários movimentos da migração, como, por exemplo, a migração em várias etapas ou, ainda, a remigração. Para o caso do remigrado, é possível identificar o período em que este realizou o primeiro movimento de saída, ou seja, permite saber quando o indivíduo saiu da região para qual ele voltaria mais tarde².

Para o estudo realizado aqui, a vantagem de se trabalhar com migração de curto prazo é saber, do grupo de pessoas que saíram de uma determinada unidade espacial em um mesmo período (saída a partir de 1995), quantas realizaram o movimento de volta. A proporção de retornados sobre os emigrantes de um período (emigrantes de data fixa mais retornados) funciona como uma verdadeira medida de probabilidade de retorno. Esta, de

² Rigotti (2000) aponta as vantagens do uso do critério de data fixa em estudos de migração.

certa forma, mede a capacidade do estado em atrair de volta os seus emigrantes, uma vez que existia a possibilidade destes seguirem para outros destinos (Brito et al., 2002).

Desta forma, combinando as informações sobre o tempo de moradia na UF, o local de residência anterior e a residência em 31/07/1995, foi possível definir os seguintes tipos de migrantes³:

- Migrante de retorno - pessoa cuja residência declarada em 1995 é igual a de 2000, entretanto, teve alguma experiência de moradia fora da UF neste intervalo. O tempo de moradia no estado deve ser menor de 5 anos e a residência imediatamente anterior não coincidir com a registrada em 1995.
- Migrante progressivo - indivíduo que tinha menos de 5 anos de moradia na UF, onde está sendo recenseado, e para o qual a residência em 1995 difere da atual e da residência imediatamente anterior.
- Migrante de uma única etapa - migrante com menos de 5 anos de estadia na UF atual, cuja unidade espacial de residência imediatamente anterior é a mesma declarada em 31/07/1995, ou seja, neste espaço de tempo, essa pessoa só fez o movimento de instalar-se na UF atual.

Na Tabela 4, consta que a maioria dos migrantes deste quinquênio fez um movimento de uma única etapa da migração, ou seja, saíram de um determinado lugar em 1995 e seguiram diretamente para UF declarada em 2000. O número de migrantes de uma única etapa foi de 4,3 milhões de pessoas, cerca de 68 % da migração realizada no período.

TABELA 4 - Distribuição da migração de curto prazo: migrante de única etapa, remigrado e migrante progressivo

	Migrantes	Porcentagem
Migrante de única etapa	4.356.578	68,43
Remigrado	1.170.128	18,38
Migrante progressivo	839.515	13,19
Total	6.366.221	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

A volta para o lugar de residência foi realizada por cerca de 1,17 milhões de indivíduos. Estas pessoas se ausentaram da sua UF de residência atual por algum tempo, dentro do período 1995-2000. Um menor número é verificado para a migração progressiva,

³ Esta definição encontra-se em Brito et al., 2002. Estes autores referem-se a esta definição de migrante retornado como retornados plenos, para diferenciar daqueles remigrados que estão voltando à sua UF de origem, mas não se sabe a data do movimento inicial. É o caso de quando se trabalha com retornado à UF de nascimento.

somente 839,5 mil indivíduos realizaram a migração em três etapas, ou seja, saíram de uma determinada UF em 1995, foram para uma segunda UF e depois se instalaram na UF informada no Censo em 2000.

A partir da Tabela 4, sabe-se, portanto, que, do total de migrantes do período, 18% realizaram o movimento de retorno e 13% seguiram para um terceiro destino. Os dois movimentos de saída podem ser um indicativo de que a migração inicial não tenha sido bem sucedida. Existe, portanto, uma maior preferência, por parte dos migrantes que não permaneceram no destino, de realizarem o movimento de volta à sua residência anterior. Este comportamento é explicado por Newbold (2001), que chama atenção de que volver, para o lugar de partida representa uma opção mais segura e com menores custos, dado o conhecimento prévio que se tem do local. A opção de seguir para um terceiro destino é realizada somente por aqueles menos avessos ao risco.

A Tabela 5 apresenta, na primeira coluna, o número total de emigrantes do período 1995-2000 por Unidade da Federação. Neste caso, os emigrantes são obtidos pelo número de pessoas que deixaram o estado, durante o quinquênio 1995-2000, somados a aqueles que saíram e retornaram, neste mesmo intervalo. A segunda coluna traz o número de retornados e, na terceira coluna, encontra-se a proporção destes remigrados em relação à emigração total. Esta proporção será denominada taxa de retorno, um valor alto para esta taxa indica que os estados apresentam boa capacidade de trazer de volta os seus naturais que foram residir em um outro estado.

De acordo com a Tabela 5, observa-se que dois estados da região Norte apresentam as maiores taxas de retorno de migrantes. O estado do Amapá atraiu de volta 34% dos seus emigrantes, enquanto Roraima surge com esta proporção na ordem de 30%, durante o quinquênio analisado, embora esta região apresente um número pequeno de saída de pessoas – no total da emigração no país, somente 3% são originários dela. O estado de Goiás apresenta-se como o terceiro estado de maior capacidade de recuperar os seus emigrantes, com 27% das pessoas retornando.

A região Nordeste (ver Tabela 5) obtém a menor proporção de retornados entre os seus emigrantes, somente 16% das pessoas que saíram, durante o quinquênio, retornaram à região. Numa análise por estados, percebe-se que os estados do Maranhão e de Alagoas foram os que apresentaram as menores capacidades de recuperarem os seus emigrantes, somente 11% e 14%, respectivamente. Os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, entretanto, demonstram uma participação de retornados próxima àquelas verificadas para os estados do Sudeste, acima de 21%.

TABELA 5 - Brasil: total de emigrantes e migrantes retornados à UF dentro do fluxo de migração de curto prazo

	Emigrante total	Retornados à UF	% de Retornados na emigração
NORTE	609.303	115.595	18,97
Rondônia	91.540	18.804	20,54
Acre	19.458	3.388	17,41
Amazonas	72.577	13.919	19,18
Roraima	20.431	6.052	29,62
Pará	281.570	47.331	16,81
Amapá	22.949	7.836	34,15
Tocantins	100.779	18.264	18,12
NORDESTE	2.168.097	348.129	16,06
Maranhão	307.908	33.439	10,86
Piauí	171.267	30.452	17,78
Ceará	240.830	54.120	22,47
Rio Grande do Norte	90.790	19.503	21,48
Paraíba	200.133	36.648	18,31
Pernambuco	333.374	53.084	15,92
Alagoas	148.414	20.466	13,79
Sergipe	70.879	13.951	19,68
Bahia	604.501	86.465	14,30
SUDESTE	2.089.678	427.754	20,47
Minas Gerais	504.598	95.940	19,01
Espírito Santo	119.352	24.184	20,26
Rio de Janeiro	352.709	78.497	22,26
São Paulo	1.113.018	229.133	20,59
SUL	759.869	130.315	17,15
Paraná	403.137	66.139	16,41
Santa Catarina	174.978	35.311	20,18
Rio Grande do Sul	181.754	28.865	15,88
CENTRO-OESTE	739.274	148.335	20,06
Mato Grosso do Sul	128.553	19.815	15,41
Mato Grosso	156.386	32.662	20,89
Goiás	232.946	63.046	27,06
Distrito Federal	221.389	32.812	14,82
BRASIL	6.366.221	1.170.128	18,38

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: A migração de curto prazo se refere aos deslocamentos realizados entre 1995-2000, incluindo as pessoas que saíram de uma determinada UF e retornaram a ela durante este intervalo.

Um fato interessante nestes dados surge quando se faz uma análise mais acurada sobre o comportamento migratório de retorno ao estado de São Paulo. De acordo com a Tabela 5, São Paulo apresenta uma proporção de retornados próxima a 21%, sendo ainda , o estado a receber um maior número de retornados. Quando se observa a condição de naturalidade, tem-se que somente 60 mil indivíduos retornados a São Paulo são de fato naturais do estado. Boa parte dos remigrados a São Paulo, 93 mil indivíduos, o que corresponde a 41%, são na verdade nordestinos que estavam em São Paulo no ano de 1995,

foram à sua região de origem e retornaram novamente ao estado. Esta deve ser a explicação para um elevado número de remigrados a São Paulo (59%) ter declarado como residência imediatamente anterior a região Nordeste. Isto pode ser um indício de que realmente exista um “movimento circular” da migração entre o Nordeste e São Paulo, da forma que foi definido por Amaral e Nogueira (1992), caracterizado por pessoas que estão frequentemente realizando movimentos de “ir” e “vir” entre estas duas regiões. Observa-se ainda, que o indivíduo natural de São Paulo que saiu e voltou a ele durante o quinquênio, escolheu como destino, em sua maioria, o Rio de Janeiro (23,65%) e o Rio Grande do Sul (20,27%).

Na Tabela 6, constam informações sobre o número de imigrante dos estados do período 1995-2000, contando também com as pessoas que já remigraram para o seu lugar de moradia anterior. A segunda coluna denominada de migrantes retornados da UF contabiliza o número de pessoas que vieram a UF, durante o interregno 1995-2000, porém, realizaram o movimento de retorno em direção ao estado de residência anterior. Na terceira coluna indica a proporção de migrantes retornados em relação à imigração total. Quanto maior esta taxa, menor é a capacidade de fixação do migrante por parte dos estados que o recebe.

De acordo com a Tabela 6, Roraima e Amapá se sobressaem e apresentam a menor taxa de saída de imigrantes, somente cerca de 8% e 10% das pessoas que lá residiram, resolveram voltar para o local de residência em 1995. Apesar destes dois estados não poderem ser considerados pólos de atração de pessoas, uma vez que no total de migrantes do Brasil, durante o quinquênio, somente 2,3%, seguiram para estes destinos (ver Tabela A1 do Anexo)

A região Centro-Oeste apresentou a menor taxa de saída de imigrantes retornados, somente 14% dos imigrantes da região retornaram às suas UFs de residência anterior. O estado de Goiás surge com alta capacidade de retenção de seus imigrantes, somente 10% dos imigrantes desta região saíram de volta para seu local de moradia anterior. Como Goiás aparece como terceiro estado que mais recebeu imigrante, durante o intervalo, 1995-2000, pode-se dizer que ele além de atrair o migrante também possui uma alta capacidade em mantê-los.

Entre os dez principais estados com a maior participação de saída de imigrantes retornados, oito são pertencentes à região Nordeste. A única exceção é o estado do Rio Grande do Norte. Os estados de Alagoas, Maranhão e Bahia são os que apresentaram

maiores taxas de saída de pessoas que retornam aos seus lugares de origem, cerca de 33%, 32% e 27%, do total de migrantes, respectivamente.

TABELA 6 - Brasil: total de imigrantes e migrantes retornados da UF dentro do fluxo de migração de curto prazo

	Imigrante (A)	Migrantes retornados da UF (B)	% (B)/(A)
NORTE	660.811	104.418	15,80
Rondônia	98.442	15.117	15,36
Acre	17.086	3.452	20,20
Amazonas	107.196	17.569	16,39
Roraima	51.819	4.067	7,85
Pará	224.446	42.402	18,89
Amapá	49.377	4.795	9,71
Tocantins	112.445	17.015	15,13
NORDESTE	1.416.231	360.311	25,44
Maranhão	148.769	47.953	32,23
Piauí	116.742	28.003	23,99
Ceará	202.899	39.975	19,70
Rio Grande do Norte	93.821	15.905	16,95
Paraíba	137.455	35.450	25,79
Pernambuco	223.546	58.676	26,25
Alagoas	83.737	27.771	33,16
Sergipe	64.947	12.836	19,76
Bahia	344.314	93.743	27,23
SUDESTE	2.552.409	431.898	16,92
Minas Gerais	532.593	84.811	15,92
Espírito Santo	152.847	23.679	15,49
Rio de Janeiro	385.627	65.878	17,08
São Paulo	1.481.342	257.531	17,38
SUL	742.576	132.217	17,81
Paraná	369.557	72.245	19,55
Santa Catarina	233.257	33.604	14,41
Rio Grande do Sul	139.763	26.368	18,87
CENTRO-OESTE	994.193	141.283	14,21
Mato Grosso do Sul	118.849	21.140	17,79
Mato Grosso	194.003	27.705	14,28
Goiás	414.768	42.066	10,14
Distrito Federal	266.573	50.373	18,90
BRASIL	6.366.221	1.170.128	18,38

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: A migração de curto prazo se refere aos deslocamentos realizados entre 1995-2000, incluindo as pessoas que saíram de uma determinada UF e retornaram a ela durante este intervalo.

Neste caso, observa-se uma singularidade, porque os estados de Amapá, Rondônia e Goiás são os que mais recuperaram emigrantes e os que menos perderam imigrantes, estas medidas em comparação aos fluxos recebidos e enviados. Já os estados do Maranhão,

Alagoas e Bahia se configuraram como os que menos atraem pessoas de volta e os que mais expulsam, em comparação aos seus fluxos de emigração e imigração.

3.6 Comentários Finais

Os dados do Censo de 2000, aliados aos da PNAD de 2004, confirmam a maior presença dos remigrados dentro do fluxo migratório brasileiro para as últimas décadas. O período 1995-2000, coberto pelos dados do Censo, demonstra que a remigração é fenômeno expressivo para os estados brasileiros e, com maior relevância, para os estados da Região Nordeste, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e Paraná.

Os dados da PNAD de 2004 trouxeram novas evidências sobre a importância do retorno na configuração da migração no Brasil. De acordo com esta fonte, estados tradicionalmente perdedores líquidos de população no intercâmbio migratório, como a Paraíba, o Ceará e o Rio Grande do Norte, conseguiram reverter este quadro e apresentaram saldos migratórios positivos no último quinquênio. Todos eles com proporções de retornados acima de 40% do total de imigrantes.

Esta maior capacidade de atração de migrantes também é uma realidade para o estado de Minas Gerais. Nos dois subperíodos analisados aqui, 1995-2000, por dados do Censo, e 1999-2004, através da PNAD, o estado apresentou ganhos líquidos populacionais, através do fluxo de migração. Além disso, Minas Gerais registrou o maior número de retornados, cerca de 161,04 mil pessoas, no interregno 1995-2000, e 164,07 mil pessoas, entre 1999-2004. Estes valores só são menores quando considerado o volume de remigrados para a região Nordeste.

O movimento de retorno aos estados de nascimento também tem afetado o comportamento da migração para o estado de São Paulo. Desde a década de 60, São Paulo se consagrou como o maior receptor de migrantes de outros estados. A partir da década de 80, dado o grande volume de pessoas retornadas, ele também tem se posicionado como o principal estado emissor de população. Até o último quinquênio coberto pelo Censo, 1995-2000, São Paulo tinha apresentado saldos migratórios positivos, porém, os dados da PNAD de 2004 já trazem a indicação de que, para a presente década, este estado pode aparecer com saldos migratórios negativos, visto que, durante o quinquênio 1999-2004, São Paulo apresentou uma perda líquida de pessoas, na ordem de 156 mil, através da diferença entre o número de pessoas que entraram e saíram deste estado.

O maior incremento da migração de retorno pode estar ocorrendo por algumas melhorias nas condições de vida no local de origem do migrante. A principal região receptora de remigrados, o Nordeste, tem apresentado certo dinamismo das suas atividades econômicas causado, como citado por Araújo (1995), pelo crescimento de subáreas em expansão como pólo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo mineiro-metalúrgico de Carajás, o pólo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro, entre outros mencionados pela autora. Além de a região apresentar redução nos seus indicadores de pobreza, ainda que de forma relativamente menor do que o resto do país (Silveira Neto, 2005). Todas estas mudanças dentro da região podem estar ajudando a diminuir a população de emigrantes como atraindo o maior número de imigrantes retornados. É possível ainda que alguns fatores no destino estejam atuando no sentido de expulsar estes migrantes, como o crescimento do desemprego nas grandes regiões, as restrições encontradas sobre a oferta de moradia, maiores dificuldades do acesso aos serviços públicos e, ainda, o crescimento da violência nos grandes centros urbanos. É preciso, entretanto, uma maior reflexão sobre estes fatos que estão ocorrendo nas regiões de destino e origem que funcionam como fatores de atração/e ou repulsão do migrante.

No próximo capítulo, o interesse se volta para a investigação quem são os indivíduos que estão retornando. Portanto, deixa-se de medir a importância quantitativa da remigração para as regiões e passa-se a ter interesse na contribuição qualitativa, em termos de capital humano, que os remigrados possam oferecer para os lugares que os estão recebendo de volta.

4 UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE RETORNO NO BRASIL: PERFIL DO MIGRANTE DE RETORNO.

Como relatado no capítulo anterior, a migração de retorno tem surgido como uma nova configuração dentro do quadro da migração no Brasil. Desde a década de 80 já se registrava um crescimento deste tipo de migração, porém, foi nos anos 90, que a remigração tornou-se um fenômeno realmente expressivo. Fazendo um resumo dos números apresentados no Capítulo 3, se observa que aproximadamente 1.129 mil indivíduos tomaram a decisão de regressar aos seus estados de nascimento entre os anos de 1995-2000. Este número é expressivo, quando considerado que, dentre as pessoas que fizeram algum deslocamento neste período, cerca de 22% são de pessoas retornadas. Sabe-se, ainda, que o fluxo mais intenso da migração de retorno, durante o quinquênio, foi direcionado ao Nordeste, com o volume de retornados desta região chegando a corresponder a 41% do total de remigrados do país.

Através de um modelo de escolha microeconômico, o objetivo deste capítulo é identificar quem são estes indivíduos que estão realizando o movimento de retorno. Com isto, pretende-se ter uma indicação se as regiões receptoras destes migrantes têm conseguido trazer de volta os seus melhores trabalhadores em termos de capital humano.

Este capítulo está organizado em quatro sessões. Na Seção 4.1, são encontradas a descrição dos dados e a metodologia do capítulo. Na Seção 4.2, encontra-se um breve perfil dos indivíduos da amostra, classificados em não-migrantes, migrantes retornados ou migrantes não-retornados. Dentro desta análise, ainda se faz a distinção entre o retornado ao local de nascimento e aquele que voltou à UF de residência anterior. Na Seção 4.3, são apresentados os resultados do modelo *Logit Multinomial*, o qual permitiu captar o papel dos atributos pessoais nas diferentes opções de escolha de migração. Por fim, na Seção 4.5, são apresentadas as conclusões do capítulo.

4.1 Dados e Metodologia

Para estudar o perfil do indivíduo que está realizando o movimento de retorno, faz-se uso das informações dos microdados do Censo de 2000. O referido Censo permite avaliar a condição migratória dos indivíduos através do cruzamento das informações sobre a Unidade Federativa de nascimento, a residência em 31/07/1995 por UF e o estado de residência atual. A partir destes critérios, são obtidas as seguintes classificações de migrantes:

- Não-Migrantes - os indivíduos que nunca moraram fora dos seus estados de nascimento.
- Migrantes – pessoas não-naturais da UF atual, registradas no ano de 2000, que residiam, em 1995, em outra Unidade da Federação.
- Migrantes de Retorno - pessoas que tiveram alguma experiência de moradia fora das suas unidades de nascimento, mas, no momento do Censo de 2000, se encontravam residindo nelas. A identificação destes indivíduos é dada pela informação declarada sobre o estado de nascimento, a residência numa data fixa (31/07/1995) e a residência atual.

Num segundo momento, desejou-se analisar um grupo de pessoas que tivesse saído num mesmo período. Para tanto, o migrante restringe-se àquele que realizou algum movimento de saída da sua origem, entre 1995-2000. A migração ocorrida dentro deste intervalo, conforme explicado no capítulo anterior, é considerada de curto prazo e trabalha-se com as seguintes definições de migrantes⁴:

- Não-migrantes - pessoas que nunca tiveram experiência de migração interestadual.
- Migrantes de uma única etapa - migrantes que só fizeram um deslocamento entre as UFs, durante o período de 1995- 2000.
- Migrantes de retorno - pessoas que tiveram alguma experiência de moradia fora da sua UF de residência atual, no intervalo entre 1995-2000, ou seja, elas estavam em 1995 e em 2000 residindo em um mesmo estado, porém foi registrado um movimento de saída desta UF dentro deste intervalo.
- Migrantes progressivos –pessoas que tiveram, no mínimo, três moradias diferentes no período 1995-2000.

Com esta definição, tem-se um ganho por saber do grupo inicial de partida, quem de fato escolheu voltar. Portanto, dentro do interregno são avaliados aqueles indivíduos que tiveram a opção de se instalarem no destino, seguirem para um terceiro destino ou volverem para os seus lugares de origem.

Segundo Newbold (2001), uma outra vantagem de se trabalhar com a migração de curto prazo é que alguns fatores, como os níveis educacionais, o estado civil e as características no mercado de trabalho, são menos prováveis de sofrerem grandes alterações no curto espaço de tempo e, por isto, estes podem explicar melhor os movimentos de saída e de retorno dos indivíduos.

⁴ Estas definições se encontram detalhadas no Capítulo 3, Seção 3.5

A desvantagem é dada por não se conseguir apreender de forma completa a remigração planejada, ou seja, aquela em que o indivíduo programou a sua volta após ter obtido o retorno financeiro desejado com a migração. Para este tipo, pressupõe-se a necessidade de um tempo maior de moradia no local de destino.

Portanto, trabalha-se com dois tipos de migrantes retornados. Em um primeiro momento são caracterizados os retornados à UF nascimento de acordo com os atributos pessoais e, em outro momento, esta identificação é feita para aqueles que estão voltando à sua UF de residência anterior.

Na próxima seção, apresenta-se o modelo *Logit Multinomial*, o qual permite diferenciar o migrante retornado, em suas características pessoais, dos demais tipos de pessoas migrantes ou não-migrantes.

4.1.1 Modelo *Logit Multinomial*

A metodologia aplicada neste capítulo segue próxima à de Newbold (2001). O modelo *Logit* foi utilizado por este autor para associar as características pessoais à probabilidade do indivíduo ser um migrante de retorno. A idéia é que determinados indivíduos, de acordo com os seus atributos pessoais, apresentam maior propensão de serem retornados dentro do grupo de migrantes.

O modelo *Logit Multinomial* é aplicado em situações nas quais os indivíduos i têm j escolhas e eles realizam as escolhas que maximizam as suas funções de utilidade. A representação da função de utilidade indireta deste indivíduo é dada por:

$$V_{ij} = \beta_j X_i + \varepsilon_{ij} \quad (14)$$

onde X é o vetor de atributos pessoais e ε_{ij} representa o termo de erro, admitindo-se que os termos de erros sejam independentes e identicamente distribuídos.

De forma que a opção escolhida é a que torna máximo o valor da utilidade:

$$V_{ij} > \max \{V_{ik}\} \quad \forall k \neq j \quad (15)$$

O modelo *Logit Multinomial* fornece, portanto, a probabilidade do indivíduo i escolher a alternativa j , sendo esta probabilidade representada por:

$$\text{Prob}(Y_i = j | x_i) = \frac{e^{\beta_j x_i}}{1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k x_i}} \quad , \text{ se } j=0, 2, \dots, J, \beta_0 = 0. \quad (16)$$

Considerando que a categoria $j=1$ foi tomada como referência. A escolha de uma categoria evita que o modelo se torne sobreidentificado. Portanto, tornando o parâmetro

$\beta_0 = 0$, os demais coeficientes $\beta_1, \beta_2, \beta_j$ irão fornecer mudanças relativas da probabilidade (em relação à categoria base), quando alguma das variáveis independentes sofrer uma variação de uma unidade e todas as demais variáveis permanecerem constantes.

Devido a esta dificuldade de interpretação dos parâmetros, pode-se ter uma noção de como as características pessoais afetam a probabilidade P de migrar para cada opção j , calculando os efeitos marginais:

$$\frac{\partial P_j}{\partial x_i} = P_{ij} [\beta_j - \sum P_{ij} \beta_j] \quad (17)$$

Para as variáveis contínuas, o efeito marginal é a variação da probabilidade de ocorrência de um acontecimento j em resposta ao aumento de uma determinada variável independente, avaliadas as demais variáveis nos seus valores médios.

Em se tratando de variáveis binárias, como é o caso de todas as utilizadas no estudo, o efeito marginal dá a variação da probabilidade de acontecimento j quando se altera o estado da *dummy* de zero para um. Portanto, a forma correta do efeito marginal é dada por:

$$\frac{dY}{dx} = \text{Pr ob}[Y = 1 | \bar{x}, d = 1] - \text{Pr ob}[Y = 1 | \bar{x}, d = 0], \quad (18)$$

onde Y representa as escolhas, d descreve o estado da variável *dummy* e \bar{x}_s são os valores na média das demais variáveis ou valores especificamente atribuídos. Desta forma, capta-se o efeito de mudança de estado da *dummy* em questão. Por exemplo, se o objetivo é verificar o efeito da educação sobre a probabilidade de retornar, admitindo-se que a categoria base é o indivíduo sem instrução, mudando a base para um, ou seja, considerando o indivíduo agora com algum grau de instrução, o efeito marginal fornecerá o acréscimo que a variável educação exerceu sobre a probabilidade de remigrar.

Uma outra forma de se extrair as informações é utilizando o logaritmo da razão das probabilidades:

$$\text{Ln} \left[\frac{P_{ij}}{P_{ik}} \right] = (\beta_j' - \beta_k') x_i = \beta_j x_i \quad \text{se } k = 0 \quad (19)$$

Neste caso, o valor de $e^{\beta_j - \beta_k}$ representa o efeito sobre a probabilidade de se fazer a escolha j em relação à alternativa de referência k decorrente de uma mudança marginal no valor de uma determinada variável (Greene, 2003).

4.1.2 Definição dos modelos e das variáveis

Nesta seção, são apresentados os modelos e as escolhas das variáveis utilizadas no modelo econométrico. Como afirmado anteriormente, na seção 4. 1.1, os atributos pessoais podem tornar os indivíduos com maiores chances de serem remigrados.

São estimados dois modelos distintos. No primeiro deles, o objetivo é captar a remigração ao local de nascimento e, no segundo, ao lugar de residência anterior.

A seguir apresentam-se as opções de escolhas do modelo *Logit Multinomial* para os dois casos considerados:

Modelo1: Migrante de retorno e não-migrante versus migrante

São dadas as seguintes alternativas, a fim de se fazer uma comparação da migração de retorno à UF de nascimento com as demais opções de migração:

$Y_i = 0$, se o indivíduo é migrante;

$Y_i = 1$, se o indivíduo é retornado ao estado de nascimento;

$Y_i = 2$, se o indivíduo é não-migrante.

A escolha do migrante como categoria base facilita a análise, uma vez que, a partir dele, pode-se comparar os indivíduos migrantes com os não-migrantes e com os migrantes retornados, ou seja, permite saber quais tipos de indivíduos apresentam a maior probabilidade de migrarem e, depois, comparar com aqueles que têm mais chances de realizarem o movimento de retorno. Vale ressaltar que, neste caso, se está comparando os indivíduos que simplesmente fazem um deslocamento entre UFs, com aqueles que estão se dirigindo para os seus estados de nascimento. A situação em comum entre estes dois tipos de migração é que ambos foram realizados no interregno de 1995-2000.

Modelo 2: Migração de retorno, migração de uma única etapa e progressiva versus não-migrante

Para o Modelo 2, as alternativas avaliadas foram:

$Y_i = 0$, se o indivíduo é não-migrante;

$Y_i = 1$, se o indivíduo é retornado à UF de residência em 1995;

$Y_i = 2$, se o indivíduo é migrante de uma única etapa;

$Y_i = 3$, se o indivíduo é migrante progressivo.

Desta forma, no segundo modelo, é avaliado o migrante de retorno, o migrante de uma única etapa e o migrante progressivo, todos comparados ao não-migrante. Neste caso, o não-migrante foi tomado como categoria de referência. Esta escolha deve-se à maior facilidade de extrair informações a respeito dos demais tipos de migrantes em relação às pessoas não-migrantes.

Espera-se com estas estimações obter perfis diferenciados dos retornados quando se capta uma migração de longo prazo, como é realizada no Modelo 1, comparada a uma migração ocorrida em um curto espaço de tempo, presente no Modelo 2.

Nos modelos as variáveis independentes são representadas por características pessoais como a idade, a escolaridade, o estado civil e a situação no mercado de trabalho.

Uma das principais variáveis explicativas incluídas no modelo é o grau de escolaridade. Pretende-se, com esta, averiguar se o grau de instrução torna a pessoa menos ou mais propensa a se tornar um remigrado. A expectativa *a priori*, segundo à literatura internacional (Zhao, 2001; Newbold, 2001; Danvazo, 1983), é de que os indivíduos com maiores níveis de escolaridade, apresentem uma menor probabilidade de retornar. A suposição que se faz por trás disto é a de que estes tendem a procurar melhores informações sobre o destino, sendo capazes de avaliar com mais precisão os ganhos da migração. Com isto, as chances, de eles se decepcionarem com o local escolhido são menores. No estudo adota-se a seguinte classificação de escolaridade: PRIMÁRIO, entre 1 e 5 anos de estudo e alfabetização de adulto; INTERMEDIÁRIO, entre 6 e 11 anos de estudo, e NÍVEL SUPERIOR, entre 12 e 17 anos de estudo. Como categoria base, escolhe-se o indivíduo declarado sem nenhum grau de instrução.

A idade é outro fator considerado determinante na decisão de migrar. As pessoas mais velhas tendem a não migrar, devido ao curto horizonte de ganhos obtidos com a migração (Kauhanen e Tervo, 2002). Porém, quando se trata da decisão de remigrar, a literatura não se apresenta de forma consensual sobre qual grupo de idade tem maior propensão a retornar. Davanzo (1983) parte da hipótese de que são os jovens⁵ os mais propensos ao retorno. A falta de experiência e a tendência a processarem as informações de forma menos eficiente os tornam com mais chances de fazerem avaliação errada sobre as condições do destino. Newbold (2001) associa vários motivos para as pessoas em diferentes grupos de idade remigrarem. Ele diz que a remigração entre jovens pode estar ligada a pequenas experiências de moradia fora, por motivos de estudo, trabalhos ou para

⁵ Na classificação utilizada pelo autor, os jovens são pessoas com menos de 20 anos.

se ter um período de independência longe dos pais. Para jovens adultos, a explicação fornecida é a de que o retorno pode estar ligado a atividades de trabalho e ao não-êxito de alguns indivíduos no seu processo de migração.

Por outro lado, a remigração pode ser vista como o encerramento de um ciclo migratório, por isto, espera-se que as pessoas mais velhas tendam a efetuar o movimento de volta. Para estas as ligações com a família e os amigos que ficaram no lugar de origem podem ter um peso maior sobre esta escolha. Geralmente, a decisão de voltar já não é mais tomada somente pelo indivíduo remigrado e sim por todos os membros da família.

Assim, com o intuito de averiguar a influência da idade sobre a decisão de remigrar, os indivíduos são classificados em três grupos de acordo com as suas idades: JOVENS entre 18 e 30 anos; ADULTOS, maiores do que 30 e menores do que 60 anos, e IDOSOS, acima de 60 anos, sendo todas estas idades referentes ao ano de 1995. Neste caso, escolhe-se como categoria base do modelo a pessoa idosa.

Foram utilizadas variáveis *dummies* para indicar se as pessoas são CASADAS, têm FILHOS, têm FILHOS MENORES de 18 anos em 1995 e, ainda, se são casadas com cônjuges migrantes. A introdução destas *dummies* é uma tentativa de verificar a influência da família na decisão de remigrar.

A fim de avaliar a situação do trabalhador no período pós-retorno, são criadas várias categorias de *dummies* de acordo com a posição que este ocupa no mercado de trabalho. Estas variáveis assumem os valores iguais a um, para os seguintes casos: DESOCUPADO, sendo enquadrada, nesta situação, a pessoa que estava sem trabalho, porém, procurando emprego; TRABALHADOR SEM CARTEIRA de trabalho assinada; TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA, declarado no Censo como a pessoa empregadora, o trabalhador por conta própria e o trabalhador para o próprio consumo; APOSENTADO, o indivíduo que declarou estar aposentado pelo Instituto de Previdência Oficial. Caso se verifique uma maior propensão dos remigrados trabalharem sem carteira assinada ou desempregados no seu período pós-retorno, isto pode ser um indício de que o retorno esteja ocorrendo por força das circunstâncias ruins encontrado no destino inicial. Segundo Dustmann e Kirchkamp (2002), o fato de o indivíduo, depois do retorno, continuar como trabalhador assalariado pode ser caracterizado como uma situação de insucesso da migração inicial. Para estes autores, indivíduos bem sucedidos tendem a ser trabalhadores autônomos ou pessoas que se retiram da força de trabalho. Quanto aos aposentados, existe um consenso na literatura de que eles fazem parte de um grupo de pessoas que programaram o seu retorno.

Em se tratando de características do mercado de trabalho, escolhe-se, portanto, as seguintes categorias como base do modelo: indivíduos ocupados, trabalhadores não-autônomos, com carteira assinada e pessoas não-aposentadas.

Exclui-se, ainda, da amostra as pessoas do sexo feminino e os menores 18 anos de idade por considerar um maior risco de este grupo não representar uma migração autônoma (Santos Junior et al, 2005, Silveira Neto e Magalhães, 2004). O ano de 1995 é tomado como referência por ser a data na qual os indivíduos tomaram a decisão de remigrar no Modelo 1 e de migrar no Modelo 2.

Ressalta-se que, no caso do retornado à UF de nascimento, o termo origem indica o lugar de nascimento e onde este se encontrava residindo no momento em que foi recenseado, e o destino, o lugar onde ele declarou que esteve no ano de 1995. Na migração de curto prazo, esta definição muda: a origem passa a ser o lugar de moradia em 1995 e onde ele estava morando no momento do Censo e o destino passa a ser onde o local em que o migrante retornado identifica como residência anterior.

4.2 Características Gerais dos Indivíduos Não-Migrantes e Migrantes

4.2.1 Não-migrante, migrante de retorno à UF de nascimento e migrante

A Tabela 7 apresenta informações sobre as características pessoais dos indivíduos não-migrantes e migrantes. Na parte da tabela referente à região de procedência e à região de residência são encontradas informações sobre o local de moradia dos indivíduos da amostra,⁶ segundo às regiões do Brasil.

Em relação aos migrantes retornados, constata-se que 56% residiam no Sudeste em 1995, ou seja, para estes remigrados esta região tinha sido a sua opção de destino inicial. Em se tratando da região de residência atual, 46% dos retornados estão instalados no Nordeste.

Quanto aos migrantes, constata-se que 35,70% destes declaram como residência de moradia em 1995 a região Nordeste. Esta se mantém como a principal fornecedora de mão-de-obra. A segunda região de que mais provém os migrantes é o Sudeste, com cerca de 29%, sendo, ainda, a preferida como destino por 40,72% destes. A região Sul apresenta-se com a menor participação no fluxo migratório, somente 11,83% dos migrantes decidiram ir para lá.

⁶ Está considerando a amostra formada por indivíduos homens maiores de 18 anos em 1995.

TABELA 7 - Características gerais do não-migrante, migrante de retorno e migrante

	Não-Migrante	Migrante de Retorno	Migrante
Região de Procedência			
NO	5,19	8,65	8,76
NE	30,91	12,89	35,70
SE	42,07	56,08	29,42
SU	17,38	9,13	14,72
CO	4,44	13,25	11,40
Região de Residência			
NO	5,19	3,58	13,92
NE	30,91	46,03	13,51
SE	42,07	29,56	40,72
SU	17,38	15,12	11,83
CO	4,44	5,72	20,02
Idade			
De 23 a 29 anos	22,95	26,25	35,08
De 30 a 39 anos	27,93	34,60	31,98
De 40 a 49 anos	20,97	20,84	17,96
De 50 a 59 anos	13,42	10,94	8,69
De 60 a 75 anos	11,77	6,35	5,19
Escolaridade			
Menos de 1 ano	15,45	11,25	11,95
De 1 a 4 anos	37,42	37,04	32,21
De 5 a 8 anos	21,27	24,60	24,85
De 9 a 11 anos	16,89	16,28	18,48
Acima de 12 anos	8,97	10,84	12,52
Média de anos de estudo	5,77	6,19	6,50
Características familiares			
Casado	55,83	50,72	49,22
Filhos	61,18	55,64	54,63
Filhos menores de 18 anos	53,37	52,50	52,13
Esposa não-migrante	58,72	10,62	5,60
Situação no mercado de trabalho			
Desocupado	6,58	9,93	7,97
Aposentado	16,51	11,59	7,11
Trab. com carteira	25,04	19,44	34,38
Trab. sem carteira	17,59	21,67	23,18
Trab. Por conta própria	31,45	30,20	22,59
Setor de ocupação			
Agricultura	22,29	18,14	14,35
Indústria	18,16	18,20	23,99
Comércio e Serviços	29,33	31,72	36,67
Administração Pública	4,41	3,85	4,65

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

De acordo com o perfil de idade para os três grupos analisados, percebe-se uma maior concentração da população de não-migrantes e remigrados na faixa etária de 30 a 39 anos. Por estes dados, infere-se que os retornados são tipicamente formados por pessoas ainda em sua plena capacidade produtiva. Enquanto entre os migrantes não-retornados, a principal faixa presente é a de 23 a 29 anos, com cerca de 35% do total dessa população, embora se observe que 66% dos migrantes são pessoas com menos de 39 anos. Como destacado por Ramalho e Moreira (2006), esta pode ser uma indicação de que a decisão da migração seja tomada ainda no estágio inicial do ciclo de vida adulta dos indivíduos.

Os indivíduos acima de 60 anos e menores de 70 anos só representam 11,75% da população de não-migrantes, 6,35% dos remigrados e 5,19% dos migrantes.

Quanto ao grau de instrução, observa-se uma concentração da população, para os grupos em análise, de pessoas com 1 a 4 anos de estudo. No entanto, o grupo de migrantes abarca uma proporção maior de pessoas com escolaridade acima de 9 anos, cerca de 31% contra 27,12% dos retornados e 25,86% dos não-migrantes. A média de anos de estudos dos migrantes foi de 6,5, sendo esta superior ao dos remigrados, 6,2, e dos não-migrantes, 5,8.

As características familiares aparecem bastante próximas, em termos de participação, para a população de não-migrante, remigrado e migrante. Com a ressalva de que migrantes apresentam uma proporção ligeiramente superior de indivíduos solteiros, cerca de 51%. Os não-migrantes também apresentam maiores proporções de pessoas casadas, com filhos e com filhos menores de 18 anos, isto comparado aos migrantes retornados e não-retornados. A particularidade dentre os não-migrantes é que 58,72% são casados com esposas que também nunca tiveram experiência de migração, enquanto, somente 10,62% dentre os retornados e 5,60% dos migrantes de não-retorno são casados com esposas não-migrantes.

No mercado de trabalho, a população de remigrados apresenta, em termos de proporção, uma maior taxa de desocupados e uma menor taxa de trabalhadores com carteira assinada. Este pode ser um indício de que a readaptação não se dê de forma tão rápida quanto o esperado.

Tanto para os não-migrantes como para os retornados, o principal tipo de ocupação é o trabalho por conta própria, com cerca de 31% para os primeiros e 30,20% para os segundos. O número de aposentados é maior entre os não-migrantes, na proporção de 16,51% contra 11,59% dos remigrados e 7,97% dos migrantes.

A situação não se revela diferente entre eles, quando se trata do ramo de atividade. Os três grupos apresentam maior número de pessoas trabalhando no comércio e serviços, 29,33%, 31,72% e 36,67% entre os não-migrantes, retornados e migrantes, respectivamente. Este é um fato estilizado e representa a distribuição do setor de ocupação da população.

4.2.2. Não-migrante, migrante de retorno à residência anterior, migrante de uma única etapa e migrante progressivo

Na Tabela 8, é apresentada uma caracterização dos indivíduos que realizaram movimentos de migração de curto prazo, para os quais se fez a seguinte distinção: não-migrante, migrante de uma única etapa, migrante de retorno à UF de residência anterior e migrante progressivo.

A análise da Tabela 8 revela que o migrante de retorno à residência anterior tem o seguinte perfil: sua residência de procedência foi predominantemente o Sudeste, com 45,37% e a volta realizada para o Nordeste, cerca de 40%, ou para o próprio Sudeste na proporção de 31,89%; sua idade varia entre 23 e 39 anos; tem entre 1 e 8 anos de estudos; apresenta uma proporção ligeiramente superior de indivíduos solteiros; tem filhos menores de 18 anos; somente 17% são casados com esposas não-migrantes; 6,30% são aposentados; 10,11% estão desocupados; somente 23,58% possuem carteira de trabalho assinada e 27,60% são trabalhadores por conta própria; seu setor de ocupação é o de comércio ou serviços com 31,18% da população, e, em seguida, o setor de indústria com 21,37% do total.

Um outro fato que deve ser ressaltado nesta caracterização é que o fluxo da migração de curto prazo ocorreu basicamente entre o Sudeste e o Nordeste, com baixa participação das outras regiões. As altas participações do Nordeste, como região de destino do migrante e do migrante progressivo, podem ter sido influenciadas pela presença dos migrantes retornados à UF de nascimento que, no modelo aqui considerado, são incluídos como migrantes de uma única etapa ou progressivos.

TABELA 8 – Características gerais do não-migrante, migrante de retorno, migrante e migrante progressivo

	Não-Migrante	Migrante de Retorno	Migrante	Migrante Progressivo
Região de Procedência				
NO	5,19	7,24	8,39	10,03
NE	30,91	25,87	29,32	35,93
SE	42,07	45,37	37,57	28,43
SU	17,38	10,21	13,26	11,40
CO	4,44	11,31	11,46	14,21
Região de Residência				
NO	5,19	8,04	10,97	11,58
NE	30,91	39,11	22,14	25,24
SE	42,07	31,89	37,77	36,53
SU	17,38	10,27	13,09	10,54
CO	4,44	10,68	16,03	16,11
Idade				
De 23 a 29 anos	22,95	37,20	32,57	32,98
De 30 a 39 anos	27,93	32,55	32,66	32,73
De 40 a 49 anos	20,97	16,99	18,73	19,06
De 50 a 59 anos	13,42	7,61	9,35	9,16
De 60 a 75 anos	11,77	4,74	5,62	4,99
Escolaridade				
Menos de 1 ano	15,45	14,18	11,78	11,64
De 1 a 4 anos	37,42	37,14	33,91	31,80
De 5 a 8 anos	21,27	23,90	24,96	23,85
De 9 a 11 anos	16,89	15,14	17,76	18,43
Acima de 12 anos	8,97	9,63	11,58	14,28
Média de anos de estudo	5,50	5,46	6,15	6,49
Características familiares				
Casado	55,83	47,98	49,91	48,24
Filhos	61,18	53,90	55,46	52,01
Filhos menores de 18 anos	53,37	51,99	52,69	49,85
Esposa não-migrante	58,72	17,02	6,82	7,89
Mercado de trabalho				
Desocupado	6,58	10,11	8,39	9,23
Aposentado	16,51	6,30	8,49	7,81
Trab. Com carteira	25,04	23,58	30,26	29,87
Trab. Sem carteira	17,59	24,60	22,62	23,51
Trab. por conta própria	31,45	27,60	24,98	23,44
Setor de ocupação				
Agricultura	22,29	19,85	15,69	13,70
Indústria	18,16	21,37	22,53	21,60
Comércio e Serviços	29,33	31,18	35,27	35,53
Administração Pública	4,41	4,01	4,20	5,69

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

4.3. O Papel dos Atributos Pessoais nas Decisões de Escolhas de Migração

Nesta seção, são apresentados os resultados do modelo *Logit Multinomial*. Através deste modelo, é possível identificar as características pessoais do indivíduo remigrado, principalmente na questão da idade e da escolaridade, que faz com que este se diferencie do migrante não-retornado e daquele que não migra. No Modelo 1, a análise se dá sobre o migrante retornado à UF de nascimento, enquanto, no Modelo 2 esta é feita em relação ao migrante retornado à UF de residência anterior. Os perfis destes migrantes retornados são comparados aos das pessoas migrantes ou não-migrantes.

Modelo 1: Migrante de retorno e não-migrante versus migrante

No modelo 1, a variável dependente assume os seguintes valores: $y=0$ para o migrante, $y=1$ para o migrante retornado à UF de nascimento e $y=2$ para o não-migrante. O migrante é tomado como categoria base do modelo. São consideradas, ainda, como categorias de referência do modelo: os idosos, pessoas sem escolaridade, trabalhadores com carteira assinada, pessoas ocupadas e aquelas que não se encontram na condição de aposentadas⁷.

Os atributos da categoria base formam o perfil do indivíduo típico do modelo, portanto, qualquer mudança nestas características altera o valor da probabilidade das escolhas entre não migrar, migrar e remigrar para este indivíduo. Um outro ponto a ser destacado na análise é que pelo fato dos dados serem desbalanceados, com grande número de pessoas não-migrantes na amostra, a probabilidade para esta alternativa se mostra bastante elevada em relação às demais escolhas. A amostra contém 3.797 mil pessoas, sendo que 95% destas são não-migrantes. Os migrantes representam somente 3,15% e os remigrados 1,21% do total.

Por isto, a magnitude das probabilidades passa a não ter importância e sim as contribuições das variáveis captadas nos sinais dos efeitos marginais. Os valores dos coeficientes dos efeitos marginais também se apresentam bastante reduzidos devido a estas diferenças nas probabilidades entre as escolhas (Kauhanen e Tervo, 2002).

Uma forma complementar a esta análise e que permite extrair informações sobre o modelo será obtida pelos valores relativos das probabilidades entre as alternativas.

⁷ Devido ao forte efeito de colineariedade, algumas variáveis têm de ser retiradas do modelo. A permanência destas causa mudanças nos sinais dos coeficientes estimados, provocando distanciamento deste do esperado teoricamente. Assim, são retiradas do estudo as *dummies* que captam a existência de filhos e do cônjuge não-migrante.

A Tabela 9 apresenta informações sobre os coeficientes e os efeitos marginais das variáveis (dy/dx). Nos valores entre parênteses são encontrados os desvios padrões.

Quando se verifica o perfil do não-migrante em relação ao migrante, observa-se pelos valores negativos dos efeitos marginais que indivíduos jovens e adultos são os menos prováveis de serem não-migrantes, ou seja, quando comparados aos idosos, estes são os que apresentam maiores chances de serem migrantes. Reforçando este resultado, tem-se que os aposentados também demonstram maior probabilidade de não migrar, isto é visto no sinal positivo do coeficiente do efeito marginal para esta categoria.

Em termos educacionais, qualquer alteração no nível de escolaridade aumenta a probabilidade do indivíduo vir a ser migrante. Os valores dos coeficientes marginais revelaram-se negativos para qualquer grau de instrução, demonstrando, portanto, que mudanças nos níveis de escolarização diminuem as chances do indivíduo ser não-migrante ou, de outra forma, aumenta a probabilidade de ser migrante.

Um outro exercício interessante a ser feito é aliar o fator idade à escolaridade. Constatase que pessoas jovens e com nível superior apresentam uma probabilidade de migrar de 1,5 vezes maior do que o indivíduo jovem com nível primário. Este resultado elucida mais a questão de que o aumento no nível educacional aumenta as chances do indivíduo ser caracterizado como migrante.

De acordo com o sinal positivo do coeficiente marginal, os indivíduos casados apresentam menores chances de migrarem, embora pessoas com filhos pequenos tenham apresentado maiores chances de serem migrantes (sinal negativo no coeficiente marginal). Este último resultado não é o esperado, uma vez que filhos menores podem se tornar um empecilho na decisão de migrar.

Observa-se que os trabalhadores sem carteira assinada têm mais chances de serem classificados como migrantes quando comparados aos de carteira assinada. Este pode ser um indício da dificuldade que o migrante possui em entrar no mercado de trabalho formal no local de destino.

Um resultado não esperado é o de que trabalhadores por conta própria tendam a ser não-migrantes. Esperava-se que esta categoria apresentasse uma probabilidade maior de ser migrante dado à sua autonomia na escolha de onde se instalar. A *dummy* para indivíduos desocupados se mostrou estatisticamente insignificante.

TABELA 9 – Modelo 1: Migrante de retorno e não-migrante versus migrante

	Não-Migrante		Migrante de Retorno	
	Coef.	dy/dx	Coef.	dy/dx
Jovem	-0,689* (0,020)	-3,140	0,200* (0,035)	1,110
Adulto	-0,263* (0,019)	-1,500	0,419* (0,034)	0,790
Primário	-0,026* (0,010)	-0,350	0,224* (0,018)	0,290
Intermediário	-0,069* (0,010)	-0,430	0,136* (0,018)	0,240
Superior	-0,477* (0,012)	-2,170	-0,045*** (0,024)	0,570
Casado	0,076* (0,007)	0,340	-0,039* (0,013)	-0,130
Filhos pequenos	-0,056* (0,007)	-0,160	-0,050* (0,013)	0,000
Trab sem carteira	-0,081* (0,008)	-0,570	0,198* (0,015)	0,350
Trab. por conta própria	0,410* (0,008)	0,950	0,509* (0,014)	0,130
Desocupado	0,004 (0,011)	-0,630	0,468* (0,020)	0,660
Aposentado	0,613* (0,014)	1,330	0,685* (0,022)	0,100
Constante	3,768* (0,020)	0,000	-1,625* (0,037)	

Log Likelihood =-767548,07

Número de Observações =3.797.129

LR chi2(22)=26504,26

Prob> chi2=0,0000

Pseudo R2=0,0170

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

Nota: Os coeficientes estimados são obtidos considerando os migrantes como categoria base do modelo *Logit Multinomial*. O termo (dy/dx) representa os efeitos marginais das variáveis, os quais estão expressos em percentagem. Significância estatística: *1%, ** 5% e *** 10%.

Comparando o migrante de retorno ao migrante (ver Tabela 9), verifica-se pelo sinal positivo do coeficiente do efeito marginal que ser jovem ou adulto aumenta as chances de o indivíduo ser um retornado, quando comparado às pessoas idosas. Este não é o padrão esperado quando se tem em mente que a migração de retorno ocorre depois de um evento bem sucedido da migração. Segundo Newbold e Bell (2001), o retorno em idade de plena capacidade produtiva na força de trabalho tende a ser realizado por pessoas que falharam na sua escolha do destino inicial.

A probabilidade de ser um retornado também aumenta para qualquer grau de instrução, revelado pelos sinais positivos dos coeficientes dos efeitos marginais para as educações primária, intermediária e superior, todas estas comparadas à categoria base, ou seja, um indivíduo sem instrução. Este resultado é bastante interessante, uma vez que demonstra que o perfil do retornado não é o de um indivíduo sem escolaridade. Em termos do lugar de origem, o retorno dos seus naturais pode representar, portanto, um ganho de capital humano.

Em se tratando das relações familiares, os indivíduos casados apresentam uma menor propensão de terem realizado um movimento de retorno dentro do grupo de migrantes. A existência de filhos menores de 18 anos não tem efeito sobre a decisão de retornar, como mostra o efeito marginal nulo para esta variável. O fato de o indivíduo casado se mostrar menos disposto a voltar pode ser dado justamente em razão de a migração ter ocorrido com a família ou o laço conjugal ter se formado no destino, diminuindo os custos psicológicos da migração.

Os cálculos dos valores marginais implicam que não ter carteira de trabalho assinada, ser um trabalhador por conta própria e estar desocupado aumenta a probabilidade de este ser caracterizado como migrante de retorno. Esta maior probabilidade de os remigrados se encontrarem entre os trabalhadores sem carteira assinada ou desempregados reforça a suposição de que o retorno foi realizado por pessoas que não obtiveram êxito na sua decisão de migrar. Para o caso do trabalhador por conta própria, isto pode ser um indício de que o indivíduo tenha adquirido algum recurso no seu período fora e invista no seu próprio negócio, no período pós-retorno. Dustmann e Kirchkamp (2002) encontraram este mesmo resultado para os dados da Turquia.

Obtém-se, ainda, um coeficiente positivo no efeito marginal para aposentados, sinalizando que estes apresentam maiores chances de voltarem para suas origens. Este resultado é o esperado, visto que para as pessoas, que se encontram fora da força de trabalho, a remigração pode ser considerada um evento planejado. (Dustmann e Kirchkamp, 2002).

Existe, portanto, a evidência de que, para o Brasil, o fluxo de migração de retorno é composto por pessoas classificadas como jovens ou adultas, escolarizadas e com maiores chances de em seu período pós-retorno se encontrarem desempregadas ou em trabalhos sem carteira assinada. Estas, portanto, não são características condizentes com uma migração bem sucedida (Newbold, 2001, Newbold e Bell, 2001, Dustmann e Kirchkamp, 2002). A explicação para estas características encontradas no remigrado brasileiro pode

estar associada ao fato de que o retorno deve estar ocorrendo mais por um desapontamento das condições encontradas no destino, devido à não-materialização da renda esperada, ou pelas dificuldades de conseguir emprego nos lugares escolhidos do que propriamente por uma situação programada em que o indivíduo volta, quando obteve os ganhos desejados com a migração.

Modelo 2: Migração de retorno, migração de uma única etapa e migração progressiva versus não-migrante.

No Modelo 2, a variável dependente assume os seguintes valores: $y=0$ para o não-migrante, $y=1$ para o migrante retornado à residência anterior; $y=2$ para o migrante e $y=3$ para o migrante progressivo. O conjunto de referência do modelo é: indivíduos sem filhos, jovens, pessoas sem instrução, trabalhadores com carteira assinada e pessoas ocupadas. Restringe-se a amostra para os indivíduos homens, maiores de 18 anos, cujas as residência em 1995 e anterior nas UFs estavam identificadas no Censo.

A Tabela 10 apresenta os resultados do modelo *Logit Multinomial* realizado para identificar quem se apresenta com maiores chances de ser um migrante retornado ao local de residência anterior dentro dos indivíduos que migraram no mesmo período. Esta tabela contém informações sobre os coeficientes e os efeitos marginais das variáveis (dy/dx). Os valores dos desvios padrões se encontram entre parênteses.

Os valores positivos nos efeitos marginais mostram que indivíduos denominados como jovens ou adultos apresentam maiores probabilidades de serem migrantes em qualquer categoria, seja ela de retorno, de uma única etapa ou progressiva quando comparados aos idosos. Uma explicação para isto é a de que as pessoas idosas se mostram menos predispostas a realizarem algum movimento em virtude da baixa expectativa de ganho com a migração.

Em relação à escolaridade, os resultados revelam que ter algum grau de instrução diminui a probabilidade de ser migrante de retorno comparado ao indivíduo sem estudos. Neste caso, com a migração de curto prazo, obtém-se o resultado esperado, uma vez que uma maior escolaridade pode facilitar a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e, ainda, pessoas escolarizadas tendem a procurar informações sobre o local de destino, diminuindo, portanto, as chances de desapontamento com o local escolhido (Davanzo, 1983, Newbold, 2001). Se a opção analisada for a migração de uma única etapa ou a migração progressiva, observa-se que os sinais nos efeitos marginais são positivos

para qualquer grau de escolaridade, indicando que quanto maior o grau de instrução maior é a probabilidade de ser um migrante ou migrante de mais uma etapa.

TABELA 10 - Modelo 2: Migrante de retorno, migrante de uma única etapa e progressivo versus não-migrante

	Migrante de Retorno		Migrante de Única Etapa		Migrante Progressivo	
	Coef.	dy/dx	Coef.	dy/dx	Coef.	dy/dx
Jovem	1,157* (-0,051)	0,495	0,922* (0,018)	2,767	0,955* (0,042)	0,529
Adulto	0,457* (-0,050)	0,162	0,457* (0,017)	1,206	0,522* (0,041)	0,254
Primário	-0,078* (0,022)	-0,029	0,080* (0,009)	0,215	0,026 (0,021)	0,012
Intermediário	-0,279* (0,024)	-0,099	0,098* (0,010)	0,267	0,097* (0,022)	0,048
Superior	-0,063** (0,032)	-0,029	0,433* (0,012)	1,367	0,656* (0,025)	0,428
Casado	-0,071* (0,017)	-0,025	-0,101* (0,006)	-0,270	-0,120* (0,015)	-0,059
Filhos menores	-0,018 (0,016)	-0,007	0,028* (0,006)	0,076	-0,068* (0,014)	-0,034
Trab. sem carteira	0,333* (0,019)	0,135	0,151* (0,007)	0,416	0,193* (0,016)	0,100
Trab. por conta própria	0,011 (-0,018)	0,007	-0,222* (0,007)	-0,567	-0,273* (0,016)	-0,128
Desocupado	0,403* (0,026)	0,176	0,116* (0,010)	0,315	0,210* (0,023)	0,112
Aposentado	-0,559* (0,035)	-0,171	-0,358* (0,012)	-0,852	-0,434* (0,028)	-0,186
Constante	-6,057* (0,053)		-4,112* (0,018)		-5,771* (0,043)	

Log Likelihood=-886.354,29

Número de Observações= 4.603.570

LR chi2(33)=33.724,67

Prob> chi2=0,0000

Pseudo R2=0,0187

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

Nota: Os coeficientes estimados são obtidos considerando os não-migrantes como categoria base do modelo *Logit Multinomial*. O termo (dy/dx) representa os efeitos marginais das variáveis, os quais estão expressos em percentagem. Significância estatística: *1%, ** 5% e *** 10%.

Pelo cálculo da razão das probabilidades (migrante progressivo/migrante de retorno) constata-se que esta sofre um acréscimo de 2,05, quando se muda a referência da categoria base de sem instrução para nível superior. Isto significa que pessoas com nível superior são mais propensas a escolherem um terceiro destino quando a outra opção analisada é voltar para o lugar de origem. Segundo Davanzo (1983), os menos educados se

mostram mais suscetíveis a cancelarem o seu movimento inicial, voltando ao lugar de partida, quando se desapontam com o local escolhido, enquanto os mais educados procuram outros destinos.

Para as pessoas casadas, os sinais negativos dos efeitos marginais demonstram que estes têm a maior probabilidade de serem não-migrantes, comparados a qualquer uma das categorias analisadas da migração. Em se tratando de ter filhos menores de 18 anos, aumenta a probabilidade de o indivíduo migrar, embora apareça como fator diminutivo na probabilidade quando a opção é realizar um terceiro movimento. Para a categoria de migração de retorno, esta variável não exerce nenhuma influência, pois não se apresenta estaticamente significativa.

Quanto ao mercado de trabalho, observa-se que os trabalhadores sem carteira assinada e os desocupados apresentam maior probabilidade de serem migrantes nas três categorias analisadas: migrantes de retorno, migrante e migrante progressivo. Já para trabalhadores por conta própria, existe uma menor propensão de serem migrantes. Como dito anteriormente, este não é um resultado esperado, dado o pressuposto de maior mobilidade desta categoria.

O sinal negativo para aposentados mostra uma menor chance de este grupo ser caracterizado como remigrado para o local de residência anterior, assim como também existe uma menor chance de serem classificados como migrantes. Neste caso, os resultados são condizentes por se estar analisando uma migração realizada em um curto espaço de tempo, em que a pessoa saiu da sua UF e voltou em menos de cinco anos. Como mostrado anteriormente, os aposentados são os mais prováveis de retornarem ao seu lugar de nascimento e, como mostra o resultado do Modelo 2, os menos prováveis de serem classificados como migrantes.

De uma forma geral, os resultados mostrados nesta seção dão a indicação de que pode estar ocorrendo uma seletividade negativa do migrante retornado ao local de residência anterior. Pelos resultados encontrados, as pessoas mais educadas apresentam uma maior probabilidade de serem migrantes de uma única etapa ou migrantes progressivos. Somente aquelas sem nenhum nível educacional são as que se apresentam com maiores chances de serem remigradas. Com estes resultados, pode-se levantar a hipótese de que a região de destino retém os migrantes mais qualificados em termos de educação. Existindo, portanto, algumas evidências da ocorrência de seletividade positiva a favor do local que está recebendo estes migrantes (Borjas e Bratsberg, 1996).

4.4 Conclusões e Comentários Finais

O capítulo se propôs analisar as características pessoais do indivíduo remigrado, principalmente nas questões da idade e da escolaridade, que o torna diferente do migrante não-retornado e daquele que não migra. No capítulo, encontra-se, ainda, uma distinção da migração de retorno realizada ao local de nascimento com a migração de volta ao local de residência anterior, esta última numa perspectiva de migração realizada com intervalo de saída de menos de cinco anos do estado de origem.

No que diz respeito às características dos indivíduos retornados ao local de nascimento, os dados estatísticos mostram que estes são formados, em sua maioria, por uma população com idade abaixo de 49 anos e com média de anos de estudo acima de seis anos. Acontece, portanto, no Brasil, um fenômeno pouco observado em outros países, uma vez que, estudos internacionais apontam que o regresso da população para os estados de nascimento é realizado por pessoas mais velhas e com baixa escolaridade.

No caso brasileiro, existe a indicação de que a remigração de pessoas ainda em idade produtiva e com boa escolaridade se deva às frustrações das expectativas de emprego, da renda e das condições de moradia no lugar de destino. Este fato faz com que os indivíduos aumentem o seu desejo de retornarem aos seus lugares de nascimento, pois o conhecimento do local, a rede de amigos e os familiares podem ajudar na absorção destes no mercado de trabalho local.

Portanto, a realidade da migração de retorno no Brasil se encontra longe do quadro, até certa forma idealizado, de que são os idosos, bem-sucedidos na decisão de migrar, que estão retornando para vivenciar a velhice junto aos seus familiares.

Quando a referência é a migração de curto prazo, ocorrida entre 1995-2000, observa-se que os migrantes de retorno ao lugar de residência anterior tendem a ser jovens, entre 23 e 39 anos, e com tempo de escolaridade inferior aos demais tipos de migrantes, a migração de uma única etapa e a progressiva.

Na migração de curto prazo, existe uma evidência de que a região destino retém os mais qualificados em termos de educação, isto é visto pela maior probabilidade de a migração ser realizada por pessoas de maior nível de escolaridade, enquanto o regresso é realizado pelos de menor escolaridade.

Uma das principais diferenças encontrada entre o migrante de retorno à UF de nascimento e à UF de residência anterior, é justamente o quesito da educação. Para a UF de nascimento, os indivíduos mais prováveis de retornarem foram os mais qualificados em

termos de educação, enquanto para residência anterior foram os de menor nível educacional. Contudo, não se pode descartar a possibilidade de que esta maior escolaridade por parte dos retornados ao local de origem possa ter sido adquirida no período pós-retorno. Além disso, é preciso ter em mente que, no primeiro caso, não se está comparando os indivíduos que saíram no mesmo período, portanto, não se pode fazer afirmação sobre a seletividade da remigração. Já no segundo caso, esta afirmação pode ser feita: dentro do grupo inicial de partida, aqueles que tinham menor nível de instrução foram os que apresentaram mais chance de remigrarem. De acordo com o modelo de Borjas e Bratsberg (1996), pode estar existindo com a remigração o reforço da seletividade do migrante no destino, com este lugar retendo os “melhores dos melhores”.

A semelhança entre os dois fluxos da migração de longo e curto prazo é a de que indivíduos considerados jovens ou adultos são os que estão retornando. Na migração de curto prazo, este resultado é esperado, visto que a saída e o retorno são realizados em curto espaço de tempo, portanto, não se tem o efeito da migração de retorno planejada e sim de uma parcela de migrantes que não obteve êxito na decisão de migrar.

No capítulo seguinte, segue a análise do perfil do migrante de acordo com as regiões escolhidas por este. Neste caso, as regiões de destino são classificadas em ricas, de riqueza intermediária e pobres. Tem-se a intenção de averiguar qual o tipo de migrante está se dirigindo para cada uma destas.

5 FLUXO MIGRATÓRIO PARA A REGIÃO POBRE: QUEM SÃO OS SEUS MIGRANTES?

Na década de 60, Sahota (1968), ao estudar o fluxo migratório no Brasil, descreveu o país como um dos melhores do mundo para os estudos de migração dado à sua extensa área geográfica, à inexistência de barreiras à migração de caráter institucional, lingüístico ou étnico, e, ainda assim, apresentar persistentes diferenciais de renda entre as subunidades do país.

A migração entre regiões é realmente um fenômeno expressivo no Brasil, como destacou Fiess e Verner (2003): “O Brasil é um país de migrantes”. De acordo com o Censo de 2000, aproximadamente, 5.196 mil indivíduos residiram em estados diferentes nos anos de 1995 e 2000. Até mesmo regiões consideradas pobres, com renda *per capita* abaixo da média, receberam, neste período, cerca de 2.107 mil migrantes. Dentre estes, o número de remigrados, que estavam se dirigindo para seus lugares de nascimento, foi de 591.569 pessoas, desempenhando, portanto, uma importante contribuição no fluxo de migração para as regiões pobres.

Nesta parte do estudo, o intento é detectar, do ponto de vista microeconômico, quem são estas pessoas que arbitraram suas escolhas em favor de uma região pobre, ou seja, qual o perfil dos indivíduos que decidiram morar num local economicamente atrasado. Busca-se saber se os migrantes para região em declínio são diferentes em características, como idade, instrução, características familiares e situação de emprego, dos migrantes que seguem para outras regiões.

O interesse neste sentido se deve ao fato de que, dependendo do tipo de indivíduo que esteja se dirigindo para os lugares pobres, pode haver uma melhoria ou não na distribuição de dotações de capital humano entre as regiões do país.

Além desta introdução, o capítulo foi organizado em seis seções. Na próxima, apresenta-se uma descrição da metodologia do capítulo. Na Seção 5.2, encontra-se a classificação das regiões brasileiras segundo o seu grau de riqueza. Na Seção seguinte, encontra-se um breve relato dos atributos dos migrantes. Na Seção 5.3 há uma descrição da migração de acordo as regiões. Na Seção 5.4 são apresentados os resultados dos modelos econométricos para indivíduos migrantes da região analisada e para os remigrados. Encerra-se o capítulo, na Seção 5.6, com a conclusão.

5.1 Descrição do Modelo

A análise realizada neste capítulo segue próxima à desenvolvida por Kauhanen e Tervo (2002). Estes autores utilizam um modelo *Logit Multinomial* para relacionar os atributos pessoais à probabilidade de migrar para uma determinada região. Esta é a mesma idéia do capítulo anterior com o acréscimo da especificação das regiões escolhidas pelos indivíduos.

Desta forma, o modelo *Logit Multinomial* pode ser descritos como:

$$\text{Prob}(Y_i = j | x_i) = \frac{e^{\beta_j x_i}}{1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k x_i}}, \text{ se } j=0, 2, \dots, J, \beta_0 = 0. \quad (20)$$

Onde Y_i representa as escolhas efetuadas pelos indivíduos i sobre onde fixar residência:

$Y_i = 0$, se o indivíduo é não-migrante;

$Y_i = 1$, se o indivíduo migra para as regiões ricas;

$Y_i = 2$, se o indivíduo migra para as regiões consideradas de riqueza intermediária;

$Y_i = 3$, se o indivíduo migra para as regiões consideradas pobres.

O migrante é classificado como a pessoa que declarou ter residido em uma outra Unidade da Federação no ano de 1995. Nesta definição, são inclusos os indivíduos retornados à UF de nascimento e os migrantes não-retornados. Trabalha-se, ainda, com um universo de indivíduos homens maiores de 18 anos no ano de 1995.

O modelo ainda exige que uma destas categorias seja tomada como referência e que todas as probabilidades encontradas digam respeito à probabilidade de cada alternativa em relação a esta categoria. Assim, o não-migrante é escolhido como esta referência.

Em relação às variáveis independentes, o vetor X_i inclui todos aqueles atributos individuais que afetam a migração, englobando características pessoais (idade, sexo, nível de educação), familiares (estado civil, se tem filhos menores de 18 anos) e situação no mercado de trabalho (ocupado, trabalhador de carteira assinada, conta própria e aposentado)⁸. O conjunto destas características pode determinar a escolha de uma determinada região como destino.

⁸ A definição destas variáveis é discutida detalhadamente na Seção 4.1.2 presente no capítulo 4.

A fim de denominar os estados de acordo com o seu grau de riqueza, utiliza-se o PIB *per capita* dos estados no ano de 1996⁹ como referência. Estados ricos são aqueles que estão acima do PIB *per capita* do Brasil, no valor de meio (1/2) desvio padrão. Estados de riqueza intermediária são aqueles que se encontram entre a média e (1/2) desvio padrão, e estados pobres são os que se encontram com mais de 1/2 desvio padrão abaixo da média nacional.¹⁰

Ao aplicar esta metodologia, existe o interesse em observar que tipo de migrante segue para as regiões atrasadas. Será que o migrante que tem como destino uma região pobre difere no conjunto de suas características de um migrante que segue para as outras regiões?

Tem-se como suposição inicial que os migrantes que se direcionam para os locais pobres são pessoas mais velhas e menos educadas do que aqueles que seguem para outros lugares de melhor desempenho econômico. Esta é uma das idéias defendidas por Myrdal (1956): que as regiões ricas retiram das regiões mais pobres os seus melhores trabalhadores em termos de idade e educação. Porém, não se descarta a possibilidade de que indivíduos com boa escolaridade e jovens migrem para lugares pobres em busca de melhores remunerações, dada a escassez de mão-de-obra qualificada nestes locais. Neste caso, o mercado de trabalho das sub-regiões de uma mesma economia estaria se encaminhando para o equilíbrio, ou seja, os salários e a renda entre as regiões tenderiam a se equalizar.

Quanto à presença de filhos menores de 18 anos, acredita-se que estes favoreçam a escolha dos pais de terem como destino uma região rica, em busca de melhores oportunidades futuras de educação e de emprego para os seus filhos.

Pode ser, ainda, que se encontre uma participação maior de pessoas desocupadas ou de trabalhadores sem carteira assinada entre o grupo de migrantes para as regiões pobres. A falta de oportunidade de emprego, típicos de uma economia pobre, pode favorecer a existência deste tipo de trabalhador.

Como a migração de retorno tem um peso considerável, quando se analisa um fluxo migratório e se leva em consideração que os migrantes retornados apresentam motivos particulares para migrar para um determinado local, são realizadas estimações das equações de forma separada para migrantes de retorno e migrantes de não-retorno.

⁹ Dado fornecido pelo IPEADATA.

¹⁰ O critério de meio desvio padrão ao invés de um ponto desvio padrão se deve à grande discrepância de renda dos estados em relação à média. Com este intervalo, boa parte dos estados se classificava como de riqueza intermediária. O uso de 1/2 desvio padrão atenuou este problema.

1995 e 2000. Nesta primeira análise, também ficam de fora os migrantes retornados ao seu estado de nascimento, pois estes são estudados de forma separada ainda neste capítulo.

De acordo com a Tabela 11, observa-se que a região rica recebeu cerca de 423,2 mil migrantes, o equivalente a 39% do total da imigração. Considerando que a região rica compreende somente quatro estados, dá para perceber quão direcionado é o deslocamento ocorrido no país. Desta região, saíram 279,2 mil pessoas em direção às outras regiões, contabilizando um saldo migratório de 143,9 mil pessoas. Os estados ricos são, geralmente, pólos de atração de migrantes por serem neles que se encontram as melhores oportunidades de emprego. Por exemplo, o Sudeste, considerada a região mais rica do país, concentrou, no ano de 2000, 54% do emprego formal de todo país¹¹. Neste caso, o fluxo migratório segue na direção esperada para onde se tem maior oferta de emprego.

TABELA 11 – Migração, segundo a classificação do grau de riqueza do destino

Classificação das Regiões	Imigrantes	Emigrantes	Migração Líquida	% na Imigração	% na Emigração
Rica	423.162	279.253	143.909	39.24	25.89
De Riqueza Intermediária	257.451	257.902	-451	23.87	23.91
Pobre	397.861	541.319	-143.458	36.89	50.19
Total	1.078.474	1.078.474	0	100.00	100.00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

Nota: Não estão contabilizados os migrantes retornados aos estados.

A região de riqueza intermediária recebeu 257,4 mil pessoas e apresentou uma emigração na ordem de 257,9 mil pessoas, resultando, portanto, uma perda líquida negativa de um pouco mais de 450 pessoas, através do fluxo migratório.

Em relação à região pobre, o número de migrantes vindos de outras regiões foi de 397,8 mil pessoas, este valor representa aproximadamente 37 % da imigração da amostra. Esta região enviou para as demais 541,3 mil indivíduos, os quais correspondem a 50% da emigração realizada no período. No total, ela apresentou uma perda líquida populacional na ordem de 143,5 mil indivíduos. Este saldo migratório mostra a baixa capacidade de atração dos lugares pobres. Ainda mais se for levado em consideração que a região classificada como pobre compreende 17 estados brasileiros (Mapa 1).

A Tabela 12 apresenta a origem e o destino dos migrantes de acordo com as classificações das regiões segundo o seu grau de riqueza. Pelos dados desta tabela,

¹¹ Dados da RAIS do ano de 2000.

verifica-se o baixo volume da migração ocorrida entre os próprios estados de uma região rica, este valor foi somente de 47.756 pessoas, o qual corresponde a 17% do total de emigrantes da região. A maioria dos emigrantes desta região prefere como moradia uma região de riqueza intermediária, aproximadamente 45% destes. Quando se observa a origem das pessoas que estão vindo para região rica, percebe-se que cerca de 59% são oriundos de uma região pobre, enquanto a participação de imigrantes vindos de uma região de riqueza intermediária fica na ordem de 30%.

TABELA 12 – Migração, segundo o grau de riqueza das regiões de origem e de destino

Destino	Origem			
	Rica	De Riqueza Intermediária	Pobre	Imigrantes
Rica	47.756	125.693	249.713	423.162
De Riqueza intermediária	126.899	62.230	68.322	257.451
Pobre	104.598	69.979	223.284	397.861
Emigrantes	279.253	257.902	541.319	1.078.474

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

Nota: Não estão contabilizados os migrantes retornados aos estados.

Em relação aos emigrantes da região de riqueza intermediária, observa-se que estes se destinaram, principalmente, para uma rica, cerca de 49%, com pouca participação dentro da própria região, e, para uma região pobre, 24% e 27%, respectivamente.

De todos os migrantes que se destinaram para uma região pobre, cerca de 56% são oriundos de uma outra região pobre, 26% são de lugares ricos e 18% são provenientes de uma região de riqueza intermediária.

De forma geral, observa-se que existe um fluxo maior de trocas entre a região rica com as demais e um menor entre as regiões de riqueza intermediária e pobre.

A Tabela 13 contém o número de remigrados considerando a origem e o destino destes, de acordo com o grau de riqueza das regiões. Verifica-se, pelos dados presentes nesta tabela, que os lugares considerados ricos contam com um número reduzido de migrantes de retorno, somente 61.085 indivíduos. Em relação aos imigrantes total da região, cerca de 484.247 (imigrantes da região somados aos retornados), os remigrados só correspondem a 13% destes (ver Tabelas 12 e 13).

Para as regiões de riqueza intermediária, obtém-se um total de 114.557 pessoas remigradas, este valor compreende cerca 31% da migração total para a região e 30% da migração de retorno dentro da amostra.

O número expressivo de retornados é verificado de fato para as regiões pobres. Estas apresentam um total de aproximadamente 201.820 remigrados, os quais correspondem a 34% da migração realizada para esta região e 53% da migração de retorno total.

TABELA 13 - Migração de retorno, segundo o grau de riqueza das regiões de origem e de destino

Destino	Origem			
	Rica	De Riqueza Intermediária	Pobre	Imigrantes
Rica	12.358	30.158	18.569	61.085
De riqueza intermediária	70.947	22.324	21.286	114.557
Pobre	119.908	17.477	64.435	201.820
Emigrantes	203.214	69.959	104.290	377.462

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

Nota: Não estão contabilizados os migrantes retornados aos estados.

De acordo com os dados da Tabela 13, percebe-se, ainda, que a região rica é a que mais envia pessoas de volta para as regiões pobres, embora ela seja a que mais recebe os naturais destas. Conforme já citado no Capítulo 3, pode estar havendo, entre a região rica e a região pobre, um fenômeno próximo ao da migração pendular, na qual os indivíduos vão e voltam de acordo com as condições do mercado de trabalho, não se estabelecendo em nenhum lugar definitivamente. Neste caso, a migração de retorno confunde-se com este tipo de migração (Amaral e Nogueira, 1992, Baeninger, 2000).

5.4 Características Gerais do Migrante

De acordo com os dados da Tabela 14, observa-se que os migrantes para uma região rica são predominantemente jovens ou adultos jovens, cerca de 44% destes se encontram na faixa de idade entre 23 e 29 anos e 31% estão na faixa de idade entre 30 e 39 anos. Juntos estes dois grupos representam 75% de todos os migrantes direcionados a esta região. Isto demonstra que são indivíduos ainda considerados jovens ou adultos jovens os mais propensos a se arriscarem em mercados competitivos como os encontrados nas regiões prósperas do país.

Para as demais regiões, observa-se, ainda, que migrantes são, em sua maioria, pessoas consideradas jovens ou adultos jovens (23 e 39 anos). Estes correspondem a 64% dentro do grupo de migrantes da região pobre e 61% dentro da região de riqueza intermediária embora que, para tais regiões, se verifica uma participação menor de pessoas

entre 23 e 29 anos entre os seus migrantes. Isto é mais uma evidência de que a migração é realizada por pessoas que têm maiores expectativas de ganhos futuros com ela.

TABELA 14 – Características do migrante, segundo o grau de riqueza das regiões de destino

Atributos Pessoais	Migrante para Região Rica	Migrante para Região de Riqueza Intermediária	Migrante para Região Pobre
Idade			
De 23 a 29 anos	43,9	28,96	30,66
De 30 a 39 anos	30,87	31,66	33,28
De 40 a 49 anos	14,55	20,41	19,66
De 60 a 75 anos	3,55	6,89	5,63
Escolaridade			
Menos de 1 ano	11,66	8,34	14,83
De 1 a 4 anos	34,53	29,1	32,97
De 5 a 8 anos	26,13	25,9	23,39
De 9 a 11 anos	16,57	21,55	18,59
Acima de 12 anos	11,11	15,12	10,22
Média de anos de estudo	6,20	7,21	5,99
Características familiares			
Casado	45,91	54,1	49,14
Filhos	49,33	57,59	57,69
Filhos menores de 18 anos	47,71	53,69	55,28
Esposa não-migrante	10,26	11,45	12,76
Situação no mercado de trabalho			
Desocupado	8,97	7,59	7,28
Aposentado	4,80	10,94	6,77
Trab. com carteira	44,98	33,21	25,11
Trab. sem carteira	21,57	21,22	26,00
Trab. por conta própria	15,67	23,38	28,62
Setor de ocupação			
Agricultura	6,97	15,07	20,86
Indústria	30,02	22,64	19,19
Comércio e Serviços	39,89	35,17	34,62
Administração Pública	4,43	4,64	4,86

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

Em termos de escolaridade, observa-se que, para qualquer região analisada o migrante, em sua maioria, possui entre 1 e 8 anos de estudo. Esta é, portanto, a faixa de escolaridade de um migrante típico, independente de qual região ele se destina.

Dentro das regiões, entretanto, aparecem algumas particularidades, que podem ser mencionadas. Por exemplo, entre o grupo de migrantes para a região pobre observa-se uma participação maior de pessoas com menos de 1 ano de estudo, quando comparada às demais regiões. A região de riqueza intermediária apresenta cerca de 37% dos seus migrantes com faixa de escolaridade acima de 9 anos de estudo, enquanto que para a região rica esta proporção é na ordem de 28% e na região pobre cerca de 29%. Além do mais, de acordo com a Tabela 14, o migrante da região intermediária possui em média 7,2 anos de estudo, enquanto que para as regiões rica e pobre esta escolaridade é na ordem de 6,2 e 5,9 anos de estudo, respectivamente.

Em termos de desocupação, a região rica aparece com a maior taxa de migrantes desocupados, com cerca de 8,97%, a região intermediária com 7,59% e a região pobre na ordem de 7,28%.

A participação de migrantes com carteira assinada na região rica fica próxima a 45%, enquanto na região pobre somente 25% dos migrantes possuem carteira assinada. O migrante para uma região rica parece arriscar-se menos em atividades autônomas; a participação destes nestas atividades é de somente 16%, enquanto na região pobre esta chega próximo a 29%.

Na Tabela 14 chama atenção, ainda, a alta participação dos migrantes para região pobre empregados no setor agrícola, aproximadamente 21% destes. Verifica-se, também para uma baixa participação destes em empregos na indústria, quando comparada às outras regiões. O migrante da região rica é tipicamente um trabalhador da indústria ou do comércio e serviços, cerca de 70% destes trabalham em tais setores.

5.5 O Papel dos Atributos Pessoais do Migrante nas Escolhas da Região de Destino

Na Tabela 15, são encontrados os coeficientes e os efeitos marginais do modelo *Logit Multinomial* aplicado para os migrantes, segundo suas escolhas da região de destino. Nos valores entre parênteses, são registrados os desvios padrões.

Com respeito à idade (ver Tabela 15), o cálculo do efeito marginal indica que os jovens e os adultos têm maior probabilidade de serem migrantes para qualquer uma das regiões. Este resultado é o esperado e já tinha sido constatado no modelo anterior.

TABELA 15 –Modelo *Logit Multinomial*: migrante segundo o grau de riqueza do destino versus não-migrante

	Migrante para Região Rica		Migrante para Região de Riqueza Intermediária		Migrante para Região Pobre	
Variáveis	Coef.	dy/dx	Coef.	dy/dx	Coef.	dy/dx
Jovem	1,163* (0,037)	0,923	0,565* (0,035)	0,324	0,522* (0,031)	0,449
Adulto	0,363* (0,036)	0,241	0,342* (0,033)	0,185	0,179* (0,030)	0,145
Primário	0,013 (0,016)	0,008	0,330* (0,022)	0,186	-0,176* (0,014)	-0,146
Intermediário	-0,147* (0,017)	-0,099	0,670* (0,023)	0,421	-0,101* (0,015)	-0,085
Superior	0,289* (0,021)	0,209	1,168* (0,025)	1,092	0,185* (0,019)	0,153
Casado	-0,028** (0,011)	-0,018	-0,023*** (0,013)	-0,012	-0,180* (0,011)	-0,151
Filhos Pequenos	-0,133* (0,011)	-0,091	0,032** (0,013)	0,017	0,097* (0,011)	0,081
Trab. Sem carteira	-0,180* (0,012)	-0,117	0,067* (0,015)	0,036	0,399* (0,012)	0,379
Trab. por conta própria	-0,862* (0,014)	-0,504	-0,312* (0,015)	-0,159	0,055* (0,012)	0,052
Desocupado	-0,087* (0,018)	-0,057	0,024 (0,023)	0,013	0,115* (0,019)	0,101
Aposentado	-0,953* (0,027)	-0,481	-0,127* (0,022)	-0,062	-0,647* (0,023)	-0,437
Constante	-5,058* (0,037)		-5,936* (0,037)		-4,905* (0,031)	

Log Likelihood =-698.487,04

Número de Observações=5.057.747

LR chi2(33) =32.118,00

Prob> chi2 =0,0000

Pseudo R2=0,0230

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

Nota: Os coeficientes estimados são obtidos considerando os não-migrantes como categoria base do modelo *Logit Multinomial*. O termo (dy/dx) representa os efeitos marginais das variáveis, os quais estão expressos em percentagem. Significância estatística: *1%,** 5% e *** 10%.

Quanto à escolaridade dos migrantes das diferentes regiões, aparecem, nos modelos, algumas singularidades. Quando a opção de migrar para a região rica é analisada, o coeficiente do efeito marginal se apresenta sem significância para as pessoas com nível primário, negativo para o grau de instrução intermediário e positivo para o nível superior. Como estes resultados não são conclusivos, recorre-se ao cálculo da razão das probabilidades, a fim de detectar a preferência de moradia dos indivíduos com maior grau de instrução. De acordo com esta medida, as chances de uma pessoa com nível superior em

relação à pessoa com nível intermediário migrar para a região rica é de 1,53. O cálculo desta probabilidade passa a ser de 1,38, se o destino escolhido for uma região pobre. Por isso, pode-se afirmar que os mais instruídos demonstram uma preferência relativa de se instalarem numa região rica.

Um resultado melhor definido, em termos de educação, é dado para o fluxo da migração direcionado à região de riqueza intermediária. Para qualquer grau de instrução, os efeitos marginais se revelam positivos e se mostram crescentes nos seus valores, na medida em que se altera o grau de instrução. Desta forma, pode-se concluir que a migração para uma região intermediária tende a ser realizada pelas pessoas mais escolarizadas.

Em se tratando da migração para a região pobre, o cálculo do efeito marginal aparece negativo para as pessoas com nível primário e intermediário, só demonstrando um valor positivo para os indivíduos com grau superior. Isto informa que a migração para uma região pobre tende a ser realizada por pessoas sem nenhum grau de escolaridade, quando se tem por base de comparação as pessoas com níveis de instrução primário e intermediário. Entretanto, se a comparação for com as pessoas de nível superior, percebe-se que estas últimas apresentam maiores chances de serem migrante para esta região. Estes resultados estão de acordo com os observados por Fiess e Verner (2003), os quais, através de modelo *Probit*, encontram que os trabalhadores sem nenhum grau de instrução são os mais prováveis de migrarem do Sudeste em direção ao Nordeste.

O que chama atenção, ainda na Tabela 15, é que as pessoas com níveis superiores são as mais prováveis de serem classificadas como migrantes, independente da região escolhida. Embora, em termos de magnitude o coeficiente marginal apresentar-se maior para os migrantes da região de riqueza intermediária.

O valor do efeito marginal aponta que os indivíduos casados são os menos prováveis de serem migrantes, portanto, o estado civil aparece como uma barreira à mobilidade. Avaliando o impacto de se ter filhos pequenos na decisão do destino a ser escolhido, observa-se que pais com filhos menores de 18 anos têm a menor probabilidade de escolherem a região rica como destino, embora esta probabilidade seja aumentada para escolha de uma região de riqueza intermediária ou uma pobre. Obtém-se com isto, um resultado contrário ao esperado.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, observa-se que os migrantes de uma região rica têm menos probabilidade de se encontrarem em empregos sem carteira assinada ou desocupados. Enquanto que, para região pobre e para região intermediária, esta

probabilidade aumenta. Isto reforça a idéia de que a região rica oferece ao migrante melhores oportunidades de emprego.

De forma sucinta, os resultados apontam que o migrante da região pobre se aproxima ao da região de riqueza intermediária, com exceção de a região pobre apresentar maiores chances de atrair pessoas sem nenhum grau de instrução quando comparadas àquelas com nível primário e intermediário. Em relação à região rica, observa-se que ela é menos preterida por indivíduos que tenham filhos menores de 18 anos e é, nesta região, que os migrantes aparecem com menos chances de serem trabalhadores autônomos, trabalhadores sem carteira assinada ou de se encontrarem desocupados.

Quanto aos resultados do modelo *Logit Multinomial* para migrantes de retorno (ver Tabela 16), observa-se que, entre os retornados para as diferentes regiões, existe maior probabilidade de eles serem pessoas jovens ou adultas. De forma que nem mesmo para a região rica se pode afirmar que a migração de retorno planejada para o grupo de idosos esteja ocorrendo.

As pessoas com maiores escolaridades também são as mais prováveis de retornar para a região rica ou para a de riqueza intermediária. Os valores dos efeitos marginais se mostram positivos para qualquer nível de educação. Em se tratando da remigração para região pobre, observa-se que esta tende a ser realizada por pessoas sem nenhuma instrução, conforme visto no sinal negativo dos coeficientes do efeito marginal para os níveis primário, intermediário e superior. Este é um indicativo de que o movimento de retorno não está trazendo pessoas qualificadas para esta região.

De acordo com os coeficientes do modelo, os indivíduos casados são suscetíveis a voltarem se o seu destino for um local rico. No entanto, a existência de filhos pequenos diminui a probabilidade de retorno em qualquer direção.

Os remigrados também apresentam maior probabilidade de se encontrarem em empregos informais ou desempregados para qualquer região analisada. Portanto, este é mais um indício da seletividade negativa do grupo de remigrados. Este resultado se agrava quando a direção é uma região pobre, pois ele reforça o contingente de mão-de-obra sem qualificação presente na região.

Para os aposentados, a maior probabilidade de retorno se dá em direção às outras regiões diferentes de uma região rica. Este comportamento dos aposentados pode estar relacionado aos altos custos de vida de uma região rica ou, ainda, à melhoria das condições de vida dos aposentados, sobretudo nas regiões pobre do país, e em particular, no setor rural.

TABELA 16 – Modelo *Logit Multinomial*: migrante de retorno segundo o grau de riqueza do destino versus não-migrante

Variáveis	Migrante Retornado para Região Rica		Migrante Retornado para Região de Riqueza Intermediária		Migrante Retornado para Região Pobre	
	Coef.	dy/dx	Coef.	dy/dx	Coef.	dy/dx
Jovem	0,375* (0,077)	0,042	0,841* (0,049)	0,258	1,184* (0,042)	0,632
Adulto	0,400* (0,073)	0,043	0,756* (0,046)	0,209	0,746* (0,040)	0,334
Primário	0,655* (0,059)	0,076	0,739* (0,034)	0,216	-0,037** (0,019)	-0,018
Intermediário	1,204* (0,058)	0,172	0,829* (0,035)	0,270	-0,294* (0,021)	-0,127
Superior	2,144* (0,060)	0,693	1,007* (0,041)	0,436	-0,553* (0,033)	-0,201
Casado	0,017 (0,029)	0,002	-0,003 (0,019)	0,000	-0,233* (0,015)	-0,106
Filhos pequenos	-0,054*** (0,029)	-0,006	-0,040** (0,019)	-0,011	-0,056* (0,014)	-0,025
Trab. sem carteira	0,191* (0,032)	0,022	0,208* (0,023)	0,060	0,387* (0,018)	0,196
Trab. por conta própria	-0,271* (0,032)	-0,029	-0,032 (0,021)	-0,009	0,384* (0,016)	0,186
Desocupado	0,395* (0,044)	0,051	0,297* (0,031)	0,092	0,612* (0,023)	0,358
Aposentado	-0,189* (0,047)	-0,020	0,329* (0,028)	0,101	0,023 (0,026)	0,010
Constante	-7,934* (0,088)		-7,359* (0,054)		-6,164* (0,043)	

Log Likelihood =-301.938,83

Número de Observações =4.983.548

LR chi2(33)=9.297,41

Prob> chi2 =0,0000

Pseudo R2=0,0152

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

Nota: Os coeficientes estimados são obtidos considerando os não-migrantes como categoria base do modelo *Logit Multinomial*. O termo (dy/dx) representa os efeitos marginais das variáveis, os quais estão expressos em percentagem. Significância estatística: *1%,** 5% e *** 10%.

5.6 Conclusões

De uma forma geral, pode-se traçar um perfil comum do migrante independente da região escolhida como destino. O migrante tende a ser uma pessoa jovem ou adulta, com nível superior, solteira e não-aposentada.

Algumas singularidades surgem quando se analisa o perfil do migrante por região de destino. Percebe, por exemplo, que o migrante de uma região de riqueza intermediária é

um indivíduo escolarizado, pois, quando se compara os indivíduos sem nenhum grau de instrução com aqueles com qualquer nível instrução (primário, intermediário e superior), observa-se que estes últimos têm mais chances de serem migrantes para esta região. Este resultado não é verificado para a região pobre, onde as pessoas não-escolarizadas apresentam maiores chances de serem migrantes da região quando comparadas àquelas de nível primário e intermediário. Entretanto, a situação se inverte se o critério de comparação for em relação às pessoas com nível de instrução superior. Em se tratando da migração para região rica, também se observa que ela costuma ser realizada por indivíduos sem nenhum grau de instrução quando se compara com aqueles de nível intermediário. Novamente a exceção é quando se tem como referência os indivíduos com grau superior.

É importante destacar que a vantagem deste modelo em relação ao Modelo 1, aplicado no capítulo anterior, é que ele demonstra o perfil do migrante de acordo com o grau de riqueza da região escolhida por este. Nos resultados mostrados no capítulo anterior, as pessoas com qualquer grau de escolaridade (primário, intermediário, superior) apresentavam chances maiores de serem migrantes quando comparadas àquelas sem instrução. Pela metodologia aplicada aqui, isto só é de fato verdadeiro se a região escolhida for a região intermediária, para as demais regiões pode ocorrer que o indivíduo sem instrução apresente maior probabilidade de ser migrante quando se confronta com outros níveis de escolaridade.

Constata-se, ainda, que os remigrados apresentam estereótipo de pessoas que estão retornando como forma de corrigir uma decisão inicial errada. Eles são, na sua maioria, jovens ou adultos e apresentam maiores chances de estarem desocupados ou de serem trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Sendo isto pior para região pobre, porque os seus retornados tendem a ser formados por pessoas não-escolarizadas.

6 COMENTÁRIOS FINAIS E CONCLUSÕES

O objetivo do estudo foi realizar uma análise do chamado contrafluxo da migração, ou seja, da migração que se destina para as regiões pobres, e da remigração. É esperado que o maior fluxo da migração ocorra no sentido de regiões pobres para as regiões ricas. Entretanto, toda região é ao mesmo tempo receptora e emissora de pessoas, a diferença é que lugares considerados ricos, geralmente, apresentam saldos líquidos da migração. Dentro da migração para as regiões pobres, a remigração apresenta uma grande contribuição, sendo que boa parte da população que se dirige para estas regiões é formada

por pessoas retornadas às suas origem ou ainda por aquelas acompanhantes destas como cônjuges, filhos ou outros agregados da família.

Do ponto de vista teórico, a remigração é vista como um evento planejado ou uma resposta às condições encontradas no destino. No primeiro caso, o indivíduo programa encerrar o seu ciclo migratório voltando ao seu ponto de partida. Desta forma, a migração seria vista como um investimento e o tempo de estada fora seria o necessário para se obter retornos financeiros desejados. No segundo caso, o retorno é visto como uma opção diante do insucesso da migração inicial (Borjas e Bratsberg, 1996). Em face ao desapontamento com as condições encontradas no destino, como a falta de emprego, as más condições de moradia ou a não-materialização da renda esperada, o regresso pode representar, portanto, uma alternativa segura e com menor custo do que seguir para um terceiro destino (Newbold, 2001, Newbold e Bell, 2001)

A intenção deste trabalho foi analisar, para o caso brasileiro, a migração para as regiões economicamente atrasadas e, em particular, o fluxo migratório de retorno. O fenômeno da remigração ganhou expressividade a partir dos anos 80. Durante esta década a remigração mais do que dobrou sua participação na migração nacional, quando se compara com o verificado na década de 70, aumentando de 11% para 24,5% do total. Entre 1995-2000, o volume de retornados foi de 1.129 mil pessoas, o qual representava cerca de 22% da migração realizada durante o quinquênio.

Para a região Nordeste se dirigiu 40% dos retornados do país, durante o período 1995-2000. Com exceção de Sergipe, todos os demais estados desta região, apresentaram uma proporção de retornados superior a 35% da migração realizada para estes estados. Cerca de 45,5% destes remigrados vieram do Sudeste, e, em relação à origem dentro desta região, 75% saíram do estado de São Paulo.

A segunda região com maior participação de retornados foi o Sudeste, com 348 mil remigrados. Neste caso, destaca-se a posição do estado de Minas Gerais para onde se dirigiu cerca de 46% dos retornados da região.

Observa-se, portanto, que as regiões tradicionalmente fornecedoras de mão-de-obra, como Minas Gerais e o Nordeste, apresentam uma tendência de recuperarem de volta sua população de emigrantes. E, ainda, o estado de São Paulo foi o que apresentou maiores perdas de pessoas que voltaram para os seus lugares de nascimento, na ordem de 370 mil pessoas. Este valor indica que 33% dos remigrados, no período, 1995-2000, tiveram como última residência o estado de São Paulo.

Uma das preocupações nos estudos de migração é a contribuição dos migrantes, em termos de dotação de capital humano, para as regiões que os enviam e para aquelas que os recebem. A migração pode agravar os desequilíbrios regionais caso ela retire das regiões pobres os seus melhores trabalhadores. O presente estudo trouxe algumas evidências do tipo de migrante que está se dirigindo para lugares economicamente pobres e daquele que está realizando o movimento de retorno.

O estudo fez uso de informações diferentes para traçar o perfil do migrante retornado. Na primeira abordagem, o migrante retornado foi aquele que tinha voltado ao seu estado de nascimento, no período de 1995-2000. Na segunda, o remigrado ficou restrito ao indivíduo que tinha saído e voltado entre o quinquênio de 1995-2000.

Embora o foco do estudo seja o remigrado, algumas conclusões podem ser retiradas para os migrantes. A migração tende a ser realizada por indivíduos jovens ou adultos, escolarizados, solteiros, com filhos menores e com maiores chances de trabalharem em emprego sem carteira assinada. Os idosos e aposentados apresentaram maiores chances de serem não-migrantes.

Quando a comparação é feita entre o indivíduo migrante com o migrante de retorno ao lugar de nascimento, ambos fazendo parte de um mesmo fluxo migratório, percebe-se que o regresso se apresentou com maior chance de ser realizado por pessoas consideradas não-idosas, abaixo de 60 anos, com algum grau de instrução, seja ele primário, intermediário ou nível superior. Os remigrados também aparecem com maiores chances de se encontrarem desempregados, sem carteira de trabalho assinadas ou aposentados. Somente para esta última categoria, a remigração pode ser vista como um evento planejado.

Numa perspectiva de curto prazo, sendo avaliados a saída e o retorno, em curto espaço de tempo, observa-se que a volta foi realizada pelos trabalhadores com menor nível de qualificação, em termos de educação, porém em idade bastante jovem, entre 23 e 39 anos.

Constata-se, ainda, que, diante do insucesso da migração inicial, a opção de voltar apresenta-se com maior probabilidade e é realizada por 18% dos migrantes, enquanto, seguir para outro destino é realizado somente por 13%. E, ainda, tanto o indivíduo migrante de uma única etapa como o migrante progressivo possuem média de anos de estudo superior ao retornado. Aliás, quanto maior o grau de instrução, maior a probabilidade de o indivíduo tornar-se migrante nestas duas últimas categorias

mencionadas. Como afirma Newbold (2001), uma maior qualificação torna os indivíduos menos avessos ao risco.

Portanto, se a migração inicial for auto-selecionada, como apontam os estudos de migração, e os resultados encontrados aqui trouxeram algumas evidências sobre isto, então, o retorno reforça o caráter seletivo desta, sendo os indivíduos com menor grau de instrução os mais aptos a retornarem. Este pode ser um indício de que as regiões de destino acabam por ficar com os “melhores dos melhores”.

Chama a atenção o fato de que o estereótipo do migrante retornado pode ser consistente com o de uma migração mal sucedida. O retorno foi realizado por indivíduos considerados em plena capacidade produtiva, jovens ou adultos, escolarizados e com maior propensão de, no período pós-retorno, estarem desempregadas; participarem de atividades autônomas ou de se encontrarem em empregos sem carteira de trabalho assinada.

Quando se analisa a migração de acordo com o grau de riqueza das regiões, os resultados ficam mais evidentes. Estes indicam que os indivíduos com maior nível educacional escolhem, para se estabelecerem nas regiões ricas e nas de riqueza intermediária, principalmente, nesta última, em detrimento à região pobre. Até quando se considera os remigrados, verifica-se que a região pobre tende a receber de volta as pessoas com menor nível educacional.

Em trabalhos futuros, pretende-se avançar nesta pesquisa no sentido de se investigar a possível seletividade dos remigrados através do controle sobre os salários. Um outro aspecto que se pretende averiguar é quais os fatores nos locais de destino ou de origem que podem estar incentivando os indivíduos a voltarem para seus lugares de naturalidade. Existe um sentimento de que a volta esteja ocorrendo, como diversas vezes foi mencionado no trabalho, por pioras nas condições de vida nos lugares que tendem a receber estes migrantes. A restrição de emprego, as dificuldades de moradia e o crescimento da violência são alguns fatores que precisam ser investigados como as causas desta maior saída de imigrantes dos grandes centros urbanos. Embora também seja preciso averiguar quais os acontecimentos que podem estar ocorrendo nos lugares de origem do migrante para que ele se sinta atraído a retornar. Estas questões fazem parte de uma agenda de pesquisas futuras sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ana Elizabeth P e NOGUEIRA A. de Melo. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, VII, 1992, Brasília. Anais...Brasília, v.3, p. 201-212, 1992.

ARAÚJO, T.B. Nordeste, Nordestes, que Nordeste? In: Affonso. R. de B, SILVA, P.L.B. (org). **Desigualdade e Desenvolvimento**. São Paulo: Fundap, Unesp (Série Federalismo no Brasil),1995.

AZZONI, C. R; MENEZES, N; MENEZES, T e SILVEIRA NETO, R. M. Geography and Income among Brazilian States. **Research Network Working Paper**, Washington, n. may, p. 3-30, 2000.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, XII, 2000, Caxambu. Anais...Caxambu, 2000.

BEZERRA, F. M. e SILVEIRA NETO, R. M. Existe Fuga de Cérebros no Brasil? Evidências a partir dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**. XV, 2006, Caxambu. Anais...Caxambu, 2006.

BRITO, F. Brasil final de século: a transição para um novo padrão migratório. In: Fausto. (Org.). **Transições Migratórias**. 7º ed. Fortaleza: Iplance, p. 15-54, 2003.

BRITO, F. e CARVALHO, J. A. As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas (Brasília)**, v. 22, p. 441-455, 2006.

BRITO, Fausto; GARCIA, Ricardo A. e CARVALHO José Alberto M. Migrações de curto prazo nas Regiões Metropolitanas: migrante de etapa única, migrante de retorno e migrante de passagem-1986/1991. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, XIII, 2002, Ouro Preto. Anais...Ouro Preto, 2002.

BORJAS, George e BRATSBERG, Bernt. Who Leaves? The outmigration of the Foreign-Born. **The Review of Economics and Statistics**, v. 87, n.1, p. 165-176, Feb, 1996.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama Dos Últimos 50 Anos**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão n. 651)

CUNHA, José Marcos Pinto. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. **São Paulo em Perspectiva**, v.17, n.3-4, p.218-233, dez. 2003.

CUNHA, J.M.P e DEDECCA, C.S. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.17, n.1/2, jan. /dez. 2000.

DAVANZO, Juli. Repeat migration in the United States: Who back and who moves on? **Review of Economics and Statistics**, v. 65, n. 4, p. 552-59, Nov. 1983.

DUSTMANN, Christian e KIRCHKAMP Olivier. The optimal migration duration and activity choice after re-migration. **Journal of Development Economics**, v. 67, p. 351-372, 2002.

DUSTMANN, Christian. Return migration, wage differentials, and the optimal migration duration. **European Economic Review** .47, p. 353-367, 2003.

FIESS, Nibert M e VERNER Dorte. Migration and Human Capital in Brazil during 1990s. **World Bank Polichy Working Paper** ,3093, July. 2003.

GARCIA, Ricardo Alexandrino e RIBEIRO, Adriana de Miranda. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno - 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000. In: **SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA**, XI, 2004, Diamantina. **Anais...** Diamantina, 2004.

GREENE, Willian H. **Econometrics analysis**. 5ª ed. New York: Macmillan, 2003.

KAUHANEN, Merja e TERVO Hannu. Who moves to depression regions? An analysis of migration stream in Finland in the 1991. **International Regional Science Review** v.25, n.2, p. 200-218, April. 2002.

LYRA, Maria Rejane Souza de. SULANCA X MUAMBA rede social que alimenta a migração de retorno. **São Paulo Em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 144-154, out./dez. 2005

MENEZES, Tatiane Almeida de e FERREIRA Jr, Dúlcio. Migração e convergência de renda. In: **ENCONTRO DE ECONOMIA REGIONAL DA ANPEC**, X, 2003, Fortaleza. Anais ...Fortaleza, 2003.

MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and the underdeveloped regions**. London: G. Duckworth & Co. 1956.

NEWBOLD, K. Bruce e BELL Martin. Return and Onward Migration in Canada and Australia: Evidence From Fixed Interval Data. **International Migration Review**, v.35, n.4, p. 1157-1187, 2001.

NEWBOLD, K.B Counting Migrants and Migrations: Comparing Lifetime and Fixed-Interval Return and Onward Migration. **Economic Geography**, v.77, n.1, p. 23-40, 2001.

PESSÔA, S. A. Existe um Problema de Desigualdade Regional no Brasil? In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, XXIX, 2001, Salvador. Anais...Salvador, 2001.

QUEIROZ, Silvana Nunes. **Migração para o Ceará nos anos 90**. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal da Paraíba, UFPB-CME, 2003.

RAMALHO, H. M. B e MOREIRA, Ivan Targino. Migração e Seleção: Evidências para o Brasil metropolitano. In: **ENCONTRO DE ECONOMIA REGIONAL DA ANPEC**, X 2006, Fortaleza. Anais...Fortaleza, 2006.

RIBEIRO, E. P. e BASTOS, V. M. Viés de Seleção, Retornos à Educação e Migração no Brasil. In: **ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA**, XXVI 2004, João Pessoa. Anais ...Rio de Janeiro: SBE, v. 1, 2004.

RIBEIRO, José Teixeira Lopes, CARVALHO, José Alberto Magno de e WONG, Laura Rodríguez. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 10, 1996, Caxambu. Anais... Belo Horizonte : ABEP, , v. 2, p. 955-972, 1996.

RIGOTTI, José Irineu. Estimativas de saldos e fluxos migratórios a partir do Censo Demográfico de 1991: uma aplicação para as mesorregiões de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

SANTOS JUNIOR, Enesto da Rosa dos; MENEZES FILHO, Náercio e FERREIRA, Pedro Cavalcanti. Migração, Seleção e Diferenças Regionais de Renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 35, n.3, p. 299-332, dez 2005.

SAHOTA, Gian S. An economic analysis of internal migration in Brazil. *Journal of Political Economy*, v.76,n.2, 1968.

SILVA NETTO JUNIOR, J. L. S; MOREIRA, I. T; ARAÚJO, A F. V. de FIGUEIREDO, E. A. Migração e acumulação de capital humano: uma análise do período de 1950-200; REN. **Revista econômica do nordeste**; vol. Setembro, 2003.

SILVA, T. F. B. e SILVEIRA NETO, R. M. Migração e Seleção no Brasil: Evidências para o Decênio 1993-2003. In: **ENCONTRO DE ECONOMIA REGIONAL DA ANPEC**, X, 2005, Fortaleza. Anais ...Fortaleza, 2005.

SILVEIRA NETO, R. M. Quão Pró-Pobre tem sido o Crescimento Econômico no Nordeste? Evidências para o Período 1991-2000. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 36, n. out - dez, p. 483-507, 2005.

SILVEIRA NETO, R. M e MAGALHÃES, A. M. O progresso econômico do migrante em São Paulo: evidências a partir dos censos demográficos de 1991 e 2000. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS**, III, 2004. Anais... ABER, Belo Horizonte, 2004.

VANDERKAMP, Jonh. Migration flows, their determinants and effects of return of return migration. **Journal of Political Economy**, 79, p. 1012-1031, Sept/ Oct. 1971.

ZHAO, Yaohui. **Causes and Consequence of Return Migration: Recent Evidence from China**. China Center for Economic ReseachBeijing University. November 30, 2001.

ANEXO

Tabela A1: Estoque de migrantes intra-estaduais por estado de origem e destino, durante o período de 1995-2000

	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
RO	0	3530	6307	1118	1527	109	598	1192	313	2056	628	838	586	73	118	1134	4036	2116	1104	7235	7970	1512	1153	2629	20606	3077	1169
AC	5070	0	4293	331	236	53	80	52	26	569	330	187	38	14	30	76	449	220	291	775	615	141	101	183	494	991	424
AM	7086	4750	0	8561	11619	487	331	1546	788	3763	802	453	1216	192	307	755	1504	350	3647	3468	1504	532	1185	721	550	1243	1298
RR	650	82	2556	0	1761	95	104	1456	471	1165	516	293	216	40	32	277	574	184	971	561	387	49	232	329	335	818	226
PA	2802	417	42185	13982	0	33744	19569	28586	3988	8546	1751	1007	2217	272	247	2944	6681	2411	8235	13911	3063	1090	1342	1166	6047	21462	6570
AP	179	40	751	437	8267	0	137	1153	129	891	323	111	266	15	42	29	289	65	291	496	184	36	267	49	167	328	171
TO	413	14	383	634	15507	160	0	6801	1188	773	257	443	514	161	101	1535	3333	117	606	4265	809	54	728	316	3145	34915	5341
MA	2775	111	5912	13475	70956	5220	23610	0	24534	8218	1412	1081	2068	580	425	1941	5078	912	12442	32551	1590	488	766	537	4823	29166	23800
PI	683	31	1470	824	5021	308	2830	16863	0	11986	733	541	3355	185	389	2924	1936	257	5641	45577	612	310	510	450	821	15081	21477
CE	2124	361	3723	1386	7113	622	1863	5346	8335	0	7862	5076	8734	996	843	6655	5526	958	27349	66384	1521	1316	1752	1050	1608	7891	10315
RN	552	41	870	529	1068	328	240	857	826	7611	0	9044	4752	326	595	1673	2674	469	9658	19450	744	685	789	308	460	3112	3625
PB	1007	104	627	672	1376	201	808	1472	1016	5278	13912	0	18802	1124	1010	4423	2625	539	44146	48777	1225	583	645	422	885	4878	6928
PE	1513	85	1528	388	3120	255	2070	2584	3655	11681	7086	21043	0	17414	3289	23139	5216	1321	22595	131488	2346	1124	1365	1862	2445	5900	5777
AL	352	31	196	92	1100	2	661	614	468	2001	667	1403	18826	0	11318	7832	3659	926	5409	62609	1035	472	381	1173	3799	1840	1083
SE	238	22	117	110	272	40	583	310	355	691	429	732	2015	4615	0	13433	1599	853	4450	21505	1066	258	259	470	679	1106	724
BA	2621	190	819	225	5000	170	2071	1729	3736	7346	2963	4698	17696	3885	17094	0	36772	31743	29035	277306	5145	1904	2136	1621	4479	32067	25587
MG	6699	521	1354	506	5782	356	5179	3236	1473	3385	1950	1548	3825	1073	807	19859	0	38516	48324	178423	9463	3050	3158	3357	6557	34261	25998
ES	7754	117	265	99	1855	84	316	605	320	988	360	407	1196	410	154	14447	29529	0	18250	10826	1468	727	831	173	981	1226	1778
RJ	1571	558	5280	612	6587	258	577	4179	2231	16014	10062	16761	10866	2771	3028	15280	57049	28927	0	46959	7842	6127	8269	3849	1557	4550	12448
SP	8701	626	4176	670	9002	631	5330	9865	23367	52502	17855	28349	58364	19105	10293	105691	201880	11850	45105	0	131094	28343	14546	36250	19793	27976	12520
PR	9008	498	990	507	3505	352	1338	1323	343	1795	916	654	1468	642	313	4023	14054	1404	5793	131294	0	80905	22132	17186	27942	5141	3472
SC	1239	140	511	201	1295	38	538	435	219	1088	438	221	572	117	161	1215	2851	583	3370	16134	53293	0	41155	2465	7736	1995	1655
RS	1390	223	1277	534	2172	210	1024	1046	815	2665	879	674	1514	390	372	3600	3766	812	7755	18159	23669	58586	0	4258	9271	3780	4050
MS	3748	277	563	204	1126	104	708	443	317	1015	914	561	948	220	151	1299	4377	410	3248	34812	18696	3302	3342	0	21302	4786	1865
MT	12365	515	1381	855	6785	246	2042	2011	883	1348	567	552	905	504	329	1891	6507	638	1892	21454	17593	4231	2958	12280	0	20354	2640
GO	2225	290	949	561	7936	342	19535	3210	2171	2348	1648	1656	1480	302	296	7580	30618	680	2710	19564	2608	2278	1557	3786	18309	0	35259
DF	560	61	1143	237	2057	167	3288	3906	6770	7203	2657	3672	2433	541	365	6917	15199	1908	7432	9827	1766	1548	1836	819	1506	104758	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo demográfico de 2000 do IBGE

Nota: Origem: local de residência no ano de 1995 (linhas). Destino: local de moradia no ano 2000 (colunas)

Tabela A2: Estoque de migrantes de retorno intra-estaduais por estado de origem e destino, durante o período de 1995-2000

	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
RO		968	1031	28	423	0	120	684	197	1270	292	449	197	33	40	599	1839	1012	418	1843	3654	369	567	580	1951	946	79
AC	503		686	20	96	0	0	22	26	202	134	68	11	0	0	16	173	17	86	71	275	16	27	22	51	128	21
AM	683	880		397	5634	26	81	808	401	1717	328	174	419	77	13	324	647	78	1357	451	371	206	626	163	43	197	58
RR	113	13	719		646	0	14	1012	215	596	180	186	71	40	0	150	224	10	158	51	155	8	154	127	82	133	0
PA	65	111	2449	214		1755	5224	14303	1769	4038	609	355	744	166	104	1225	2001	719	1343	939	1149	229	533	92	414	5087	242
AP	15	6	91	26	4262		10	806	32	312	179	42	90	4	0	0	106	19	83	34	43	0	61	10	46	11	0
TO	20	0	113	0	1728	0		3057	690	429	127	279	358	59	41	592	1156	55	117	628	216	10	470	147	151	9204	247
MA	78	12	268	51	3717	107	1576		5899	2390	451	522	805	247	160	439	1202	210	673	1194	257	94	236	0	110	1157	295
PI	48	9	97	0	293	0	118	3878		3469	130	80	754	73	31	465	126	68	465	1431	121	30	91	0	35	221	479
CE	179	45	362	22	675	54	29	1082	2327		2264	1310	2304	202	108	979	655	125	1601	3258	206	93	301	92	38	281	286
RN	20	41	161	16	102	9	15	301	378	1871		3415	1431	121	58	418	290	47	956	1532	81	135	254	22	24	211	149
PB	57	11	60	9	193	5	18	271	423	1217	2668		4937	181	282	665	242	87	2650	1602	173	83	103	11	36	158	114
PE	40	6	225	21	323	31	105	485	1270	3205	1370	5926		3493	282	3506	835	103	1770	6605	258	111	390	52	83	439	112
AL	10	0	54	18	119	0	36	133	173	412	259	400	5878		1135	1204	417	49	415	2186	76	83	76	41	31	86	77
SE	0	6	23	0	100	8	70	99	154	190	177	381	777	2281		3639	370	68	495	1339	195	36	41	34	21	239	27
BA	94	32	39	0	318	31	101	638	1389	3479	1018	2027	7133	1398	3930		6071	2880	2715	12781	1075	220	813	170	248	1410	734
MG	481	91	115	10	729	53	643	1544	641	1799	847	720	1592	368	179	5464		5093	9149	22144	2461	568	1039	313	544	5978	1030
ES	263	0	25	0	127	10	11	270	174	606	130	182	677	214	38	6222	13919		4516	1494	251	112	390	16	100	126	150
RJ	127	111	615	31	2101	0	68	2336	1188	10119	3812	10738	5177	1120	1115	6467	21198	6979		6857	1183	996	2719	502	160	633	522
SP	819	145	724	15	2257	111	652	5110	16657	32633	9596	18649	36222	12047	5270	65426	82825	2938	11596		43663	4947	5633	5391	1384	4954	711
PR	655	50	107	17	642	30	82	507	160	679	323	317	582	204	141	787	2898	303	1594	20045		14921	6764	1712	905	746	229
SC	60	26	107	23	358	30	72	167	128	488	192	76	284	42	43	373	864	46	1187	3240	16573		13970	233	179	121	40
RS	64	34	121	3	143	31	145	373	303	625	107	210	324	48	51	491	887	102	1485	2231	4625	9014		401	237	350	82
MS	177	30	68	0	69	0	79	167	158	405	251	60	362	117	45	438	1529	129	784	11919	7300	823	1822		1724	1071	101
MT	1264	67	176	86	878	0	360	1043	424	647	179	300	466	325	206	801	2482	171	540	7031	8870	1487	1585	3884		7120	110
GO	195	71	79	0	1202	16	3672	1461	1251	1276	861	808	745	121	70	3630	10059	142	711	3975	963	273	767	698	1599		3586
DF	61	19	105	0	662	19	970	2630	4571	4396	1265	2480	1217	258	170	3774	8029	382	2487	1549	458	97	1002	285	168	13285	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo demográfico de 2000 do IBGE

Nota: Origem: local de nascimento e moradia no ano de 2000 (colunas). Destino: lugar de residência em 1995 (linhas)

Tabela A3:Estoque de migrantes de retorno intra-estaduais por estado de origem e destino, durante o período de 1999-2004

	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
RO		620	311	0	174	0	0	0	1044	217	0	0	0	0	0	0	579	1410	0	0	2990	1738	1048	926	330	0	0
AC	472		1223	0	0	209	0	0	0	217	1872	0	0	0	0	0	0	0	448	857	0	0	0	0	0	0	0
AM	219	573		804	11611	0	0	798	523	1009	0	0	0	0	0	0		0	0	1801	386	0	420	0	0	0	0
RR	0	0	1223		438	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2391	0	0	0	0	0	205
PA	0	154	1839	161		1876	3057	23910	522	2093	0	0	0	0	0	494	1551	940	0	857	0	1158	0	0	330	4484	0
AP	0	155	1222	0	7967		218	797	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	345	0
TO	0	0	0	0	4188	0		10361	0	505	0	0	639	0	0	3465	0	0	0	857	0	0	0	0	0	7244	410
MA	236	0	0	161	5252	209	1528		6790	722	468	0	1746	0	0	989	785	0	0	0	0	0	0	0	989	0	0
PI	0	0	0	0	439	0	0	11158		4397	0	452	0	0	0	495	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	236	154	1223	0	613	0	0	3985	3135		3276	0	0	454	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	411
RN	0	619	0	0	0	0	0	0	0	1807		4520	1064	0	0	215	0	0	0	3601	0	0	582	0	330	345	411
PB	0	0	0	0	0	0	0	0	1567	0	468		3024	0	669	215	392	0	651	1802	0	0	0	0	0	0	0
PE	0	155	0	0	463	0	0	797	1044	4618	468	4521		7270	0	7852	1156	0	0	5359	386	0	628	308	330	0	206
AL	0	0	0	0	0	0	0	797	0	0	936	0	9754		0	495	1737	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	1045	0	0	0	0	4543		4321	0	1410	0	0	597	0	0	0	0	0	0
BA	0	0	611	0	1474	0	654	0	1045	1807	468	904	4685	2727	6693		10122	4230	1302	10501	1794	0	1259	0	330	3450	617
MG	0	0	0	0	1659	0	1309	0	2613	3461	0	904	0	0	335	6796		5169	3299	40984	1793	2896	420	0	659	6553	2055
ES	0	0	0	0	1052	0	0	0	522	2017	0	0	213	454	1340	3829	22269		4193	3428	0	0	209	0	660	0	0
RJ	0	0	305	0	1835	0	0	1594	1566	11614	2811	29836	7834	455	1673	7263	16469	7048		8702	1965	579	1632	926	0	689	1235
SP	946	0	611	0	2979	208	655	13550	35003	38150	19191	27122	49787	19079	7028	93289	83903	2818	5577		47244	12742	3468	5246	330	3794	822
PR	710	0	0	0	1741	0	0	797	523	217	0	0	1022	3635	0	495	1737	0	2851	20745		13321	6543	2467	990	345	0
SC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	452	0	0	0	0	0	0	0	7716	19138		22056	309	0	344	205
RS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1807	1872	0	0	0	0	215	0	0	448	8571	12726	17373		0	0	0	205
MS	0	0	0	0	353	0	0	0	0	0	0	452	724	0	0	430	785		2404	6944	4570	580	3004		4289	2759	0
MT	944	155	0	0	787	0	0	7173	0	0	0	0	1065	454	0	494	578	0	651	6002	6883	579	3492	2468		2759	0
GO	0	0	0	161	1755	0	6768	5579	2090	1225	0	452	3066	0	0	4173	13705	0	0	1802	1792	0	0	1544	1320		8837
DF	472	155	0	161	2589	0	1529	4782	16192	7208	4214	2261	2555	454	334	8347	8305	0	3256	3558	1196	0	1375		0	17933	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo demográfico de 2000 do IBGE

Nota: Origem: local de nascimento e moradia no ano de 2000 (colunas). Destino: lugar de residência em 1995 (linhas)

Tabela A4: Estoque de migrantes de retorno de curto prazo intra-estaduais por estado de origem e destino, durante o período de 1995-2000

	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
RO		835	1416	111	361	59	97	333	115	722	152	146	99	8	151	288	933	738	208	1376	1349	195	161	384	3915	806	160
AC	1265		853	47	41	0	0	88	0	94	23	57	45	9	15	27	83	22	115	156	65	34	34	41	172	129	37
AM	1691	1258		1545	5947	142	32	512	368	1086	206	202	408	48	0	265	266	140	1218	655	373	23	462	223	84	188	224
RR	89	50	875		632	15	105	442	38	275	136	79	110	24	0	31	132	78	152	179	102	35	196	68	48	79	97
PA	314	89	5932	1455		5862	3053	9028	980	1958	407	289	408	73	49	533	1191	440	1796	1997	459	170	601	169	1349	3096	707
AP	67	0	74	44	3269		32	553	65	89	167	20	14	0	13	0	48	36	67	73	63	0	16	0	15	37	32
TO	103	5	55	78	3905	27		2413	395	187	47	83	237	72	42	257	530	10	104	1056	136	48	199	84	583	5329	1035
MA	430	40	781	1612	15853	897	3683		4749	1990	222	321	441	134	89	567	732	91	2092	5217	319	59	151	88	1051	3382	2963
PI	105	0	227	85	1276	103	514	5038		2881	69	204	1179	93	38	807	531	49	1113	7787	73	109	137	78	175	1979	3353
CE	545	163	678	169	2073	192	508	1594	2405		2053	1189	2216	171	152	1356	1173	255	6539	12203	526	318	417	132	247	1158	1542
RN	160	51	147	44	276	69	42	124	81	2115		3050	994	116	40	381	571	80	2145	3482	91	74	203	98	130	703	639
PB	208	0	126	70	220	31	92	480	196	1424	3439		5171	306	110	962	370	55	10648	9201	326	104	106	71	120	716	899
PE	245	21	199	48	698	51	232	697	1108	2956	1416	5616		4854	549	4721	1027	208	5444	24927	349	275	333	310	514	991	887
AL	100	0	60	0	96	0	79	68	100	343	158	276	5357		3005	1846	810	217	1388	11832	301	53	131	254	835	286	178
SE	50	0	17	18	61	0	36	75	26	149	71	94	472	1661		3839	273	90	948	4300	78	56	37	86	131	141	125
BA	638	19	157	29	1022	45	723	342	660	2017	708	1069	4616	1162	3929		7120	5372	6504	46435	766	371	841	281	783	4753	3380
MG	1439	124	131	29	1092	38	650	511	516	1599	592	388	612	423	300	5441		7592	13120	34244	2144	604	539	626	1352	6678	4026
ES	1484	6	49	8	323	23	124	90	16	252	38	139	56	94	36	4201	8102		5166	1980	333	60	193	20	257	282	344
RJ	187	77	758	92	1824	17	41	968	908	7870	2413	7515	3748	858	872	4453	11001	5188		9113	1592	953	1649	810	259	799	1912
SP	1838	202	433	118	2322	37	850	4338	12202	20337	5109	13352	23877	9160	3925	46829	43152	2261	11649		28419	4972	3483	7456	3782	5447	1981
PR	2734	54	226	79	857	37	242	278	155	472	122	226	468	242	89	943	2824	229	1339	29752		15039	5504	3223	5517	1017	576
SC	391	64	62	6	152	0	74	79	33	226	92	102	177	79	80	312	494	62	700	3209	14379		10633	477	1208	291	223
RS	134	56	158	106	352	35	111	191	72	512	186	77	250	102	86	688	682	181	1814	3024	4850	9727		522	1391	613	451
MS	786	46	23	47	241	13	88	158	58	157	143	134	361	169	21	219	576	35	869	6624	3861	578	772		4273	734	153
MT	2820	140	185	87	1454	43	307	436	110	389	139	147	261	312	100	412	1446	193	476	4611	4062	927	1113	3288		3921	326
GO	788	38	142	49	2329	41	5368	2003	867	993	625	423	585	139	57	2954	7344	210	563	3579	658	312	476	924	4039		6561
DF	192	49	154	79	657	58	1183	2602	4229	3027	769	1450	923	155	202	4135	4530	354	2320	2122	464	216	479	103	431	19491	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo demográfico de 2000 do IBGE

Nota: Origem: lugar de residência em 1995 e 2000 (colunas). Destino: Residência imediatamente anterior (linhas)